

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**IDAS E VINDAS: AS EXPERIÊNCIAS E OS SENTIDOS
ATRIBUÍDOS AO DESEMPREGO PELOS JOVENS NA GUINÉ-
BISSAU**

APARICIO MARQUES VIEIRA

Porto Alegre

2024

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

APARICIO MARQUES VIEIRA

**IDAS E VINDAS: AS EXPERIÊNCIAS E OS SENTIDOS
ATRIBUÍDOS AO DESEMPREGO PELOS JOVENS NA GUINÉ-
BISSAU**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Garcia de Mello

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Vieira, Aparicio Marques

Idas e vindas: as experiências e os sentidos
atribuídos ao desemprego pelos jovens na Guiné-Bissau
/ Aparicio Marques Vieira. -- 2024.

104 f.

Orientadora: Luciana Garcia de Mello.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Desemprego. 2. Sentidos. 3. Experiência. 4.
Guiné-Bissau. I. Mello, Luciana Garcia de, orient.
II. Título.

APARICIO MARQUES VIEIRA

**IDAS E VINDAS: AS EXPERIÊNCIAS E OS SENTIDOS
ATRIBUÍDOS AO DESEMPREGO PELOS JOVENS NA GUINÉ-
BISSAU**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Garcia de Mello

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2024.

Resultado: Aprovado

Banca examinadora

Prof^a. Dr. Luciana Garcia de Mello (presidente da banca)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr. José Carlos Gomes Dos Santos (examinador/a interno)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr. José Rivair Macedo (examinador/a interno)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr. Juliana Dourado Bueno (examinador/a externo)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

AGRADECIMENTOS

Começo a escrever o agradecimento com medo de esquecer alguém porque são muitas pessoas que contribuíram para eu estar aqui hoje escrevendo e reconhecendo o processo que me trouxe até aqui. São muitos caminhos trilhados com muitos obstáculos ao longo da vida, mas cá estou. Espero que este agradecimento contemple todos/as que de alguma forma contribuíram direta ou indiretamente para essa pesquisa.

Primeiramente agradeço aos meus familiares que contribuíram para o meu processo educativo, para que hoje eu possa estar aqui celebrando essa conquista. Cito desta forma a minha mãe Maria Amélia da Silva, meus irmãos e irmãs Alexandrina Gomes, Joaquim Da Silva Dias, Ronilson Marques Vieira, Valdir Marques Vieira, Jessica da Silva Dias, Niraide Da Silva Dias.

Agradeço ao grupo Emancipa em nome de Alfa pela mediação que fizeram, o qual facilitou o contato com os sujeitos da nossa pesquisa.

Estendo este agradecimento à professora Juliana Dourado com quem firmei parceria desde o meu segundo semestre da graduação e que teve um papel central no desenvolvimento desta pesquisa, que começou a ser vislumbrado naquele momento. E agradeço a professora Thays Mossi, que me acompanhou na primeira fase deste trabalho até a qualificação.

Agradeço à minha orientadora Luciana Garcia de Mello que mostrou o caminho que devo percorrer para chegar hoje a este resultado e muito obrigado professora por acreditar na minha potencialidade e por me orientar nessa dissertação.

Agradeço também a Fabiana Gelard, que sempre me incentivou a fazer pós-graduação, e estendo esse agradecimento a duas pessoas que nos momentos difíceis da escrita do trabalho me escutavam Avelino Vilela e Vitória Viegas, muito obrigado.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender as experiências e os sentidos atribuídos ao desemprego pelos jovens Guineenses, moradores de Bairros de Bissau em um contexto de insuficiência de postos de trabalho, precarização e aumento cada vez maior da extrema pobreza, especialmente entre os jovens. Pela proposta colocada que mexe com as questões subjetivas dos sujeitos, adotamos a abordagem qualitativa, que visa compreender realidades plurais, construídas socialmente pelos indivíduos. Por este motivo, adotamos a entrevista semiestruturada, como forma para extrair as informações dos sujeitos da pesquisa. Chega-se à conclusão a partir das experiências e sentidos atribuídos ao desemprego pelos jovens Guineenses, que o fenômeno está além da privação de emprego, afeta os projetos pessoais destes sujeitos e os mantém dependentes do ponto de vista econômico dos seus familiares.

Palavra-Chave: Sentidos; Experiências; Desemprego jovem; Guiné-Bissau.

ABSTRACT

The aim of this paper is to understand the experiences and meanings attributed to unemployment by young Guineans living in the neighborhoods of Bissau in a context of insufficient jobs, precariousness and an increasing rise in extreme poverty, especially among young people. We adopted a qualitative approach because of the proposal, which touches on the subjective issues of the subjects and aims to understand plural realities, socially constructed by individuals. For this reason, we used semi-structured interviews to extract information from the research subjects. This brings us to the conclusion that, based on the experiences and meanings attributed to unemployment by young Guineans, some of the literature has shown that the phenomenon goes beyond deprivation of employment; it affects their personal projects and keeps them economically dependent on their families.

Keywords: Meanings; Experiences; Youth unemployment; Guinea-Bissau.

LISTA DE FIGURAS

ASDI- Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

BCGP- Banco Central da Guiné-Bissau

BM- Banco Mundial

DDM- Delegação Diocesana de Migração

DIT- Divisão Internacional de trabalho

ENEM- Exame Nacional de Ensino Médio

ERI-ESI- Inquérito Regional Integrado sobre Emprego e Setor Informal

FAO- Organização da Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FAPESB- Fundação de Amparo de Pesquisa do estado da Bahia

FMI- Fundo Monetário Internacional

INE- Instituto Nacional de Pesquisa

MDG- Movimento Democrata Guineense

OIT- Organização Internacional de Trabalho

PAE- Programa de Ajustamento Estrutural

PCD- Partido de Convergência Democrata

PSD- Partido Social-Democrata

PAIGC- Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo-Verde

PEC-G- Programa de Estudante- Convênio de Graduação

PEC-PG- Programa de Estudante- Convênio de Pós-graduação

PIB- Produto Interno Bruto

PSEE- Processo Seletivo de Estudante Estrangeiro

UE- União Europeia

UEMOA- União econômica e Monetária do Oeste Africano

UM- União para Mudança

USAID- Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Desemprego mundial	30
Gráfico 02: Progressão de dívida externa	54
Gráfico 03: Aumento de importação e baixa na exportação	57
Gráfico 04: Contextos de importação	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Quadro perfil dos entrevistados-----17

**Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001**

INTRODUÇÃO	11
1.1 PERCURSOS METODOLÓGICOS	13
CAPÍTULO 01	18
DESEMPREGO COMO FENÔMENO GLOBAL	18
1.2 DESEMPREGO NO SUL GLOBAL	31
CAPÍTULO 02	39
DESEMPREGO EM GUINÉ-BISSAU	39
1.3 DISPUTAS POLÍTICAS EM TORNO DA GOVERNABILIDADE	40
1.4 OS AJUSTES ECONÔMICOS E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS	48
1.5 DESEMPREGO JOVEM NA GUINÉ-BISSAU.....	59
CAPÍTULO 03	63
OS SENTIDOS E AS EXPERIÊNCIAS DO DESEMPREGO	63
1.6 SENTIDOS ATRIBUÍDOS AO DESEMPREGO NUM CONTEXTO DE INSUFICIÊNCIA DE POSTOS DE TRABALHO.	66
1.6.1 FALTA DE AUTONOMIA FINANCEIRA.....	67
1.6.2 IMPEDIMENTOS PARA REALIZAÇÕES PESSOAIS	73
1.6.3 IMPLICAÇÕES EM DESORDENS SOCIAIS	78
1.7 EXPERIÊNCIAS DOS JOVENS GUINEENSES DESEMPREGADOS	81
1.7.1 RESSIGNIFICAÇÃO DO DESEMPREGO A PARTIR DO INVESTIMENTO NA FORMAÇÃO 81	
1.7.2 <i>SURNIS</i> COMO MEIO ALTERNATIVO	86
1.7.3 COM CONTRATO OU SEM CONTRATO EM UM CONTEXTO DE INSUFICIÊNCIA.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS:	98
ANEXO A - ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	103

INTRODUÇÃO

O processo da escrita deste trabalho começou a ser vislumbrado na minha primeira graduação no início do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). No meu segundo semestre, fui contemplado com uma bolsa de iniciação científica financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do estado da Bahia (FAPESB) para realização do projeto intitulado *Trajéórias laborais do recôncavo baiano: narrativas e encontro interseccionais*. Tal trabalho visou compreender como as clivagens de gênero e raça/etnia marcavam os trabalhos realizados pelos sujeitos da pesquisa, que envolviam os brasileiros moradores do município de São Francisco do Conde-BA e estudantes Guineenses. O projeto de pesquisa era coordenado pela professora Dra. Juliana Dourado Bueno. No final da pesquisa, pudemos perceber, através de entrevistas, rodas de conversas e oficinas de fuxico realizadas, como as marcas deixadas pela colonização no Brasil e na Guiné-Bissau influenciaram no modo de organização e de exploração dos trabalhadores, determinando as ocupações em relação ao gênero nestas sociedades. Aqui começou o meu primeiro encontro com o processo de precarização do trabalho na Guiné-Bissau, ouvindo os meus conterrâneos que nasceram e viveram no interior do país.

No final da primeira graduação, pesquisei sobre o desemprego jovem na Guiné-Bissau, com ênfase na capital Bissau, analisando a condição de jovens recém-formados e desempregados face ao crescente aumento de pobreza extrema no país. Com esse trabalho, procuramos compreender as dificuldades enfrentadas por jovens que terminaram o ensino superior no processo de inserção ao primeiro emprego. Deste contexto, chegou-se à conclusão de que a formação superior não é garantia de emprego imediato para todos(as). Na segunda graduação, licenciatura em Ciência Sociais, nos debruçamos sobre a noção de informalidade, em que mostramos a inconsistência na definição de algumas categorias de trabalho na Guiné-Bissau. Naquele contexto, aliás, são outros tipos de modos de produção, que denominamos de economia de cotidiano.

Aqui no mestrado voltei meu interesse para a pesquisa da primeira graduação, olhando as lacunas que não conseguimos abordar naquele momento devido à falta de informações disponíveis. Retomei a pesquisa que no início olhava para o processo da crença de qualificação como meio para inserção no mercado de trabalho, uma vez que tinha grande parte de sujeitos sem formação desempregados. Mais tarde, decidimos focar nas experiências

de jovens Guineenses desempregados, que foi a bússola para o caminho que percorremos. Segundo o Banco Mundial (2022), a taxa de desemprego na Guiné-Bissau é de 6,8% em todo o país, mas dessa população ativa desempregada, há jovens em idade de trabalhar sem trabalho. De acordo com os autores Barros (2009) e Honwana (2014), o desemprego é um dos maiores problemas dos contextos africanos que vai desencadear outros fatores sociais. O alto índice de desemprego entre os jovens no país despertou atenção na nossa pesquisa, por isso a necessidade de enxergar o fenômeno mais de perto, tendo em vista que afeta mundialmente todos os contextos sociais, sobretudo os mais jovens. Com isso, estabelecemos o nosso objetivo geral de compreender como os jovens Guineenses desempregados moradores de capital Bissau de segmento intermediários dão sentidos às suas experiências.

Desse modo, o trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo procuramos historicizar o conceito de desemprego, demonstrando que é uma categoria construída historicamente no sistema capitalista, emergindo num contexto de crise que afetou também os proprietários dos meios de produção. Neste capítulo, demonstramos que a construção histórica do fenômeno – que emerge nessa dicotomia emprego *versus* desemprego – limitava somente a experiência dos países do Norte Global, uma vez que os direitos às garantias dadas às populações do Norte não se estendiam aos contextos do Sul Global. Sobretudo, os países localizados na periferia do Sul global, como a Guiné-Bissau, nunca vivenciaram a ideia de generalização de postos de trabalhos e salários. Como subscreve Castel (1998), os trinta anos gloriosos vangloriados na Europa escondem as injustiças e as guerras que ocorreram nas antigas colônias desses países europeus, em que as pessoas estavam lutando pela liberdade. Neste sentido, percebe-se que a precarização e a precariedade são fenômenos presentes de modo diferenciado nos contextos do Sul Global, que nunca tiveram experiência semelhante com o Norte Global, assim, a ideia de ser desempregado ganha outro sentido.

No segundo capítulo, nos debruçamos sobre o desemprego, olhando especificamente para o contexto da pesquisa na Guiné-Bissau. Trouxemos a dimensão política, que pode contribuir cada vez mais para o agravamento do contexto devido as disputas em torno da governabilidade no país, onde os governos eleitos democraticamente, a partir das eleições legislativas, são atropelados pelos presidentes, e os próprios presidentes são golpeados pelos regimes militares com alianças partidárias. Já no aspecto econômico, mostramos alguns gráficos que vão demonstrar a piora da economia do país depois da liberalização da economia e da flexibilização de algumas leis tributárias. Tal contexto implica de forma direta na

extrema pobreza e culmina no envio de muitas pessoas para o desemprego, depois da implementação de política de ajustamento estrutural, que visa reduzir funcionários públicos, em um país onde o Estado é o maior gerador de empregos com contrato assinado. Isso vai culminar na grande parcela de jovens desempregados que, atualmente, tem reinventado estratégias para escapar da extrema pobreza.

No terceiro e último capítulo discutimos o resultado da investigação, obtida a partir da entrevista com os nossos sujeitos de pesquisa. A partir da noção de sentido de trabalho atribuída por Antunes, a fim de olhar para a centralidade do trabalho na sociedade e na vida dos indivíduos, construímos os sentidos atribuídos ao desemprego, para olhar a experiência dos jovens Guineenses desempregados. Num contexto precário e na insuficiência de postos de trabalho, o desemprego passa a ser enxergado por estes sujeitos *como: uma falta de autonomia; impedimento para as realizações pessoais e suas implicações em desordem sociais*. Já no que tange ao outro conceito – usados aqui também como lente para olhar esse fenômeno – temos a experiência social de Dubet, que compreende a experiência como algo ambíguo que pode se dar de modo coletivo, por estarem na mesma condição, bem como de modo individual, por vivenciarem de modo diferente. Assim, agrupamos em três tipologias: *ressignificação do desemprego a partir do investimento na formação; surnis como meio alternativo; e com contrato ou sem contrato em um contexto de insuficiência*, sem deixar de abordar as heterogeneidades dessas experiências.

Em suma, os resultados da pesquisa, para além de mostrarem que estar desempregado não se resume somente a conseguir uma ocupação, também mostram que a condição de ocupação vai ser elemento importante para a determinação do que é ser desempregado na contemporaneidade. Na Guiné-Bissau, os jovens têm almejado qualquer forma de ocupação para escaparem da extrema pobreza, reinventando estratégias a partir de vários *surnis* (bicos) feitos para escaparem da marginalização social. Neste sentido, ter uma ocupação configura-se como um rito de passagem para uma vida adulta independente.

1.1 Percurso Metodológico

As mudanças sociais que vêm acontecendo de modo acelerado em diferentes localidades do planeta fazem com que os pesquisadores se defrontem, cada vez mais, com realidades que são impossíveis de serem compreendidas a partir de formas dedutíveis. São fenômenos que não se apresentam de modo visível aos olhos dos pesquisadores sociais, pois

se localizam na subjetividade dos sujeitos. O enfoque qualitativo, por possuir características indutivas, é usado para compreender realidades plurais, construídas socialmente pelos indivíduos. Além disso, a pesquisa qualitativa não parte de teorias construídas anteriormente sobre um determinado fenômeno, ao contrário, as teorias aqui são desenvolvidas a partir de estudos empíricos (Flick, 2008).

Metodologicamente, o presente trabalho possui enfoque qualitativo, posto que busca a compreensão da realidade a ser investigada, prioriza a qualidade na produção dos dados e não a quantidade em si, construindo reflexões a partir do andamento dela. Leva em conta a realidade vivenciada pelos sujeitos, mediante seu contexto histórico e social. Os valores, crenças, significações, inspirações etc., são elementos do cotidiano que não podem ser entendidos por meio de números, sendo realidades difíceis de quantificar, porque não são visíveis (Minayo, 2009; Triviños, 1987; Flick, 2008).

Segundo Deslauriers e Kérisit (1997), as investigações qualitativas são usadas para a descrição das realidades circunscritas ou para a exploração de objetos de pesquisa, que dificilmente podem ser abordados nas pesquisas quantitativas, devido às características que apresentam. Os pesquisadores procuram compreender a organização formal de um determinado assunto, no sentido que os sujeitos atribuem o fenômeno (Flick, 2008). Para Flick (2008), a importância dos estudos qualitativos para os estudos das relações sociais se deve ao fato da constante pluralização da esfera da vida no cotidiano, que exige sensibilização na análise das experiências sociais. Como destaca Godoy (1995), são pesquisas que estudam os fenômenos que envolvem os sujeitos e as suas relações intrincadas estabelecidas em vários espaços. Estes fenômenos não são visíveis aos olhos dos sujeitos, mas estão presentes nos seus cotidianos (Minayo, 2009).

Segundo Flick (2008), os pesquisadores que trabalham com estudos qualitativos tendem a seguir dois caminhos diferentes em suas abordagens, um mais naturalista em relação ao mundo e outro com uma postura mais interpretativa dos fenômenos. Esta pesquisa segue a segunda abordagem, a interpretativa, a partir do método compreensivo proposto pelo sociólogo alemão Max Weber, que visa compreender o sentido subjetivo que os indivíduos dão as suas ações (Tomazette, 2008). De acordo com Minayo (2009), a perspectiva compreensiva surge como uma oposição ao positivismo de Augusto Comte, que utiliza os conceitos filosóficos e matemáticos para explicar a realidade social.

O método compreensivo coloca a subjetividade dos indivíduos como elemento central do sentido à vida social (Tomazette, 2008; Minayo, 2009), “e vai defendê-lo como

constitutiva do social e inerente à construção da objetividade nas ciências sociais” (Minayo, 2009, p.23). Como destaca Weber (1995), os valores, as atitudes e os hábitos são resultados da ação humana e precisam ser compreendidos e interpretados como a realidade social.

Diferentemente das outras abordagens sociológicas centralizadas nas instituições sociais como objeto, olha-se para a ação dos indivíduos como forma de produções destas instituições (Dubet, 1996). Portanto, o autor não parte de um pressuposto de unidade, mas de várias ações que organizam o social.

De acordo com Weber (1995), a realidade social não é um fenômeno exterior aos indivíduos, pois se faz presente o tempo todo no cotidiano dos sujeitos, por isso que não deve ser procurada fora do convívio dos indivíduos. A sociologia compreensiva é uma resposta às correntes positivistas que defendem a utilidade dos métodos da natureza nos campos sociais. Outro aspecto destacado pelo autor é a neutralidade axiológica que os pesquisadores devem levar em conta no momento da análise de dados, para que seus valores não ponham em causa a produção científica (Weber, 1995).

A experiência social dos indivíduos que vivem o desemprego não é um fenômeno que seja fácil de captar com um olhar de observação ou como algo exterior aos sujeitos, mas é um fenômeno que está interiorizado no cotidiano das pessoas que a vivem. Nesse sentido, o método compreensivo nos acompanhou nesse processo de entendimento da experiência produzida a partir da subjetividade dos jovens Guineenses. O desemprego de jovens possui muitas explicações da causalidade. Aqui não procuramos seguir os caminhos adotados por outras pesquisas, que olham para o fenômeno como exterior aos sujeitos, mas sim entendê-lo a partir do olhar ou do sentido de quem o vive.

É importante destacar que os interlocutores da nossa pesquisa são em sua maioria jovens de classe intermediárias que tem acessibilidade a alguns recursos básicos, garantidos por familiares. O acesso à tecnologia demonstra esse status de acessibilidade a alguns bens materiais. Os jovens mais pobres da sociedade Guineense em sua maior parte se encontram na criminalidade e na prostituição¹.

A pesquisa envolveu onze jovens Guineenses moradores da capital Bissau que possuem idade entre 19 e 31 anos de idade. De acordo com as normas de Carta Magna da União Africana a fase de juventude fica entre 18 e 35 anos de idade. Recorremos à entrevista como meio de extração de informação da pesquisa, realizada por meio de tecnologia

¹ O acesso a esse grupo tornou-se difícil devido à falta de recurso para fazer o trabalho de campo, uma vez que estes sujeitos não possuem a condição socioeconômica para terem a possibilidade de acesso aos recursos tecnológicos, isso impossibilitou o nosso contacto.

(WhatsApp), que permitiu acesso aos sujeitos da nossa pesquisa. Em princípio, tínhamos planos de ida a campo, mas a pandemia mudou o nosso cronograma, e o tempo tornou-se pequeno para a realização do trabalho. Outro problema foi a falta de recursos da Universidade para viabilizar a viagem. Diante disso, recorreu-se às entrevistas via whatsapp, o que se mostrou exitoso.

A entrevista é a técnica mais usada nas pesquisas sociais para extrair as informações dos sujeitos pesquisados. É feita a partir de uma conversa entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa. Configura-se como porta de acesso às múltiplas realidades vividas pelos indivíduos (Poupart, 2010). Estas realidades não são fáceis de serem apreendidas, por isso a importância desta técnica para coletar as informações por meio das conversas entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa.

O contato com os entrevistados aconteceu a partir do método “bola de neve”, sendo que os próprios entrevistados tiveram um papel importante no processo de coleta de informação. Os primeiros entrevistados tiveram um papel importante na indicação de outros entrevistados, pois convenceram os outros a participarem do processo. Chegamos a estes sujeitos a partir do movimento popular “Rede Emancipa²”, que organiza os cursos populares gratuitos para apoiar os estudantes de ensino médio para conseguir a nota do ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio). No caso, os países africanos fazem estes cursos para os alunos do Processo Seletivo de Estrangeiro (PSEE), do Programa de estudante – Convênio de Graduação (PEC-G) e do Programa de Estudantes – Convênio de Pós-graduação (PEC-PG). Tive o privilégio de ministrar curso para estudantes estrangeiros de língua oficial portuguesa. No momento em que precisei de pessoas para a entrevista, o coordenador do Programa em Guiné-Bissau deu este suporte para chegar aos jovens desempregados. A maior parte dos entrevistados é membro do grupo emancipa em Guiné-Bissau, sendo o restante indicação de colegas e outros são amigos de infância.

As entrevistas foram realizadas na língua nacional do país, crioulo, que toda a camada populacional fala, independentemente da região, todos expressam esse idioma. O crioulo não é uma língua específica de determinados grupos, mas é uma linguagem que facilita a comunicação de todos neste território. Tem a influência das línguas étnicas faladas por diferentes grupos no país e influência do português. Além disso, contém muitas variações, que são influenciadas por regiões e setores. Segundo Namone e Timbane (2017), o crioulo é

² A Rede emancipa é um movimento popular de educação popular, criado no Brasil que luta pela democratização do acesso à universidade, com intuito de promoção de uma educação de qualidade, crítica e gratuita. A sua atuação hoje estende-se para os países africanos de língua portuguesa.

falado por 44,31% da população da Guiné-Bissau, e o português 11, 8%, que é a língua oficial (ocupa a quarta posição atrás das outras línguas internas, que são mais faladas por conta da densidade populacional que os grupos possuem). A escolha da língua crioulo se deu a partir da primeira experiência de pesquisa da graduação, em que a língua portuguesa acabou sendo empecilho no momento da coleta de informação, pois os sujeitos ficaram tímidos, tentando seguir as regras gramaticais, as normas etc. Então, acabamos adotando a língua expressa nacionalmente, que incentivou a participação e a contribuição para o trabalho.

Durante o processo de análise de dados, formamos quadro para olhar para o que Dubet (1996) descreve como experiência, que acontece de modo coletivo por estarem na mesma situação de desempregado, mas destacamos que as vivências do fenômeno vão se dar de modo diferente.

Quadro perfil dos entrevistados

Nome	Idade	Escolaridade	Ocupação atual	Tipo de contrato
Bacar	28	Superior completo (E. informática)	Ajudante de serralheiro	Sem contrato
Emerson	29	Superior completo (Enfermagem)	Sem ocupação	--
Feliciana	30	Superior incompleto (C. educação)	Sem ocupação	--
Geovane	20	Superior incompleto (E. informática)	Garçom	Sem contrato
João	31	Superior Completo (E. informática)	Auxiliar da polícia e vendedor ambulante (Comércio de rua)	
Maria	25	Superior incompleto (Adm. Pública e autarquia)	Sem ocupação	--
Mariama	21	Ensino médio	Bideira	Autônoma
Nabine	29	Superior completo (Adm. Pública e economia social)	Sem ocupação	--
Nhima	27	Superior incompleto (Administração)	Sem ocupação	--
Tom	26	Superior incompleto (Administração e contabilidade)	Sem ocupação	--
Umaro	19	Ensino médio	Bideiro	Negócio familiar

Elaborado pelo autor (2024).

A partir das entrevistas realizadas com os sujeitos apresentados no quadro acima conseguimos formar três formas de atribuições de sentido de estar desempregado e tipologias de experiências, sem deixar de destacar as vivências individuais de cada um(a) com relação ao

desemprego. Na base destas mesmas informações, os sentidos atribuídos ao desemprego, num contexto de insuficiência de postos de trabalhos, vão estar atrelados às experiências individuais de cada um(a). Conseguimos, desta forma, os dados produzidos a partir das suas vivências subjetivas num contexto de extrema pobreza, em que os sujeitos são obrigados a se reinventarem para escaparem deste processo de pauperização de massa (Barros, 2009; Honwana, 2014).

CAPÍTULO 01 – DESEMPREGO COMO FENÔMENO GLOBAL

A maior parte dos estudos sobre o fenômeno do desemprego a nível mundial fica concentrado no campo econômico, que trabalha mais com a perspectiva quantitativa dos sujeitos que estão fora do emprego. Neste presente trabalho, olharemos a partir de uma perspectiva mais sociológica, que não só enxerga o quantitativo de desempregados, mas olha para a experiência dos sujeitos desempregados.

O desemprego, definido assim por normas jurídicas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), diz respeito às pessoas ativas com idade de trabalhar, mas sem trabalho. No caso específico da Guiné-Bissau, consideram-se desempregadas as pessoas ativas em idade de trabalhar, mas que por falta de postos de trabalhos não podem realizá-lo. Vieira (2013) entende o desemprego como a ausência temporária de trabalho que deve vir associada à procura regular por uma ocupação. Esta procurar regular é que vai diferenciá-lo de pessoas na condição de inativa (Vieira, 2013). Ao contrário dessa conceituação colocada por Vieira (2013), como uma questão temporária, Ocio (1995) destaca que não podemos conceituar teoricamente o desemprego como uma simples imperfeição temporária do mercado de trabalho, do contrário pertence à essência do sistema capitalista que advém do fruto de industrialização, de urbanização. Na mesma linha de argumentação, Felix (2001) subscreve que o desemprego é o mecanismo de controle usado pela classe que detém os meios de produção para exercer controle sobre uma massa que vive do trabalho assalariado.

É importante destacar que o desemprego é fator inerente ao processo de acumulação capitalista (Cruz, 2013). Para o autor, o fenômeno “é uma consequência natural deste processo e (...) não pode ser analisado como apenas um fato isolado, durante os ciclos do capital, sejam ascendentes ou descendentes” (Cruz, 2013, p.13).

De acordo com Centeno e Fernandes (2004), esta lógica de conceituação do desemprego pela OIT, seguida por uma grande parte de países para caracterizar os sujeitos desempregados como pessoas ativas que estão na procura constante de trabalho, tem mais importância do ponto de vista do funcionamento do mercado, do que do próprio sujeito desempregado. Neste sentido, estar desempregado não se resume somente a conseguir uma ocupação. Para tais autores, ao assumirmos esta postura, estamos revelando uma forte proximidade dos indivíduos com o mercado de trabalho, do contrário, os sujeitos que não procuram, mas desejam trabalhar, não possuem a proximidade forte com o mercado, de forma a justificar a sua classificação como desempregado (Centeno e Fernandes, 2004). Neste caso, para Pereira e Brito (2006), o desemprego não deve ser resumido somente como um fenômeno macroeconômico cíclico, relacionado a um problema de demanda agregada, nem como uma ausência de trabalho, mas como uma busca de um emprego com melhores condições. Nesse contexto, eles entendem o desempregado como um agente social que constrói a realidade da sua sociedade a partir da sua prática.

Segundo Reinert (2001), o desemprego é atribuído às pessoas que estão numa condição sem algum meio aceitável de ganhar a vida e, na maioria das vezes, são pessoas capazes de trabalhar para satisfazer suas necessidades, porém ociosas e que não dependem apenas de suas boas vontades para trabalhar. Como subscreve Duarte (2017), são pessoas que se encontram numa situação involuntária de ausência de trabalho, por falta de oportunidades ou os que fazem trabalhos irregulares.

Neste processo de conceituação do desemprego empiricamente, há dois fatores que chamaram nossa atenção. O primeiro é o que tange à forma de definição do conceito que, segundo Centeno e Fernandes (2004) e Oshiro e Marques (2016), não deve ser vista de forma homogênea, porque, em alguns contextos, algumas formas de ocupação que podem ser consideradas irregulares, em outros são reguladas. O segundo fator tem a ver com a própria mudança historicamente do fenômeno, que nem sempre é denominado como desemprego.

O desemprego como um problema social, que impacta, de modo geral, a maior parte das sociedades, teve sua origem nos processos de expansão capitalista, que transformou todas as camadas populacionais em assalariados, visando exercer o controle e a exploração da mão de obra. Para melhor compreensão desse fenômeno (que exclui de modo severo uma grande massa da população para depois exercer controle sobre ela), precisamos entender o processo que institui ou torna o “trabalho como mercadoria” (Marx, 2015). Isto é, que expropria, desta forma, o trabalhador de sua essência, e relega o ganho para o mero sustento de sua

necessidade primária, a sobrevivência. Este processo foi instituído pela Revolução Industrial que transforma os artesões e campesinatos em trabalhadores assalariados.

A Revolução Industrial que teve início no século XVIII no Reino Unido e substituiu, assim, os trabalhos artesanais (manuais) por industriais, com máquinas tecnológicas que trabalhavam com vapor e carvão, pode ser considerada como o primeiro embrião do processo de exclusão dos chamados desempregados na contemporaneidade.

Segundo Engels (2007), antes da invenção das máquinas, que mais tarde torna as classes camponesas em assalariados competitivos entre si, os indivíduos que viviam no campo não tinham essa obrigação moral de produção capitalista. Os trabalhos de fiação e tecelagem das matérias-primas eram desenvolvidos no seio familiar, lugar em que as mulheres, os filhos e os homens teciam (Engels, 2007). Para Engels (2007), estas famílias, antes da introdução da máquina e da concorrência dos mercados externos, viviam bem nos campos, uma vez que o que ganhavam com seus trabalhos dava perfeitamente para assegurar sua existência e conseguiam alugar pedaços de terra para suas atividades agrícolas.

De acordo com Rifkin (2004), a máquina ou a tecnologia deveria servir para a redução exaustiva da jornada de trabalho, mas fez o contrário, cada vez mais tem enviado uma grande massa de classe de trabalhadores para o desemprego. Resumidamente, a invenção da máquina exclui de maneira brutal uma grande massa da classe trabalhadora e aumenta sua subordinação no contexto de países do capitalismo central. Porém, nos contextos do Sul Global, enquanto os trabalhadores do Norte eram livres, exigindo do Estado a ocupação como um direito cidadão, aqui os indivíduos foram submetidos à desumanização total, negando a eles inclusive o direito de serem livres. Como destaca Federici (2023), a colonização foi um processo importante para o desenvolvimento do processo de capitalismo no Norte Global. Quando discutem sobre o processo de desenvolvimento na Europa, a partir das revoluções que transformaram uma grande parte de massa de população em assalariados no Norte, apagam a contribuição histórica do Sul Global com a mão de obra escrava e com as matérias primas para o desenvolvimento das indústrias ocidentais. As discussões colocadas pela sociologia de trabalho dos fenômenos de precarização e flexibilização que vem acontecendo no Norte Global, destacados por Boltanski e Chiapello (2009), como as mudanças no processo de reestruturação capitalista, é fenômeno presente também no Sul que se configurou a partir do projeto imperialista/colonial, onde há uma divisão racial do trabalho (Quijano, 2006). A revolução industrial que culminou no processo expansionista é um projeto político e

econômico que estabeleceu as fronteiras geográficas de exploração e saque dos recursos do Sul Global.

Voltando à questão central, o desemprego vem deste processo de desenvolvimento industrial, que transforma a maior parte da população do Norte global em assalariados e a do Sul nos escravizados por muito tempo. Para poder ilustrar, conforme Castel (1998), a questão do não trabalho sempre esteve presente nas sociedades, mas torna-se um problema quando o capital necessitou dessa mão de obra para produzir riquezas.

Segundo Gautie (1998), o desemprego é uma categoria construída historicamente no pós-guerra, que antes era denominados de questão social na sociedade pré-industrial (Castel, 1998). Para Gautie (1998), as discussões sobre o fenômeno do desemprego sempre estão atreladas às questões econômicas, por isso que a maior parte das teorias que se debruçam sobre a temática vem do ramo da ciência econômica. Como destacamos acima, a maior parte das discussões sobre a problemática do desemprego está centralizada no campo econômico, que parte das estatísticas para fundamentar a existência do fenômeno como um problema social. De acordo com Gautie (1998), no pós-guerra, com a intervenção dos Estados na economia como forma de resolver o pauperismo que se alastrava por toda Europa, a Ciência Econômica, enquanto ramo de Ciências Sociais, ganha protagonismo na interpretação desse fenômeno. Gautie (1998) realça que o desemprego é uma das variáveis mais importantes no processo de intervenção pública do Estado na economia.

De acordo com Gautie (1998), o desemprego é um dos aspectos da questão social em determinadas épocas nos países industrializados ocidentais. Segundo Gautie (1998), para melhor compreensão do princípio da categoria desemprego, é preciso retomar as formulações da questão social que a precedeu. Segundo o autor, o processo de entendimento da construção histórica do desemprego passa por diferentes fases da nossa história. A primeira fase remete ao final da Idade Média, em que a ordem social era organizada em torno da casa do senhorial e da paróquia (Gautie, 1998). Por ser uma sociedade organizada por meio dos senhores feudais e das paróquias (igreja), a integração se dava por duas formas: uma vertical (sociedades hierarquizadas) e a segunda horizontal (organizadas por meios de paroquianos locais). As classes mais pobres nessa sociedade são denominadas de vagabundos ou desfiliaados, por não possuírem nenhuma profissão e nenhum vínculo estável geográfico (Gautie, 1998). Segundo Oshiro e Marques (2017), Filipe III, do Reino Unido, instituiu uma lei que obrigava a todos a trabalhar, do contrário seria tornado escravo ou repatriado.

Para Gautie (1998), a questão da vagabundagem sempre existiu de forma residual, mas com as desordens trazidas pela doença da peste negra no início do século XIV, ganha uma dimensão maior nas sociedades ocidentais. Neste cenário, começa a ser tomada como uma questão social, uma vez que ameaça a coesão social da época (Gautie, 1998). Criam-se, assim, as primeiras políticas assistencialistas aos pobres que eram considerados vagabundos. Ademais, estas políticas eram executadas por igrejas, através de caridades a esses necessitados que não possuíam trabalho (Castel, 2003; Gautie, 1998).

Segundo Castel (2003) e Gautie (1998), estas políticas assistencialistas, feitas a partir de caridade das igrejas cristãs, se davam por meio de repressão também, porque ao mesmo tempo que ajudavam aos mais pobres, categorizava-os em dois grupos: “maus pobres” (os que recusaram a disciplina do corpo) e “bons pobres” (aqueles que se submetiam às disciplinas corporais por meio de trabalho). Elas foram instituídas na Inglaterra em 1601, pelo edito real que obrigava todas as paróquias a dar assistência aos indigentes e a colocá-los para trabalhar (Castel, 2003; Gautie 1998). Na França, na segunda metade do século XVII, os pobres eram denominados de marginais, sendo enviados para hospitais para serem internados ou colocados nos trabalhos forçados (Gautie, 1998). A marginalidade na França era vista como um problema pessoal dos indivíduos. A internação era o único meio para disciplinar esses corpos considerados como marginais, não enxergavam as estruturas sociais dos contextos que hierarquizavam os indivíduos em classes socialmente e economicamente.

Segundo Gautie (1998), na Revolução Econômica (Revolução industrial) muitos estavam otimistas com relação à erradicação da pobreza e da miséria nas sociedades ocidentais, mas isso só agravou o problema para os pobres, “(...) uma miséria maciça, rapidamente percebida como a consequência direta do funcionamento do novo sistema econômico: fábrica produzindo dois artigos (...) algodão e pobres” (Gautie, 1998, p.73). Para Gautie (1998), durante esse período, a economia trabalhou contra a sociedade de modo geral, visto que a maior parte da população ficou sem ocupação e a responsabilidade passou a ser atribuída aos indivíduos e não a um sistema falho. O desenvolvimento industrial causou a miséria que ameaçava a ordem social e política (Gautie, 1998), houve ciclos de protestos por toda a Europa de trabalhadores que reivindicavam a inserção e as melhorias na condição de trabalho. Esse período renova os ciclos de protesto que conhecemos hoje como “luta de classes”: de um lado os burgueses, os donos das máquinas de produção; do outro, um conjunto de trabalhadores que vendem suas forças para a sua sobrevivência.

No pós-guerra, o processo é retomado de forma que garanta direitos e seguridade social aos trabalhadores. Existem muitas narrativas que justificam a necessidade de implementação do estado de bem-estar social. No âmbito econômico e social, argumentam que havia uma crise extrema de pobreza em maior parte da população; já no âmbito político, o medo de ascensão do regime socialista por toda Europa ameaçava o capitalismo. De acordo com Gautie (1998), as políticas de direito ao trabalho criadas eram a resposta para o avanço do socialismo, que assustava uma grande parte da classe média e dos burgueses da Europa e dos EUA. Criaram-se várias políticas sociais para amparar os mais pobres, que são mais afetados economicamente e socialmente.

Inventa-se, desta forma, o desemprego, substituindo somente o nome de um antigo problema: “falta de trabalho” (Gautie, 1998). Neste caso, o desemprego passa a ser o contrário do que seria o pleno emprego, criado nos “30 anos gloriosos”. “Ele remete, antes, a uma categoria de ação, elaborada pelos reformadores sociais, e com isso se coloca inteiramente na perspectiva da intervenção pública” (Gautie, 1998, p.74). Para o autor, a emergência de categoria desemprego, para pensar a falta de trabalho, vem em um contexto de evolução econômica e social, que começa a estabelecer as formas de relações sociais (Gautie, 1998). A invenção do desemprego pode ser vista também como resultado da vontade de racionalização do funcionamento do mercado de trabalho, a partir de interesses convergidos nas preocupações sociais, pobreza e produtividade, bem como assegurar mão de obra estável para as indústrias (Gautie, 1998).

O desemprego enquanto uma categoria sociológica vira um problema global para todas as sociedades e começa a ameaçar a coesão social e os laços das solidariedades entre os indivíduos. Torna-se uma categoria econômica e estatística (Gautie, 1998). Começam a emergir várias concepções teóricas do campo da economia que apontam possíveis soluções para ultrapassar o desemprego. Nestes embates teóricos, a categoria desemprego deixou ser vista como um problema pessoal dos indivíduos. Nesta esteira, aparece a concepção *keynesiana* que confronta, assim, com outras teorias.

Desse modo, o fenômeno que assola uma grande parcela de população a nível global foi interpretado por diferentes concepções teóricas, que derivam de distintos diagnósticos e propostas políticas (Dathein, 2004). O autor apresenta, de forma holística, as três concepções que predominaram por muito tempo nos embates sobre as causas do desemprego: neoclássica, keynesiana e schumpeteriana.

Na concepção teórica neoclássica apresentada por Dathein (2004), o ponto de vista defendido com relação à produção de bens, “oferta e demanda”, aplica essa mesma concepção sobre o mercado de trabalho. A oferta de um emprego dependerá da demanda do consumo. Para Dathein (2004), a interpretação destes teóricos sobre o mercado de trabalho (oferta e demanda) não possui base interpretativa sólida. A partir deste ponto de vista (de que tudo se resume à oferta e demanda), o pleno emprego se dá em situação de equilíbrio destes dois aspectos (Dathein, 2004). Neste sentido, o desemprego é enxergado pela concepção neoclássica como uma situação de desequilíbrio, que se manifesta, em princípio, como desemprego voluntário (Dathein, 2004). Segundo o autor, os neoclássicos defendem que o desemprego é gerado pelos trabalhadores no sentido de impor as suas condições, que vai na contramão da realidade determinada pelo mercado, em contraofensiva, o mercado reage produzindo o desemprego como forma de coagir ofensivamente os trabalhadores. Mesmo produzindo desemprego como forma de barrar as reivindicações impostas pelas classes trabalhadoras, eles entendem o desemprego como uma situação anormal no contexto de uma economia do mercado (Dathein, 2004). Para estes teóricos, poderia haver pleno emprego de trabalho, desde que os fatores externos não interferissem no mercado. (Dathein, 2004). A posição defendida pelos adeptos desta teoria é clara: a intervenção estatal na economia do mercado gera problemas futuros – que é o desemprego. Mas a crise de 1929 vai demonstrar a necessidade de os Estados nacionais regularem o funcionamento do mercado. Engraçado que, na atualidade, mesmo com toda liberdade que o mercado possui, eles não conseguem gerar o pleno emprego, uma vez que esta concepção defende que, quando o Estado deixa de intervir, vai ser possível gerar o pleno emprego de trabalho.

Contrariamente aos teóricos marxistas, que defendem que o desemprego é gerado pelas contradições do capitalismo, os neoclássicos entendem a origem do fenômeno como atinente ao mercado de trabalho, “(...) como um problema da oferta de mão de obra ou, por exemplo, como a existência de um comportamento irracional por parte dos trabalhadores, ou de alguma rigidez na função oferta de trabalho (...)” (Dathein, 2004, p.123). Para o autor, o desemprego é gerado, assim, para resolver impasses provocados pelo comportamento irracional dos trabalhadores. O desemprego é tomado aqui como um problema natural, porque acontece num curto prazo de tempo. Além disso, os dispositivos adotados eliminariam impasses rapidamente, isso se não for impedido por fatores exógenos (Dathein, 2004).

De acordo com o autor, os neoclássicos, mesmo admitindo a possibilidade da existência do desemprego involuntário de longo prazo, causado por problemas conjunturais

do contexto, continuam reafirmando que o mercado poderia resolver o problema se não fosse impedido de atuar livremente. Segundo Dathein (2004), os núcleos teóricos dessa corrente usam o desemprego natural ou estrutural em contraposição ao cíclico ou conjuntural para se isentar da responsabilidade da crise gerada pelo mercado. O uso desse argumento é uma forma de impor as suas regras aos trabalhadores. Nesse viés, o pleno emprego é destacado por estes teóricos como o principal fator externo de imposição ao mercado, que gera a crise estrutural do desemprego, posto que as exigências da classe trabalhadora diante desse contexto não condizem com a realidade do mercado de trabalho.

Segundo Dathein (2004), essa perspectiva neoclássica possui um núcleo teórico muito forte que continua reafirmando que o desemprego é um problema voluntário causado pelos próprios trabalhadores e pela interferência externa, que impede, assim, a execução de pleno emprego pelo mercado de trabalho. O pleno emprego defendido por esse núcleo teórico possui consequência sobre a classe trabalhadora, que pode adotar as antigas políticas estabelecidas pelo mercado antes da regulação do mercado pelos trabalhadores, tais como jornada exaustiva de trabalho, mais-valia, baixo salário etc.

Outro aspecto importante destacado por Dathein (2004) é que nesse núcleo teórico que defende assim a política de livre mercado com mínima participação de Estado, são as diretrizes adotadas por instituições internacionais e nacionais para definir o desempregado. Uma crítica construtiva por parte dos sociólogos mostra que muitos indivíduos acabam ficando fora de estatísticas por conta das diretrizes metodológicas adotadas. As abordagens neoclássicas consideram somente o desemprego aberto³ relevante para os estudos teóricos sobre o desemprego (Dathein, 2004), uma vez que as diretrizes colocadas para classificar o desemprego acabam deixando muitas pessoas de fora, porque colocar os que estão procurando durante sete (7) ou trinta (30) dias, deixam muitos fora dos bancos de dados. Mostraremos exemplo claro desses dados mais adiante. Os dados produzidos por agências de pesquisa internacional não captam toda a realidade do contexto do Sul Global, uma vez que os números de desalentados⁴ podem passar dos considerados ativos dentro desses dias de procura. Os neoclássicos se baseiam nesses dados para afirmarem a não existência de uma grande quantidade de pessoas desempregadas, que, para eles, os desalentados são os que não querem

³ São pessoas que procuraram emprego nos 30 dias de forma efetiva, 30 antes do período da entrevista, e que não fizeram nos últimos sete dias nenhum trabalho.

⁴ São indivíduos sem ânimo para procurar emprego, percebendo o que já o espera no mercado.

trabalhar, sem perceber que a própria insuficiência de postos de trabalhos pode gerar o sentimento de desistência por parte dos que estão desempregados.

Para essa concepção teórica, segundo Dathein (2004), que toma o desemprego aberto como único fator importante para as análises das teorias que se debruçam sobre o fenômeno, todas as formas de ocupações possuem os mesmos *status* e vão se diferenciar a partir dos salários. Usam a dicotomia emprego *versus* desemprego para normalizar as formas precárias de ocupação no mercado, negando, assim, a proteção aos trabalhadores. Tomam a variável salarial como chave para o desemprego, uma vez que exigências do “salário anormal alto” podem produzir o desemprego (Dathein, 2004). Em resumo, as reivindicações salariais por parte dos trabalhadores são vistas como anormais por neoclássicos.

Para Dathein (2004), as políticas econômicas propostas por neoclássicos para a eliminação do desemprego, consideradas por eles como “involuntário”, vão contra os sujeitos que precisam vender sua força para sobreviver, uma vez que visa eliminar o poder reivindicativo. A primeira proposta aparece sempre quando os teóricos dessa concepção tentam justificar o problema desemprego, “liberalização do mercado”, sem a intervenção do Estado. A segunda tem a ver com o auxílio desemprego criado para assegurar aquele trabalhador que está sem emprego no momento. Para adeptos dessa teoria, o pagamento do salário desemprego deveria ser limitado, sobretudo o prazo de duração, porque tem alto custo para os empresários e incentiva a não procura do emprego. A última é o limite do poder sindical, que usa de barganha salarial para se opor ao mercado. Para estes teóricos, isso gera o desemprego de massa. Quanto menor for a cobertura sindical menor será o desemprego, porque o mercado produz desemprego para conter essas reivindicações sindicais.

Resumindo, a concepção neoclássica, apresentada de forma holística por Dathein (2004), afirma que o fenômeno do desemprego não é uma questão macroeconômica, mas sim micro, porque é gerado por reivindicações internas vindas de classes trabalhadoras. Em razão disso, o problema do desemprego se encontra na oferta e não na demanda. Para Dathein (2004), os teóricos neoclássicos tentam dar resposta aos fatos da realidade para poder livrar-se das críticas feitas a este tipo de pensamento que demonstra um posicionamento claro.

Segundo Dathein (2004, p. 126), as tentativas neoclássicas de sustentação desse pensamento, que afirma que o principal problema de desemprego está na oferta “(...) acaba correndo o risco de virar uma “colcha de retalhos” teórica, uma vez que estes argumentos não condizem com a realidade”. Ademais, Dathein (2004) apresenta outra concepção teórica, apesar de capitalista, mas que parece mais sensível aos problemas sociais.

A teoria keynesiana vem na contramão do que defendem os neoclássicos. Para Keynes, o desemprego pode ser involuntário, uma vez que os trabalhadores oferecem o seu labor, mas não têm trabalho. De acordo com autor, para Keynes não é o alto salário que determina o desemprego, porque existem muitos trabalhadores se oferecendo para trabalhar mesmo com salários-mínimos. Para a concepção keynesiana, a demanda efetiva é o principal elemento na geração do desemprego involuntário que é influenciado pelo comportamento do investidor, com base nos seus retornos dos investimentos (Pereira e De Almeida, 2011; Dathein, 2004; Klagsbrunn, 1996). A demanda efetiva colocada por Keynes funciona por meio de sistemas monetaristas dos investimentos, em que a especulação toma um papel central sobre os investidores (Klagsbrunn, 1996). Segundo Dathein (2004), os keynesianos defendem a necessidade da intervenção do Estado para regular o mercado e controle da especulação, que acaba gerando medo de investimento do empresariado, que aguarda o retorno dos seus investimentos. Essa insegurança com relação aos investimentos se traduz no desemprego involuntário, uma vez que absorve pouca mão de obra.

Segundo Dathein (2004), o livre mercado defendido por neoclássicos como mecanismo pode levar ao pleno emprego, ao contrário dessa argumentação, os keynesianos defendem que a liberalização do mercado não pode levar automaticamente ao pleno emprego, por isso a necessidade de políticas públicas por parte do Estado para a eliminação do desemprego (Dathein, 2004; Klagsbrunn, 1996). O desemprego voluntário, para os teóricos keynesianos, não possui relevância para a análise do problema social.

Nas crises econômicas geradas pela incerteza ou pelas instabilidades em uma economia monetária da produção, a moeda possui um papel fundamental para determinação do produto e da renda. Ademais, precisa do Estado como estabilizador para resolver as flutuações cíclicas da economia, por meio de investimentos públicos e de direcionamentos para os investimentos (Pereira e De Almeida, 2011; Dathein, 2004). Então, para este núcleo teórico capitalista mais sensível com relação à empregabilidade, justifica-se o seu argumento a partir da crise de 1929, quando as economias dos países do capitalismo central entraram em crise, gerando o desemprego de massa. Como demonstrou Pereira e De Almeida (2011), em 1920, antes do colapso total das economias Europeias, a Grã-Bretanha já vinha enfrentando uma crise, pois lá o desemprego chegava a 10%. Para os autores, Keynes traz críticas à crise enfrentada tendo em vista o modelo econômico adotado pelos britânicos, em que a redistribuição da renda é em favor da classe rentista.

O outro aspecto destacado por Pereira e De Almeida, (2011), no pensamento da teoria de Keynes, com relação à manutenção do pleno emprego no capitalismo, “(...) só seria possível com a expansão dos investimentos, componente da demanda agregada mais volátil e instável da economia (...)” (Pereira e De Almeida, 2011, p.3). Essa expansão dependerá também do poder do consumo, já que, segundo Dathein (2004), os níveis altos de demanda aumentam os investimentos, que se traduzem em grande quantidade de empregos.

O pleno emprego não é tomado como nível nulo de desemprego, mas sim a redução breve de intervalo do tempo de desemprego (Dathein, 2004). A OIT realça o mesmo argumento, ressaltando que os postos de trabalho devem esperar os indivíduos e não o contrário. No atual cenário em que vivemos, com o processo crescente do desemprego e o fim da seguridade em alguns países europeus, talvez a proposta possa servir para minorar os problemas da atualidade. Como destaca Dathein (2004), os Estados nacionais perderam o poder de controle das flutuações cíclicas do mercado.

As tecnologias também são um dos fatores que contribuem para a geração do desemprego de massa, cada vez mais os trabalhadores têm sido enviados para casa sem expectativa de retorno (Dathein, 2004). Rifkin (2004) também destaca o mau uso destas ferramentas, que deveriam servir para os trabalhadores reduzir a jornada exaustiva de trabalho, mas acontece o contrário. Como qualquer teoria que pode ser superada, a concepção keynesiana sobre a intervenção das estatais, para mitigar os problemas econômicos em caso de crise econômica e alto desemprego, vai ser substituída pela de Joseph Schumpeter, conhecida como “núcleo teórico schumpeteriana”, que (...) “destacam que as mudanças estruturais da oferta agregada como potenciais geradores de desemprego (...)” (Dathein, 2004, p.128). De acordo com o autor, (2004), os adeptos dessa teoria defendem que as mudanças nas estruturas acontecem em decorrência dos fatores de inovações e de desenvolvimento econômico (comércio internacional) que provocam endogenamente os desequilíbrios e os ciclos na economia. A inovação de Schumpeter produz atração e expulsão da classe trabalhadora (Dathein, 2004, p.129). O desemprego gerado pelas inovações tecnológicas é caracterizado de modo involuntário, diferente da perspectiva neoclássica, que tomaria como voluntário ou gerado por fatores exógenos ao mercado.

Segundo Dathein, (2004), os núcleos teóricos dessa corrente defendem que o próprio Schumpeter não é contra a intervenção estatal para eliminar o problema do desemprego, uma vez que pode haver um problema em que o sistema econômico não consegue força para a situação de desequilíbrio. Mas para Schumpeter, a intervenção no mercado pode gerar

também a crise. A crise temida pela teoria de Keynes é vista por Schumpeter como algo positivo, que terá um papel fundamental na seleção das empresas aptas e inaptas, e poderá reverter o processo inflacionário (Dathein, 2004), apesar de afetar os indivíduos que não tem nada a ver com a causa.

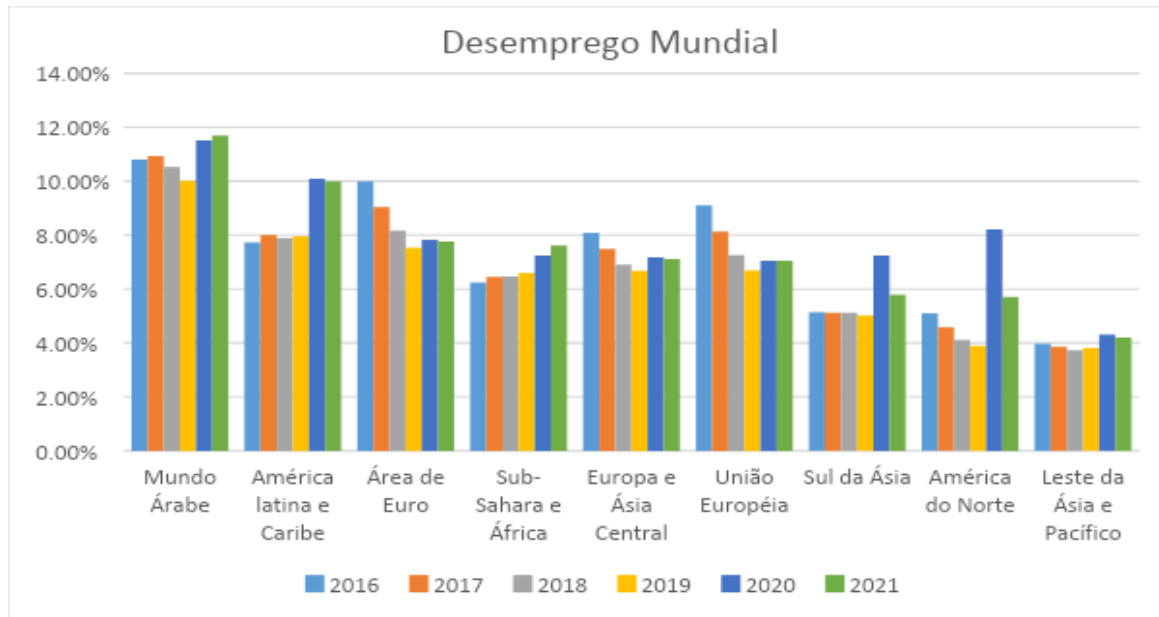
A proposta colocada pela teoria Schumpeteriana para minorar o desemprego provocado pelas novas tecnologias, que tende a crescer cada vez mais, substituindo a mão de obra, é a flexibilização da jornada de trabalho. Para absorver mais pessoas na situação de desempregado, a mesma lógica defendida por esse núcleo teórico aparece no livro “Fim do emprego” de Jeremy Rifkin, que coloca a mesma proposta para poder acomodar a todos(as).

As concepções teóricas apresentadas aqui da Ciência Econômica contribuem com as discussões teóricas sobre o fenômeno do desemprego a nível global e podemos classificá-los pelos argumentos defendidos: bizarro, sensível e moderado, seguindo a lógica de apresentação. Nota-se que, nas diferentes concepções teóricas, cada um vai apresentar sua percepção sobre o desemprego, o mais bizarro são os neoclássicos, pois se percebe a falta de sensibilidade com relação à condição do trabalho, quando propõe a jornada exaustiva de trabalho. A partir desta concepção, os keynesianos assumem, desta forma, que o próprio mercado é o problema em si, que precisa ser regulado pelo Estado; já os Schumpeterianos, os mais moderados, tentam conciliar os dois aspectos que cada teoria acima defende.

O atual cenário que a classe trabalhadora vem vivenciando com o avanço da política neoliberal possui algumas características com os modelos neoclássicos da época. Um exemplo de flexibilização é a forma de contratação que deu ao empregador o poder de demitir ou de contratar serviços da empresa *Enxutas*, que vem trazendo até dificuldade teórica para pensar o conceito de desemprego (Gautie, 1998).

Mas quando olhamos para os dados estatísticos mais recentes, percebe-se que o fenômeno se expandiu para outros contextos sociais, e deve ser visto como fenômeno global. Assim, apresentaremos, a seguir, o gráfico sobre o desemprego a nível global, mas com algumas críticas metodológicas.

Gráfico 1 – Desemprego Mundial



Fonte: <https://www.statista.com/statistics/279790/unemployment-rate-in-selected-world-regions>⁵

Os dados ilustrados sobre a taxa do desemprego mundial de 2016 até 2021, publicado pelo site *Statista*, em 29 de agosto de 2023, demonstram a preocupação com relação ao fenômeno que, em algumas zonas, tende a piorar o desemprego, em outras, teve baixa. Essa situação se agravou mais com a pandemia de Covid-19. Milhares de trabalhadores perderam os postos de trabalho, porque faliram também muitas empresas de pequeno porte, que garantiam o emprego. A classe trabalhadora vive dois dilemas que estão dificultando o processo de retorno à normalidade, sem que haja a intervenção estatal. Primeiro, há a própria crise de capital que atingiu uma grande massa de trabalhadores na Europa e nos EUA. Segundo, há a própria pandemia de Covid-19, que deu argumento para o empresariado flexibilizar ainda mais as formas de contratação.

As questões colocadas aqui sobre o desemprego que afeta todas as realidades sociais, tal como ilustrado no *gráfico 1*, demonstra o nosso argumento de que a falta de emprego é um problema global. Tal problema perpassa diferentes nações, mas vai operar de forma diferente

⁵ Os dados também trazem outro aspecto que começamos a apontar anteriormente, isto é, diretrizes adotadas para a extração de informações que toma, muitas vezes, os parâmetros de ativos na procura do emprego, com uma semana como o real número dos desempregados. Os contextos sociais da insuficiência de postos de trabalhos tendem a diminuir por conta, cada vez mais, da própria ausência dos postos de ocupação. Há também o exemplo dos contextos da África subsaariana, onde os números de imigração ilegal por parte de jovens são muito fortes por conta da pobreza e da falta de emprego. Os números dos que não procuram, por já saberem o que esperam, devem ser maiores em relação aos apresentados.

quando olhamos para os contextos do Sul Global, onde não houve a generalização salarial para toda a população. Com isso, o desemprego vai ser acompanhado com o fenômeno da extrema pobreza.

Desse modo, essa crise do capital que se traduz em falta de empregabilidade no contexto europeu, se manifesta no contexto do Sul Global de forma diferente, uma vez que estes contextos nunca vivenciaram a ideia de pleno emprego que tiveram com o estado de bem-estar social no Norte Global. Estes fatores se devem à colonialidade do poder que estabeleceu a relação vertical entre os contextos sociais a partir do colonialismo. A extrema pobreza vivenciada nestes contextos sociais foi impulsionada por um passado escravagista não muito tardio, que por muitos anos explorou a realidade do Sul para desenvolver o Norte. Por isso, quando se fala do estado de bem-estar social, limita-se somente aos contextos europeus, porque as garantias dadas não se aplicavam às antigas colônias que estavam sob jugo colonial. Antes de debruçar sobre o desemprego o sul global é importante destacar o efeito do desemprego sobre as mulheres que quando olhamos para as estatísticas são maiores em termo quantitativo e são maiores em termo de ocupações precárias. Todo isso movido pela estrutura patriarcal da sociedade capitalista que coloca as mulheres nesse lugar de submissão e de extrema precariedade.

1.2 Desemprego no Sul Global

Quando se fala na Revolução Industrial sempre são mencionados os saltos tecnológicos e a geração de empregos no Norte, mas não narram a desumanização que este projeto imperialista fez nos contextos do Sul Global. De acordo com Quijano (2005), o processo expansionista imperialista estruturou o mundo a partir da divisão racial do trabalho, em que os índios foram poupados, tendo em conta o nível da dizimação em massa que ocorreu, mas que não deixaram de trabalhar pelos colonos. Os africanos são submetidos aos trabalhos forçados, enquanto o branco imigrante europeu era livre para ser comerciante, artesão e trabalhador remunerado. Esta questão levantada começa a colocar os desafios para pensar o desemprego num contexto em que as pessoas foram submetidas à desumanização.

Pensar o desemprego no Sul Global levanta uma série de questões que coloca o desafio de definir o desemprego, olhando para as questões históricas, que vão estruturar economicamente e socialmente estas realidades. Primeiro, a experiência do Sul com relação ao fenômeno de desemprego sempre decorreu na base da desumanização. Quando narram

historicamente que as revoluções foram marcos históricos para as mudanças na concepção de trabalho, que introduz o assalariamento aos trabalhadores ocidentais, é importante destacar que, nesse processo, os índios e os africanos estavam sob trabalho escravo na época, contribuindo para o desenvolvimento do projeto imperialista do capital (Federici, 2023).

A segunda questão que também é criticada por Castel é que os 30 anos gloriosos servem para embelezar os 30 anos de injustiça que ocorreram nas antigas colônias, uma vez que, enquanto o trabalhador Europeu usufruía de direitos do cidadão, as populações de antigas colônias do Norte Global estavam lutando pelo trabalho livre.

Na terceira e na última questão percebida durante este processo de compreender o fenômeno a nível global, nota-se a conceituação do fenômeno ainda regida pela instituição internacional, que acaba por universalizar o problema, porque, como destaca Guimarães (2002), em muitos contextos, a estrutura do trabalho e a relação salarial não se generalizaram, por isso a necessidade de conceituar o fenômeno a partir de parâmetros nacionais. Nos contextos africanos, sobretudo no da Guiné-Bissau, que possui uma instituição de pesquisas precárias, a maior parte de dados do desemprego são produzidos pelas instituições internacionais.

A expansão do colonialismo europeu para outros contextos sociais deixou profundas marcas de violências produzidas tanto no plano físico quanto simbólico. O Sul Global vem enfrentando várias crises, sociais e econômicas devido à herança maldita deixada pela colonização do Norte Global. As questões sociais enfrentadas pelos países que fazem parte desse bloco do Sul Global são consequências de muitos anos de exploração da força de trabalho escravo e da apropriação de riquezas.

Os estudos emergentes, como os pós-coloniais, subalternos, decoloniais, afrocêntricos e teóricos da dependência, demonstraram bem o modo como o imperialismo programou a economia mundial, criando ainda mais dependência entre as antigas colônias e a metrópole. Essa relação é percebida pelas instituições, como o Banco Mundial e o FMI, ditando as regras de como as economias no Sul Global devem se comportar. A partir dessa lógica imperialista econômica os continentes vão sendo organizados em três dimensões. O continente Africano vai se situar dentro dessa divisão internacional de trabalho como proporcionador de mão de obra barata através de remessa de imigrantes ilegais aos países europeus; enquanto a América latina oferecia *commodities* para grandes indústrias do Norte Global; e a metrópole possui domínio sobre as tecnologias, o que permite exercer o controle sobre estes contextos por meio de força militares, econômica e política.

De acordo com Cosenza (2015), essa lógica de divisão internacional do trabalho, introduzida pelo sistema imperialista do Norte Global, possui o único objetivo de explorar, cada vez mais, as periferias, neste caso, os países considerados subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento. O autor vai discutir a Divisão Internacional de Trabalho (DIT), a partir da contribuição de três grandes obras (Samir Amin, Arghiri Emmanuel e Christian Palloix) que contribuíram bastante para a compreensão do capitalismo mundial no Sul Global. Para Cosenza (2015), estas três obras são importantes para o entendimento da assimetria de poder entre países ou regiões. Quando olhamos para a relação entre Sul Global e Norte, percebe-se que as instituições coloniais ainda exercem poder político, econômico e militar nestas regiões, sobretudo na África, refém desse controle.

Os problemas sociais enfrentados pelos países do Sul, especialmente no continente africano (os conflitos interétnicos, religiosos, miséria, desemprego etc.) são mecanismos que o Norte Global usa para exercer o controle político sobre o corpo africano. Quando não consegue exercer esse poder por meio destas instituições coloniais deixadas por eles, usam narrativas que dão justificativa para poder usar força militar. Muitos países africanos já tentaram se emancipar, rompendo com essa dependência com o ocidente e com os norte-americanos, mas sofrem consequências drásticas, a exemplo da Líbia, que sofreu invasão da França e do Reino Unido.

Hoje o quantitativo de imigrantes ilegais aumentou em grande quantidade, consequência das guerras promovidas ou patrocinadas pelos europeus e norte-americanos em outras regiões. As pessoas são obrigadas a recorrer a estas vias ilegais à procura de condição da sobrevivência. A Europa vira, assim, “*Jardim do Éden*”, reforçando as narrativas que foram difundidas durante o processo da escravidão, já o Sul permanece como lugar de violência e de miséria.

O continente africano sofre muito com o fenômeno do desemprego, sobretudo entre os jovens, que são condicionados a procurar os caminhos ilegais para a migração, com o objetivo de conseguir um emprego. O desemprego como uma questão social, vai se configurando, como um dos grandes problemas para os jovens da região subsaariana africana, influenciados tanto por fatores externos como internos. No âmbito externo, basta olhar para as consequências sociais e econômicas causadas pela colonização que perdurou durante anos sobre o continente, dividindo em colônias de exploração e de povoamento; já nas questões internas influenciadas por estas questões externas, são percebidas as instabilidades políticas e

militares em alguns países africanos, especialmente a Guiné-Bissau, que se traduz nos problemas sociais, como o desemprego.

Na verdade, segundo Mbembe (2019) e Ki-Zerbo (2006), os Estados pós-coloniais africanos são neocoloniais, porque as instituições coloniais, como o Banco Mundial e o FMI, continuam presentes, operando não mais por via de força, mas por meio de elites corruptas e de ditadores que estão a serviço da metrópole. Essas negam assim o direito básico aos seus povos, concentrando poder de decisão e riqueza nas mãos de um “grupinho”, apoiados pelos militares. Os problemas de desemprego enfrentados por grande massa de jovens na Guiné-Bissau se devem muito aos aspectos de desigualdade e de corrupção a nível estatal do país.

O desemprego jovem é um fenômeno global, que também tem as suas especificidades em cada contexto social, isso é bem evidente, dado que a própria organização internacional do trabalho (OIT) mantém aberta a discussão sobre o que é desemprego. Quando se discutia o termo “desemprego”, que está atrelado ao contrário do emprego, os países africanos que conhecemos hoje não cabiam dentro desse enredo, porque, em sua maioria, não eram trabalhadores livres, a proteção servia somente para o trabalhador branco europeu.

Hoje, mundialmente, a África é considerada como o continente com o maior nível de “trabalho informal”. Isso se deve ao fato de os problemas do passado, que refletem nas questões sociais e econômicas da atualidade. A África figurou desde o início da expansão capitalista como ofertador da mão de obra para o desenvolvimento do projeto capitalista. Essa configuração, estabelecida durante o Período Colonial, continua presente na contemporaneidade, porque com todas as suas riquezas poderiam criar indústrias de transformações – que gerariam postos de trabalhos para sua população –, mas isso não tem acontecido devido às intervenções neocoloniais que contribuem para o empobrecimento do continente, que tem como principal questão o desemprego.

Autores/as como Furtado (1983), Antunes (2006) e Félix (2021) vão pensar o desemprego como a forma que o sistema capitalista mundial encontrou para exercer o controle político, social e econômico sobre a classe trabalhadora, por meio de mecanismo denominado por Marx (1975) como exército industrial de reserva (desempregados). Esse por sua vez influencia de forma direta ou indireta a produção de mais-valia produzida por aqueles que são empregados. Já olhando para o sul, sobretudo para a África, especialmente a Guiné-Bissau, tem-se a insuficiência em termo de oferta de emprego, que é a forma que o capitalismo atua nestes lugares, desestruturando cada vez mais esses contextos para poder controlá-los politicamente. O exemplo clássico desta situação são denúncias que vem

acontecendo nestes tempos, de empresas de transnacionais, como Apple, Google, Tesla e entre outras, que submeteram aproximadamente 40 mil crianças do Congo Democrático ao trabalho escravo nas minerações.⁶

O Sul Global apresenta muitos desafios do ponto vista político, econômico e social, que possibilitam às empresas transnacionais do Norte Global ditarem as regras com relação ao funcionamento do mercado de trabalho. Outro fator importante – que não podemos deixar de lado nestas questões levantadas com relação às transnacionais com o contexto do Sul Global – é a concentração de partes de riquezas na mão de uma elite política corrupta que é subordinada por estas empresas.

De acordo como Honwana (2014), as instabilidades políticas, a má governação e as políticas sociais e econômicas desajustadas contribuem de forma direta para os agravamentos dos problemas existentes nas sociedades africanas, implicando indiretamente sobre a vida dos jovens africanos com idade de trabalhar, mas sem condição devido a esses fatores. Segundo a autora, os recentes protestos que vêm sendo liderados por jovens ativistas africanos são inconformismos com a situação na qual estão inseridos. Nas manifestações que ocorreram no Egito contra a reeleição do Bashar-Ál-Sad, jovens ateavam fogo no corpo na Tunísia, no Moçambique, no Senegal e na Angola diante dos confrontos com as forças de segurança. Essas revoltas são motivadas pela condição precária que estes grupos de sujeitos são submetidos por elites políticas corruptas (Honwana, 2014). De acordo com a autora, mais da metade da população do continente possui menos de 25 anos, fazendo com que estes grupos se tornem mais marginalizados e excluídos de processos socioeconômicos da sociedade africana.

Neste contexto, uma parte da condição socioeconômica que o continente africano se encontra no momento vem da herança colonial herdada por uma elite corrupta que, em vez de governar pelo povo e pelo bem-estar do continente, fazem o contrário. Governam deste modo representando interesses particulares, familiares ou aos serviços de antigos colonos que continuam presente de forma oculta, mesmo depois do fim da colonização (Ki-zerbo, 2006). O autor também destaca que os dirigentes africanos fazem do Estado algo patrimonial ou étnico, que não seja verdadeiramente um Estado, porque não zela pelo bem comum, mas sim pelos interesses alheios de “grupinhos” de elites. Os Estados que tentam zelar pelo interesse

⁶ <https://www.bbc.com/portuguese/geral-50828077>

<https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1648679405964270-mineracao-artesanal-na-republica-democratica-do-congo>

coletivo são cada vez mais sufocados pelas instituições internacionais que reproduzem a lógica de dominação colonial, impondo as regras que visam privatizar os serviços públicos, como escola, educação e saúde.

Em consequência, afeta de forma direta os países africanos, onde o setor privado não se desenvolveu e o setor público configura como o principal mercado de inserção. De acordo com Ziegler (2013), os serviços públicos foram as primeiras vítimas do plano de ajustamento estrutural, que contribuiu para a desestruturação do mercado de trabalho dos países africanos, a exemplo de Níger.

No Níger, como vimos, o FMI exigiu a privatização do departamento nacional de veterinária. A partir daí, os criadores tiveram que pagar às sociedades transcontinentais privadas preços exorbitantes pelas vacinas, vitaminas e antiparasitas de que necessitam para tratar seus animais. Consequência: dezenas de milhares de famílias perderam seus rebanhos. Elas vegetam hoje nas favelas das grandes cidades costeiras – Cotonou, Dakar, Lomé, Abidjan (Ziegler, 2013, p.135).

Essas políticas estão contribuindo para o agravamento da pobreza no continente africano, mantendo, desta forma, a relação assimétrica com antigos países colonizadores, visto por Ki-zerbo (2006) como processo neocolonial, mantido por meio destas instituições transnacionais. A questão levantada sobre as políticas econômicas impostas pelo Norte Global aos contextos do Sul terá um impacto devastador para estes países ditos subdesenvolvidos, uma vez que não levou em conta as especificidades do mercado de trabalho local. Como aponta Ki-zerbo (2006), há impossibilidade destes países, ditos de terceiro mundo, entrarem na competitividade com os países cujas economias já se consolidaram neste processo de colonialismo. Essa impossibilidade pode ser traçada a partir de dois argumentos: primeiro, o processo colonial deixou marcas profundas nos aspectos econômicos e sociais para as populações do Sul Global, o que vai dificultar o processo de estabilização devido à pobreza extrema vista na atualidade; o segundo aspecto é o que o Ki-zerbo chama de formação de Estado, que ainda encontra as dificuldades para a sua consolidação. Estes contextos vivem os dilemas de golpes de Estado o tempo todo, demonstrando que ainda não houve a consolidação dos Estados nacionais africanos. Temos como exemplo a Guiné-Bissau, que já realizou a 11ª legislatura devido às crises políticas que se traduz nos golpes de Estado e a derrubada de governos pelos presidentes autoritários.

Depois da independência, esses países foram deixados à própria sorte, e isso implicou diretamente nas formas de organização institucionais. Hoje, os contextos africanos são caracterizados como os lugares em que mais existem os “trabalhos informais”, porque o

projeto político ocidental é empobrecer ainda mais para poder manter a relação de domínio a partir da colonialidade do poder (Quijano, 2005).

Os contextos africanos colocam os desafios metodológicos e teóricos de pensar o termo “emprego”, já que envolve muitas dimensões segundo Dathein (2004) e a definição de OIT. O termo “emprego” remete a um contexto favorável à classe trabalhadora; por outro lado, o desemprego é uma situação de transição de um posto de trabalho para o outro. Esse aspecto não se aplica aos contextos africanos, uma vez que a falta de posto de trabalho motiva, desta forma, o êxodo rural e a imigração ilegal. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Banco Mundial (BM) em 2008-2009, na região da África Subsaariana, sobre os indicadores do desenvolvimento na África, constatou-se que a falta de emprego nas zonas rurais dos países da sub-região subsaariana, da qual a Guiné-Bissau faz parte, gera a imigração de população de zona rural para a urbana, para a procura de melhores condições sociais e econômicas.

Segundo os dados do Banco Mundial (2023), mais de 462 milhões de pessoas na região subsaariana da África vivem em extrema pobreza. O ritmo de crescimento populacional não está acompanhando as mudanças econômicas, isso tem contribuído para o crescimento desigual entre a população africana, que se traduz em conflitos entre os grupos. No momento, 60% da população da região subsaariana africana tem menos de 25 anos de idade, quer dizer mais da metade da população é jovem (ILO, 2019). E estes números tendem a crescer cada vez mais, devido à taxa de esperança média de vida ser muito baixa.

As rupturas institucionais vistas nas regiões subsaarianas africanas, apoiadas pela população de modo geral, são consequências do desenvolvimento desigual, vistos por muito tempo no continente, reflexo de um grupo de elite política corrupta que coloca os interesses particulares acima dos bem coletivos. A maior parte de governantes africanos eleitos pelo povo não se preocupa com os problemas sociais e econômicos do país. Estes governam para os interesses dos antigos países colonizadores, e é o exemplo clássico da França com as suas ex-colônias, que interferem o tempo todo nas governanças locais. Os resquícios coloniais continuam se fazendo presente no contexto africano e se manifestam a partir das instituições neocolônias, que reproduzem a velha lógica colonial por meio de instituições financeiras internacionais presentes nestes territórios.

Na região subsaariana há 252 milhões de pessoas ocupadas, mas que se encontram numa situação de extrema pobreza devido à precarização dos postos de trabalhos com baixa produtividade; e 54,5 milhões são jovens que não trabalham e nem frequentam a formação

(OIT, 2019). Na zona norte da África, a taxa de desemprego jovem ainda é mais alta, 30% sem ocupação e a porcentagem é alta ainda entre as meninas, que são mais de 40% nesta situação, considerada pela OIT como a mais alta do mundo (OIT, 2019).

Na taxa de “informalidade” apresentada nesse relatório da OIT (2019), na África subsaariana estão envolvidos 85% do total dos trabalhadores e 95% destes trabalhadores são jovens. A maior parte desta mão de obra está centralizada no setor agrícola com pouca produtividade, e a maior parte destes jovens possuem pouca qualificação profissional. O emprego no setor transformador (formal) ocupa 6,2% do emprego total (OIT, 2019). Esta é uma situação muito alarmante para as realidades africanas e, segundo projeções do Banco Mundial⁷ (2023), haverá um crescimento líquido populacional na região subsaariana africana de 740 milhões de pessoas até 2050.

As questões levantadas aqui sobre como pensar o pleno emprego no contexto do Sul Global, especialmente na África, nos coloca, desta forma, os desafios de pensar a proteção social num contexto de extrema pobreza para a população. A África ainda vive os temores da colonização, o que reflete atualmente nos governantes corruptos a serviço dos países imperialistas, que por muito tempo exploraram os recursos naturais e a mão de obra escrava.

O desemprego é uma questão central para os africanos, sobretudo para os jovens que tem recorrido à imigração ilegal para procurar uma condição social que garanta a sua sobrevivência e a da sua família, como destaca a OIT: “O elevado grau de desemprego jovem é um fator determinante das migrações dentro do continente e para países de outras regiões, sendo a migração de trabalhadores domésticos com baixas qualificações um reflexo da extensa pobreza e da falta de oportunidades na região” (OIT, 2019, p.14).

A emigração para jovens africanos configura como possível solução para a situação social na qual estão inseridos economicamente. A ocupação torna-se, para estes sujeitos, como uma transição para a fase adulta (Honwana, 2014), por serem obrigados a recorrer às vias ilegais de imigração para outros contextos que possibilitam o emprego.

Os africanos nunca viveram o pleno emprego como o contexto do Norte global, por isso a necessidade de indagar a crise estrutural provocada pelo capital, que afeta os trabalhadores no nível global e que não deve ser homogeneizada. Primeiro: no Sul nunca

⁷ <https://www.worldbank.org/en/region/afr/overview>

houve a generalização salarial para toda a classe trabalhadora. Uma grande parcela da população vive à própria sorte. Segundo: os efeitos são mais perversos no Sul, uma vez que as legislações trabalhistas são fracas, especialmente nos contextos africanos, onde os governantes assinam os acordos com as empresas transnacionais que contratam de forma irregular e exploram a mão de obra. Portanto, toda essa situação dificulta o processo de implementação de pleno emprego nos contextos do sul, em especial na África.

Em suma, nesta primeira parte, procuramos conceituar o desemprego, trazendo a definição da OIT, que resume o fenômeno como pessoas economicamente ativas em idade de trabalhar, mas sem posto de trabalho, que influencia na conceituação adotada por grande parte dos países, mas que, na verdade, esta forma de conceituação serve mais para a lógica do funcionamento do mercado. Demonstramos que o termo “desemprego” é chamado historicamente assim, pois emergiu num contexto de intervencionismo estatal nas economias junto com a Ciência Econômica. Outra questão importante desta primeira parte, que ao longo do texto destacamos, é que os direitos dos cidadãos não se aplicam ao contexto do Sul Global.

CAPÍTULO 02 - DESEMPREGO EM GUINÉ-BISSAU

Demonstramos, no capítulo anterior, os problemas sociais, econômicos e políticos enfrentados por contextos do Sul Global, na qual a Guiné-Bissau está inserida geograficamente a partir dessa divisão ideológica estabelecida pela colonialidade de poder no Período Colonial. Assim, o desemprego como fenômeno que assola todos os contextos sociais terá consequências muito avassaladoras nestes contextos que ainda vivem a extrema pobreza e outros fatores vistos, que impossibilitam a criação de muitos postos de trabalho. São conflitos travados em algumas regiões do continente africano entre os grupos religiosos e étnicos. A Guiné-Bissau viveu muitos processos de instabilidade durante estes 50 anos da sua existência como Estado soberano, fora dos domínios coloniais, protagonizados por atores políticos do país. Antes de apresentar um quadro sobre o problema do desemprego na Guiné-Bissau, que carece de trabalhos para análises do fenômeno, traremos as questões estruturais do país. Olharemos para as questões políticas que têm contribuído para o atraso do desenvolvimento do país, uma vez que, mesmo com os resultados eleitorais que dá a determinados partidos a governança, tais questões não são respeitadas pelas outras classes políticas que não sabem fazer oposição aos seus adversários politicamente. Já a dimensão econômica é afetada por

problemas políticos do contexto, e a própria política econômica imposta pelo Banco Mundial e pelo FMI, denominada de ajustamento estrutural, terá consequências sobre o mercado de trabalho da Guiné-Bissau.

1.3 Disputas Políticas em Torno da Governabilidade

A Guiné-Bissau é um país localizado no oeste do continente africano, que foi vítima da invasão portuguesa no ano de 1446, o que culminou com o processo de exploração e de escravidão de muitos anos. Durante o processo da colonização, o país era considerado a região ultramarina de Portugal (Silva, 2022). O país tornou-se independente em 24 de setembro de 1973, depois de 11 anos de guerra entre os movimentos libertadores, compostos por assimilados e não assimilados contra colonos portugueses.

Os países que eram controlados pela colonização portuguesa (Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé) possuíam uma série de normas, dentre as quais, o chamado “Estatuto de Indigenato – lei nº 39.666” –, criado em 20 de maio de 1954. Esta lei orgânica ultramarina tinha todas as diretrizes que regiam a organização social dos nativos. Visava implementar o modo e os costumes portugueses nas suas colônias, com objetivo de controlar a população nativa. As normas davam aos colonizadores portugueses poder sobre a vida dos nativos, sobretudo, e mais fortemente, daqueles que viviam nas zonas urbanas. Grande parte destes acabaram por se assimilar, sendo, mais tarde, chamados de lusogvineenses, passando a se diferenciar daqueles que viviam nos campos e no interior do país e que resistiam à invasão colonial (Silva, 2022).

Esta estratificação social colonial permanece até os nossos dias. Os luso-Gvineenses viveram a maior parte das suas vidas com colonos ou são aqueles cujos pais são portugueses e as mães nativas. Os que viviam nos campos de agricultura e que foram – e ainda são – excluídos socialmente, o autor os nomeou de etnorurais. Segundo Silva (2022), os assimilados possuíam privilégios em relação aos etnorurais que não tinham acesso à educação, saúde etc. Esta barreira de divisão da sociedade Guineense foi a forma que os colonos encontraram para exercer o controle sobre o corpo dos colonizados. Com isso, criou-se uma elite entre os próprios dominados, uma forma de impor as tradições coloniais e tentar dificultar a organização social contrária à dominação colonial. Destaca-se que esta forma de divisão social entre assimilados e não assimilados aconteceu em todas as colônias portuguesas nos países africanos.

Nesse sentido, etnorurais⁸ e luso-africanos tiveram papel fundamental no processo de emancipação da sociedade Guineense sob jugo colonial. Reuniram esforços em volta de um projeto nacional de libertação do povo da Guiné-Bissau da colonização portuguesa. Depois da luta de libertação, segundo Lopes (1988) e Jaurá (2009), a disputa entre os dois segmentos sociais pelo poder se tornou bem evidente, ficando nítida na composição do primeiro governo pós-independência, com os critérios usados para escolher os membros do Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), a fim de compor os comissariados (Ministérios), que eram baseados na contribuição durante a luta da independência. A forma como foram organizadas as estruturas governativas não beneficiou os camponeses.

As tarefas de descentralização política eram assim propostas: o órgão supremo, a Assembleia Nacional Popular (ANP) nomeava o Conselho de Estado e o Conselho dos comissários do Estado nomeava, respectivamente, a presidência coletiva, dirigida por um dos seus membros, e o governo, composto de dezesseis comissários. O órgão executivo era responsável perante o legislativo, em que os camponeses eram sempre a maioria. Esta configuração do legislativo não irá beneficiar os camponeses como se poderia imaginar, pois os luso-africanos (intelectuais) do partido se aproveitaram da falta do conhecimento da técnica legislativa e jurídica da maioria para assumir efetivamente a responsabilidade de elaborar todas as leis, todo o ordenamento jurídico do país, as diretrizes orçamentárias e a estratégia de desenvolvimento da Guiné-Bissau (JAURÁ, 2006, p.124).

Segundo Lopes (1988) e Jaurá (2009), os etnorurais, que são na sua maioria deputados, passaram a desempenhar mais a função de homologadores de propostas governativas do que participar de forma direta ou indireta na construção de planos e diretrizes orçamentárias para o desenvolvimento do país. Com isso, percebe-se que os interesses dos camponeses não são vistos como prioridade para o primeiro governo, isso vai agravar ainda mais a disputa no seio do partido (PAIGC).⁹

A estrutura governativa construída pelo primeiro governo não só beneficiou os luso-africanos, como também se desviou daquele propósito acordado pelos dois segmentos no começo da mobilização para a luta pela independência. Depois da guerra de libertação, o programa de governo, para se pensar um desenvolvimento sustentável, almejava investir nos projetos voltados para o campo (agricultura), porque o país possuía – e ainda possui – uma

⁸ O termo “etnorurais” é utilizado por autores guineenses para diferenciar os costumes e os valores de grupos sociais na Guiné-Bissau, mas este termo não é homogêneo, porque entende esses grupos a partir das suas diversidades de costumes diferentes. É utilizado para separar os valores e hábitos ocidentais impostos.

⁹ Após a guerra de libertação comandado pelo PAIGC, o sistema da governação era unipartidário, onde o partido era o Estado. Todas as decisões do país eram tomadas no bureau político do partido, eram como deputados. Esta antiga forma de trabalho que os deputados etnorurais desenvolvia, ainda é bem presente na atualidade os partidos e primeiro-ministro continua sendo ainda o criador do plano do governo. Nenhum deputado na Guiné-Bissau, criou um projeto para incluir dentro do plano de governação.

grande riqueza em solo para plantação. Em vez disso, o foco acabou por ser urbanização e industrialização. Nesta época, o então presidente Luís Cabral não tinha controle do partido (PAIGC), já que a maioria das decisões saíam, sobretudo, da indicação de membros do conselho de Estado. Mesmo assim, os luso-africanos aproveitaram a falta do conhecimento administrativo dos etnorurais para criarem as diretrizes orçamentárias que os beneficiava diretamente.

Depois da morte do primeiro-ministro do governo de Luís Cabral, Chico Té, sobe ao poder o etnorural Nino Vieira, acirrando mais tarde o conflito entre os dois grupos. Nino tornou-se presidente após o golpe de Estado que depôs Luís Cabral em 14 de novembro de 1980, que foi o primeiro presidente depois da independência do país. Antes do golpe, havia uma clara divergência entre Luís Cabral e Nino Vieira, uma vez que o presidente e seus aliados no partido e os grupos de burgueses comerciais tinham o objetivo de atingir o desenvolvimento urbano e o industrial para chegar ao socialismo; a ala liderada por Nino Vieira não só defendia a inversão na lógica do desenvolvimento, como também questionava algumas das leis que beneficiam os cabo-verdianos diretamente¹⁰. De acordo com Koudawo (2001), o golpe de Estado, que derrubou o primeiro Presidente da República do país, liderado por grupos e membros dirigentes do partido PAIGC, batizado como movimento reajustador de 14 de novembro, alega os fatores motivacionais da revolta, que é a profunda crise política e econômica. Salientado por Koudawo (2001) em partes:

- a) As lutas fratricidas de longa data entre a ala militar e a direção política do PAIGC;*
- b) As contradições entre guineenses e cabo-verdianos em relação ao projeto de Estado binacional desejado pelo PAIGC, mas mal aceito e mesmo mal vivido pelas populações dos dois países destinados à união;*
- c) As dificuldades nascidas da passagem da teoria de Estado revolucionário à prática administrativa num contexto mal preparado para esta experiência.*

Estas questões pendentes, desde o Período da Independência, continuam reverberando até hoje na sociedade guineense, onde os problemas partidários se traduzem no problema nacional. Depois do golpe de Estado, constitui-se um governo provisório chefiado por Nino Vieira de 1980 a 1984 (Jauará, 2009). Este foi o começo do desmonte de grandes indústrias

¹⁰ A primeira Constituição da República da Guiné-Bissau não deixava claro os limites de quem poderia ser Presidente enquanto do Cabo-Verde demonstra que somente os caboverdianos poderia ser Presidente em Cabo-Verde. Alguns membros dos partidos que eram guineenses estavam incomodados com essas contradições, porque os projetos desenhados durante a luta de libertação era a formação de um Estado binacional entre os dois contextos.

do país. No mesmo período, houve extinção da pena de morte e ficou estabelecido que somente os guineenses poderiam candidatar-se à presidência no território nacional¹¹. Este foi um período obscuro da história da Guiné-Bissau, no qual houve muitas prisões arbitrárias e mortes. Ainda em 1984, após a revisão da Constituição da Guiné-Bissau, Vitor Saúde Maria, primeiro-ministro na época, foi acusado de conspiração para o golpe de Estado, sendo deposto no mesmo ano e exilado em Portugal. Diferente de Luís Cabral, Nino Vieira começou esvaziando o poder decisório do PAIGC no país, passando a centralizar tudo na presidência. Além disso, criou mais Ministérios para acomodar todos os aliados do *bureau* político no governo. Mesmo assim, os luso-africanos participaram de forma direta do seu governo.

O governo constitucional permaneceu durante cinco anos, sendo mais tarde substituído por outro sistema, acabando, assim, com o modelo de partido único para abertura ao multipartidarismo. Esta mudança foi influenciada pelo fracasso do modelo de desenvolvimento adotado pelo governo constituinte, o rompimento do bloco comunista, a diminuição de ajuda externa e a própria crise no leste europeu (Jauará, 2009).

Neste mesmo período de 1980 a 1984 decorreu o 4º congresso do PAIGC, no qual as disputas pelo poder tornaram-se bem evidentes. Diferentemente de períodos passados, em que a briga se dava no silêncio, neste congresso os dois segmentos ideológicos e sociais defenderam as suas posições com relação ao modelo de desenvolvimento. As correntes reformistas compostas pelos segmentos luso-africanos e herdeiros da burocracia colonial defenderam uma abertura econômica; e os etnorurais, que são nativos e camponeses ortodoxos ou progressistas, defendem uma economia controlada pelo Estado (Jauará, 2009). Durante o congresso, muitas lideranças do partido foram expulsas¹² e ingressaram também novos militantes. Segundo o autor, foram eleitos 70 novos membros para o comitê central, 60 titulares e dez suplentes; 54 dos eleitos eram etnorurais e 16 luso-africanos. Já para a instância decisória (*bureau* político) que contém ao todo 12 membros, os luso-africanos tiveram sete membros e os etnorurais possuem somente dois membros como suplentes (Jauará, 2009).

Apesar de o presidente no momento pertencer ao segmento etnorural, os luso-africanos ocuparam os lugares-chave e as instâncias decisórias no partido. Estas disputas no seio do partido pelo poder se refletem de forma direta na sociedade guineense, porque o PAIGC é composto por vários segmentos sociais do país. Para compreender como se constrói a

Os membros expulsos do Partido, vão construir outros para começar a pressionar sobre o processo de abertura política. Com isso vão emergir outros adversários políticos fora de alçada do partido, os dirigentes do PAIGC, passam a lidar com dois problemas, um vindo internamente outro de fora pelos antigos militantes expulsos.

desigualdade socioeconômica no seio da sociedade guineense, precisamos entender as disputas do passado e que ainda reverberam na contemporaneidade. Os segmentos etnorurais sempre foram os mais afetados pela desigualdade socioeconômica no país, isto é, sempre foram penalizados na disputa pelo espaço de representação.

Outra questão de grande relevância trazida pelos autores Lopes (1988), Jauará (2009) e Mendy (1996) é a complexidade étnica no país que, para eles, pode ter contribuído para disputas pelo poder entre os segmentos sociais. Assim, 55% da população é considerada nativa, 40% são grupos étnicos que sofreram a influência da religião islâmica e que imigraram do Mali e Futa Djalo nos séculos XIII, XIV e XVIII para o território conhecido hoje como Guiné-Bissau; 5% são os luso-africanos, oriundos de famílias miscigenadas e urbanizadas, fruto da consequência de cinco séculos de escravidão. Para tais autores, esses 5% de populações exercem o domínio sobre os 95% que preservam costumes e tradições nativas.

Com o fim da guerra de colonização nos países africanos, sobretudo na Guiné-Bissau, não foi aberta uma discussão profunda sobre a questão de classe social, que, durante o período escravidão, os colonos estabeleceram leis por meio de violência que controlava os que resistiam à imposição cultural. Segundo Nkrumah (2018), após a independência, o projeto nacional de unidade dos países africanos não contemplou as discussões sobre a classe. Isso fez com que os grupos sociais, que estavam no lugar de privilégios durante a colonização, virassem burgueses depois da independência. Em Guiné-Bissau, o modelo de desenvolvimento pensado a partir da industrialização, urbanização e centralização do poder na capital Bissau, reproduz a mesma lógica da estrutura da colonização, que separa a população de campo e de capital.

Depois do congresso do PAIGC, ficou decidida a abertura do mercado e a política cambial, que vai ser muito apoiada pela corrente reformista do partido, que vai ser assegurada pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (Jauará, 2009). A crise econômica e o fracasso no modelo adotado para o desenvolvimento foram dois dos gatilhos para a abertura econômica e a mudança do regime de governação. Em 1991, decidiram mudar o regime para democrático, rompendo com o sistema do partido único para multipartidarismo. O país também vai aderir à política de ajustamento estrutural, implementada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em vários países africanos.

As crises políticas, vindas desde o Período Pós-independência, terão consequência sobre a vida da população de forma geral, uma vez que atores políticos guineenses se eximiam das suas responsabilidades nestes conflitos partidários. Koudawo (2001) vai definir

estes momentos de conflitos políticos em duas etapas no pós-golpe que destituiu Luiz Cabral. O primeiro começa a partir de 1998-1999, momento na qual começa a discussão e as revoltas internas de alguns membros dos partidos, que estavam inconformados com a centralização do poder do país na presidência, e a questão econômica que o país enfrentava no momento (Koudawo, 2001). O Partido-Estado ficou dividido em três grupos internamente: a) os progressistas que defendiam a abertura econômica e não política; b) os reformistas que queriam reforma política e a liberalização econômica; c) e os radicais que são, na sua maioria, militares que não queriam a abertura que poderia trazer futuros conflitos para o país. Em 1991 foi abolido o artigo 4º da Constituição, que dava ao partido libertador autoridade como a força política e dirigente do Estado da Guiné-Bissau, garantido na Constituinte de 1984 e marca, desta forma, as primeiras fases de abertura política (Koudawo, 2001). Em 1993, foi realizada a primeira eleição no país, onde PAIGC, o Partido-Estado, acabou ganhando o processo eleitoral tanto para a Presidência como para a legislatura, com a maior bancada de deputados (Koudawo, 2001). A oposição no momento, segundo Koudawo (2001), contestou o resultado, ressaltando que o processo eleitoral que deu a vitória ao Partido-Estado não foi transparente. Essa fase inaugura os primeiros conflitos políticos que, mais tarde, se traduzem na Guerra Civil que durou 11 meses.

A segunda fase de transição (1998) se deu com a destituição do presidente eleito democraticamente na abertura política, pois em 1994 vai desencadear o conflito civil entre uma antiga oposição política (que reivindicava, no passado não distante, a não transparência no processo eleitoral, e que se alia a esses militares). Tal oposição apoia um grupo de militares revoltados com a acusação de venda de arma para um grupo de rebelde na Casamance (norte do Senegal). Segundo Koudawo (2001), a crise política e militar desencadeou, no dia 7 de junho de 1998, um conflito sangrento que dizimou grande parte da população, que teve origens múltiplas e complexas, uma vez que até hoje a causa da guerra permaneceu confusa. Koudawo (2001) elenca os possíveis motivos a partir das suas observações do processo – que começou desde a formação do Estado nacional. São elas:

- 1) *Os traços duráveis deixados pelo processo de acesso à independência, ao fim de onze anos de guerra de libertação nacional, levada a cabo por um partido armado: PAIGC;*
- 2) *O crescente fosso, desde a liberalização econômica lançada nos anos 80, entre uma categoria de antigos combatentes privilegiados próximos dos círculos do poder político, e a grande maioria dos antigos combatentes proletarizados, que viciam tanto pior a sua*

condição de lumpen, à medida em que estimavam ser libertadores abandonados por um sistema iníquo, gerido pelos seus próprios antigos companheiros de luta;

3) A incompleta despartidarização das forças armadas, que, na origem, eram o braço armado do PAIGC;

4) A incompleta conversão do PAIGC em partido civil deliberadamente liberto das suas antigas ligações institucionais nas forças armadas nacionais;

5) A difícil adaptação do antigo partido único, o PAIGC, ao novo contexto pluralista, em que, ao mesmo tempo que às oposições externas, deve fazer face às oposições internas que dão origem aos conflitos mal geridos e cada vez mais agudos;

6) Os entraves ao surgimento de um verdadeiro Estado de direito, com um poder despersonalizado, e instituições a funcionar nos estritos limites das suas competências;

7) A prevalência da má governação com profundas deficiências da administração de Estado; uma ineficiência crônica na utilização dos recursos; uma permanente opacidade na gestão dos bens públicos etc.

Diante de todos estes fatores realçados por Koudawo (2001), considerados como possíveis questões que incendiaram o conflito político-militar em 1998, alguns aspectos se fazem presente nos conflitos políticos atuais. E é muito importante destacar esses pontos, tendo em vista que até hoje não ficou elucidado o que desencadeou o conflito civil no país. A narrativa mais forte, falada cotidianamente, é a venda de arma para rebeldes de Casamance como principal gatilho. A segunda é a que autores como Carlos Lopes (1998), Carlos Cardozo (1995), Fafali Koudawo (2001) e Piter Caribe Mendy (1996) defendem, já que o processo visto hoje na atualidade consiste em problemas mal resolvidos durante a formação do Estado, quando uns não se sentiam contemplados pela estrutura governativa montada no primeiro Governo. Foi somando a isso outros problemas, dividindo os membros partidários em grupos. De acordo com Koudawo (2001), este processo conflituoso na história da Guiné-Bissau mobilizou atores políticos, parte de juristas, que vão questionar a legitimidade do processo eleitoral de 1994, o que vai servir de gatilho para outros episódios que sempre dividem juristas de um lado e atores políticos do outro, “as marcas serão tanto mais profundas quanto o processo constitui um precedente que pode justificar a legitimidade autoproclamada, que se apoia nas armas e que invoca a adesão do povo como prova e arma política” (Koudawo, 2001, p.150).

Mesmo que o processo eleitoral de 1994 tenha ocorrido em um contexto de não transparência, servirá também para as próximas formas de deslegitimação de futuros

processos eleitorais. Como temos visto na atualidade, nos últimos dez anos o país viveu várias interferências políticas e militares, derrubando os governos eleitos pelo povo através de parte da população que virou massa de manobra de grupos políticos e militares. O processo eleitoral passou a perder o peso no atual contexto da Guiné-Bissau, pois os governos eleitos democraticamente são derrubados sucessivamente por parte do presidente ou do golpe envolvendo chefias militares. O exemplo desta perda de legitimidade eleitoral que ocorreu nas últimas eleições legislativa que teve lugar 04 de junho de 2023, quando a *Coligação Pai Terra Ranka* (PAIGC; União para mudança- UM; Partido social-democrata- PSD; Movimento democrata Guineense- MDG; Partido da convergência democrata- PCD), teve a maior bancada parlamentar com 54 deputados. O partido MADEM- G15 (Movimento para alternância democrática) de presidente da República Umaro Sissoco Embaló saiu derrotado, mas não aceitaram a derrota, pedindo a dissolução do parlamento. No dia 04 de dezembro de 2023, Presidente atropelou a constituição de República, que no seu artigo 94º afirma que “A assembleia Nacional Popular não pode ser dissolvida nas 12 meses posteriores à eleição, no último semestre do mandato do Presidente da República ou durante a vigência do estado de sítio ou de emergência”.

O chefe de Estado justifica a dissolução do parlamento a partir do confronto entre forças de segurança como tentativa de golpe de Estado, dissolveu um parlamento que não teve nem seis meses depois da posse dos deputados. Com isso se instaura o regime autoritário, que impede qualquer tipo de manifestação cívica no país, por meio de repressão policial. Os movimentos sociais e organizações juvenis são impedidos de demonstrarem os seus descontentamentos com relação ao atual mandatário.

Estas situações têm implicações diretas nas situações sociais e econômicas do país, impossibilitando, desta forma, a realização dos projetos nacionais que poderiam estar ajudando no combate à extrema pobreza.

Além deste fator político que tem contribuído para o atraso do país e impedido o combate à extrema pobreza, temos também a questão econômica que não se desvincula dos problemas políticos, mas que precisa ser compreendida, porque foi um dos fatores que está realçado nos primeiros conflitos que levaram à queda do primeiro Presidente da República. Para isso, precisamos seguir uma linha linear para entender a situação econômica do país, que começa desde o Período Colonial até o Período de Liberação Econômica (ajustamento estrutural), que desestrutura o mercado de trabalho nacional.

A política de ajustamento estrutural instituída pelo FMI e pelo Banco Mundial (BM) nos países africanos que estavam começando a amadurecer as suas economias depois do processo de colonização e mudanças nos modelos econômicos, teve um impacto muito negativo para a população no geral. No caso da Guiné-Bissau, não só enfraqueceu as instituições estatais, que empregam mais que o setor privado, assim como gerou o êxodo rural, fazendo com que muitas famílias que viviam no campo se obrigassem a se deslocar para a capital a procura de um novo modo de sobrevivência com as suas forças de trabalho.

1.4 Os ajustes econômicos e as suas consequências

A base econômica do país é a agricultura, que representa 56% do PIB nacional, sendo o principal indutor de mão de obra, os 80% da população economicamente ativa estão nesse setor, representado por ponteiros, horticultores, lavradores etc. Apesar desse setor contribuir para o crescimento do PIB na Guiné-Bissau, as dinâmicas de organização de trabalho são muito precárias. O assalariamento não é generalizado dentro deste contexto de trabalho, já que existem ainda atividades feitas por familiares e outro uso do próprio produto como moeda de troca. Então, apesar da sua contribuição para o crescimento econômico do país e de manter uma grande parte da população ocupada para garantir a sobrevivência, tal contexto não deixa de ser precário. O setor industrial, que é pouco representativo no país, contribui apenas com 13% do PIB; e o setor de serviço 31%, pois encontra maiores números de trabalhadores assalariados (formais) no país.

A economia guineense sempre oscilou, apesar de toda a riqueza que o país possui e dos seus recursos naturais: um mar com vastos recursos marítimos e uma terra fértil para plantações, tanto no período chuvoso como em tempos secos. Mas as disputas políticas entre atores políticos acabam afetando todas as esferas sociais da sociedade guineense. Com isso, não se pode deixar de fora o processo de ajustamento estrutural que ajudou a afundar ainda mais a economia do país, criando cada vez mais a dependência dos produtos importados vindos de outros contextos. Hoje, a diferença é de 15% entre a taxa de importação e a de exportação, o que tem, desta maneira, consequência direta sobre a mão de obra e os produtos produzidos no país. Com o aumento da importação a tendência é produzir menos e gerar menos emprego para o país. Este modelo organizacional da economia de dependência internacional vem no quadro de projeto de ajustamento estrutural imposto pelo Banco

Mundial e pelo FMI, durante a crise econômica que países africanos enfrentam no pós-independência, porque herdaram uma economia em decadência.

Segundo Mendy (1996), o povo da Guiné-Bissau herdou uma economia nacional que estava extremamente subdesenvolvida e destruída pela guerra de onze anos para emancipação da sociedade guineense, que estava sob o controle de colonos portugueses na época. O contexto é caracterizado por uma baixa produção agrícola, com setor industrial pouco desenvolvido, alto índice de desemprego e subemprego e Produto Nacional Bruto (PNB) em declínio (Mendy, 1996). De lá para cá, nada mudou, aliás, apesar da independência, o contexto vive o dilema de oscilações econômicas, que derivam das questões internas e externas do país. Para Mendy (1996), onze anos de luta armada de libertação significaram também a destruição de represas e de diques importantes para a produção do arroz, que terá implicações mais tarde para a população que vive no campo.

O sistema econômico colonial era baseado na exploração rural, operado por meio de uma conquista militar no território conhecido hoje como Guiné-Bissau (Mendy, 1996). De acordo com Mendy (1996), a ocupação militar colonial tinha o objetivo de assegurar o controle de todas as atividades econômicas e o monopólio sobre o comércio externo por companhias portuguesas (*Casa Gouveia e comandita, Sociedade Comercial Ultramarina e Banco Nacional Ultramarino*), porque alguns grupos étnicos (Fulas e Mandingas), na Guiné-Bissau, já faziam comércio externo antes do controle dos portugueses. O modelo de exploração econômica adotada pela colonização não desenvolveu as indústrias locais, mas sim buscou explorar os recursos a partir da produção tradicional dos nativos (amendoim, óleo de palma, coconote, borracha, algodão), que eram produtos feitos de forma manual, por isso não tiveram lugar nas grandes inovações (Mendy, 1996).

Para Mendy (1996), o baixo desenvolvimento do setor industrial na Guiné-Bissau é devido ao fraco desempenho do colonialismo português na região, que extrai os recursos para alimentar as suas indústrias na Europa. A atividade industrial nas regiões ultramarinas estava limitada aos descasques de arroz, produção de sabão, madeiras e tijolos que constituíam 1,3% do PIB do País (Mendy, 1996). Empregava, segundo o autor, no Censo de 1950, menos de 2% da população ativa. Essa porcentagem de emprego no setor industrial continua sendo menor em relação aos outros setores no país. No exemplo de setor pesqueiro do país, dividido em industrial e artesanal, o industrial não gera nem 2% do emprego à população, já o artesanal contribui para abastecimento do mercado nacional e possui uma grande quantidade de trabalhadores que, dentro de lógica de organização capitalista, são considerados “informais”.

Com o fim do período da colonização no país, a população ou o movimento libertador PAIGC herdou, desta forma, uma economia de extrema decadência. O país ficou com aparentemente duas indústrias, uma de fabricação de cerveja e outra de camisas de algodão (Mendy, 1996).

Depois da independência em 1973, o país adotou um estilo econômico de orientação socialista, porque durante a guerra de libertação, o partido que comandava o processo de emancipação da sociedade era apoiado por países considerados socialistas à época, que possuíam outra forma de modelo de desenvolvimento econômico, baseada no intervencionismo estatal. De acordo Mendy (1996), o modelo econômico adotado no pós-colonização realçava a importância da agricultura como base da economia e enfatizava o processo de industrialização a partir dela. O programa de governação de Partido-Estado era o direcionamento de maior parte de orçamentos públicos para o campo, que era também o objetivo de Amílcar Cabral, que não enxergava a agricultura como simples atividade (Mendy, 1996), “isso significa dar-se conta do que o povo pode fazer, do que realmente é capaz de fazer. É uma questão de democracia de tabanca, de escolas de tabanca, de clínicas de tabanca, de cooperação na tabanca” (Mendy, 1996 p.36). Segundo Mendy (1996), para Cabral, o intuito era desenvolver a agricultura na Guiné-Bissau, melhorar a condição e qualidade de vida da população que vive, em sua maioria, no campo para a produção agrícola. A estratégia para o desenvolvimento econômico adotado implicava em um sistema planejado com uma crescente intervenção do Estado no mercado interno e externo (Mendy, 1996; Jauará, 2009).

Para Mendy (1996), a estrutura econômica estabelecida no pós-independência não se diferenciava muito com a do Período Colonial, uma vez que a mesma estratégia de controle adotado por governos coloniais, de ter domínio sobre o mercado interno e externo, era presente na estratégia de desenvolvimento econômico prosseguida pelo Partido-Estado. No entanto, apesar de manter essa estrutura colonial no sistema econômico, o Partido Estado desenvolveu o setor industrial, que vai substituir a importação de alguns produtos de consumo e de processamento de produtos primários – que antes eram importados. O monopólio do Estado sobre a economia tanto no âmbito interno e quanto no externo gerou grande escassez no mercado nacional, porque os próprios produtores nacionais passaram a viver na informalidade. Assim, os projetos de desenvolvimento do campo passaram a se centralizar mais nas zonas urbanas industrializadas.

Segundo Mendy (1996), o lugar de desenvolver a agricultura, para melhorar a vida da maior parte dos cidadãos que vivem na zona rural, foi mudado, ou seja, fez-se tudo ao contrário do que o projeto de libertação exaltava durante a luta, porque a maior parte da

população se encontra na zona de campo. Atualmente, vivem 54,96% da população na zona rural, contra 45,04% na zona urbana.¹³ O crescimento da população na zona urbana é devido ao êxodo rural e à extrema pobreza, fazendo com que a grande parcela migrasse para a capital à procura de novas oportunidades de trabalho. De acordo com Mendy (1996), o projeto de desenvolvimento no pós-independência, abandonou o projeto nacional pensado durante a luta de libertação, uma vez que grande parte do orçamento público do Estado é executado na zona urbana. Em 1979, grande parte de orçamento do estatal foi destinada para a importação de produtos para consumo das áreas urbanas, 54,8% dos fundos de investimentos foram para Bissau, que a época continha 14,1% da população do país; e as outras três maiores regiões do país, Oio, Cacheu e Bafatá e Gabu etc. receberam, respectivamente, 10,2% do recurso para investimento (Mendy, 1996).

A falha no cumprimento do plano agrário governamental, apesar dos grandes auxílios estrangeiros, o investimento em projetos que, até agora, têm sido pouco benéficos para o campo e a perda maciça de recursos financeiros para manter a burocracia e a população urbana significativa (até 1980, pelo menos) que o equilíbrio de forças políticas dentro do PAIGC estava se deslocando (Jauará, 2005, p.128).

A centralidade dos investimentos públicos na capital (urbana) até hoje é maior em relação às outras regiões do país (Gabu, Bafata, Oio), que possuem um quantitativo maior da população que vive no campo. A zona urbana ainda continua sendo prioridade dos projetos políticos de desenvolvimentos. As primeiras décadas de independência da economia do país foram caracterizadas por um período de estagnação do comércio interno, uma infraestrutura de transportes precária e um sistema de preço desincentivador, ademais, o volume de produtos comercializados estava sob domínio estatal (Mendy, 1996). Esse processo facilitou os produtores locais, que moravam nas zonas de fronteiras, com os vizinhos Senegal e Guiné-Conakry. Assim, começaram a desviar os seus produtos à procura do mercado, com preço que cobria as suas produções, o que gera crises econômicas e políticas que, mais tarde, se traduzem no golpe de Estado.

Segundo Jauará (2009), a hegemonia dos luso-africanos no que tange ao processo de desenvolvimento urbano-industrial para atingir o socialismo, foi interrompida por golpe de Estado liderado por Nino Vieira em 14 novembro 1980, batizado como movimento

¹³ <https://paises.ibge.gov.br/#/dados/guine-bissau> .Dados referentes aos quantitativos de população que vivem na zona urbana e rural.

reajustador de ideais do Cabral. Neste sentido, o sonho de realização de Estado binacional terminou, mas de acordo com Jauará (2009), após o golpe, Nino Vieira declarou que os guineenses não eram contra a integração com Cabo-Verde, mas contra as condições impostas pelo regime de Luís Cabral. Segundo Mendy (1996), uma das justificativas para o embasamento do golpe de 1980 era a questão do desenvolvimento econômico. O governo pós-independência abandonou o projeto original de desenvolvimento, que visava o melhoramento e a modernização da agricultura. Estes e outros fatores serviram de base para o golpe que depôs, assim, o primeiro Governo Pós-colonial.

O novo Governo liderado por Nino Vieira voltou para o antigo projeto nacional proposto por Amílcar Cabral durante a guerra de libertação, que seguia a orientação socialista de desenvolvimento, com ênfase na agricultura. O novo Governo autodenomina de “herdeiros de ideais do Amílcar Cabral” e tomou uma série de medidas que reduziram o investimento do Estado na indústria e suspenderam vários projetos que focavam somente nas zonas urbanas (Mendy, 1996). O novo Governo concentrou o seu esforço na agricultura para melhorar a escassez de recursos básicos existentes no país, reduzindo despesas de Estado no setor industrial, que saiu de 12,3 milhões de dólares para 1,5 milhões. Como subscreve Mendy, o esforço do Governo vem no sentido de apoiar os pequenos produtores que vivem no campo. Foram lançados programas voltados para o desenvolvimento rural, projetos de algodão, amendoim, financiados pela União Europeia (UE) e pela ajuda de franceses. Na mesma linha, a FAO e a USAID (Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional) financiaram o projeto Orizícola do Vale do Rio Geba; programa de desenvolvimento rural integrado da zona I (regiões de Cacheu, Biombo e Oio), financiado pela autoridade Sueca (ASDI), que são recursos destinados para apoiar o desenvolvimento internacional, voltado para a promoção de produção de arroz (Mendy, 1996).

Com todas as medidas adotadas pelo novo Governo no início de 80, que visava combater a escassez de produtos básicos a partir da produção do campo, a crise econômica continuou se fazendo presente, afetando toda a camada populacional. Para Mendy (1996), tornou-se evidente para os autoproclamados de movimento reajustador que a estratégia socialista do desenvolvimento econômico não estava mais surtindo efeito com todas as mudanças propostas. Jauará (2006) destaca que esta crise se origina a nível internacional, pois os países socialistas começaram a enfrentar as crises econômicas e sociais e a abandonar o sistema socialista para liberalização do mercado. A Guiné-Bissau e outros países africanos, que seguiam o modelo econômico do desenvolvimento socialista, entraram em profundas

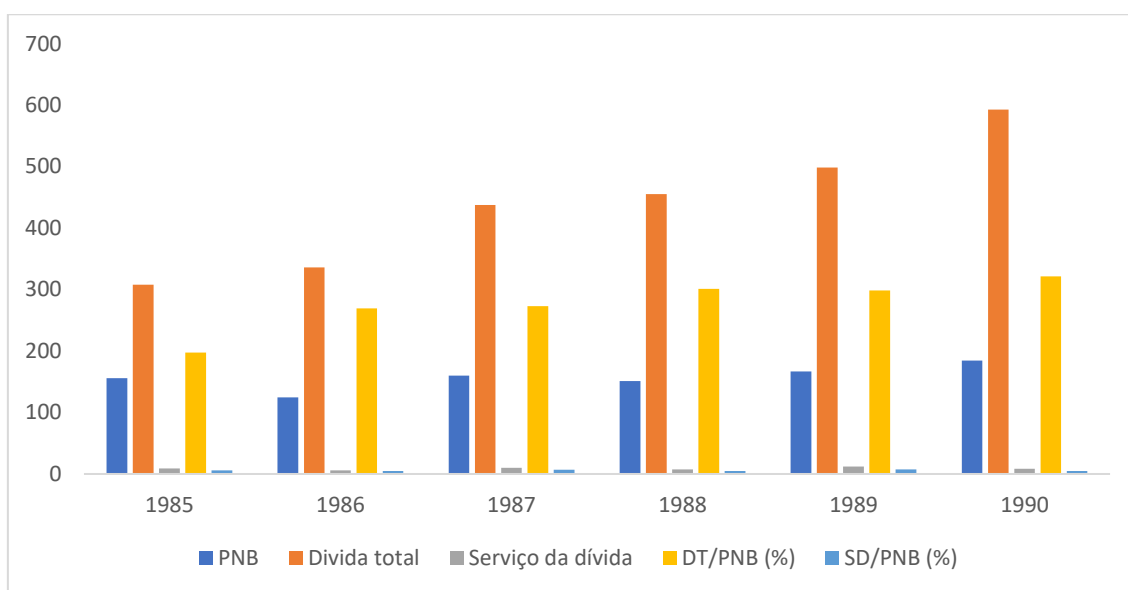
crises. Neste caso, a linha de Amílcar Cabral do desenvolvimento foi abandonada, porque as crises econômicas eram muito profundas. Uma vez que o FMI e o Banco Mundial estavam dispostos a financiar estes países a partir das suas diretrizes, eles se submeteram às regras destas instituições, mas criaram uma dependência muito forte com os seus antigos inimigos (colonos).

Em março de 1983, inicia-se o processo de transição econômica, saindo do modelo intervencionista para a liberalização, em um contexto em que o Estado é o maior gerador de mão de obra assalariada, para um contexto de incerteza, em que não se sabe se haverá capital estrangeiro para investir no mercado nacional e substituir o papel Estado no que tange a geração de emprego. O primeiro processo de transição econômica, denominado de estabilização econômica, financiado pelo FMI e pelo Banco Mundial, está dividido em três prestações, que possuem a condicionalidade para desbloquear as prestações de acordo com os objetivos ou as metas traçadas por estas instituições, que são: *redução de funcionários públicos, confiança no setor privado e redução de taxa de exportação e importação*. Estas medidas são o caminho para a liberalização econômica das economias africanas que tinham se aventurado com o modelo econômico socialista. Segundo Mendy (1996), o Banco Mundial argumentava que as profundas crises enfrentadas por economias africanas no momento são devidas aos fatores que mencionamos acima, que impedia a economia destes países, ditos subdesenvolvidos, de crescer. A redução da burocracia estatal (Estado mínimo), a redução do inchaço no aparelho público e o incentivo ao setor privado são defendidos por esta instituição como meio de erradicação de crises econômicas. No momento da adoção desta medida, a Guiné-Bissau tinha 15 anos de sua independência, assim, não há como competir com os países com uma economia de décadas.

O programa de estabilização adotado não surtiu qualquer efeito e teve pouco impacto positivo no processo de reestruturação econômica, uma vez que houve atraso nas reformas institucionais e controle fiscal inadequado (Mendy, 1996). Neste sentido, o que foi previsto no projeto não teve lugar e abriu caminho para a política de ajustamento estrutural, que será implementada mais tarde (Cardoso, 1995). Para Cardoso, “a adoção do programa de ajustamento estrutural apresentou-se ao governo como a tábua de salvação (Cardoso, 1995, p.262)”. Segundo Cardoso (1995), os objetivos do ajuste econômico consistiam em corrigir os desequilíbrios financeiros e a superação dos obstáculos de crescimento, o que se traduz na liberalização dos preços, na desvalorização da moeda (peso) nacional e na adesão a um sistema de câmbio flutuante.

Antes da implementação completa da política de ajustamento estrutural, o processo de estabilização econômica originou dois problemas que foram destacados por Cardoso (1995) e Mendy (1996). Entre o ano de 1983 e 1986, os déficits orçamentários da Guiné-Bissau pioraram muito rápido devido aos dois processos que ocorreram a nível interno e externo. A evolução do crédito interno contribui para a circulação da moeda, que se traduz em alta da inflação, que atinge tanto a população urbana quanto a do campo. O segundo fator é o aumento da dívida externa, que foi causado pelo aumento de crédito externo para solucionar os déficits orçamentários. De acordo com Mendy (1996), a dívida externa dobrou. Nos últimos cinco anos da década de 1980, eram 134 milhões dólares, e em 1985 atingiu 307 milhões de dólares. Esse processo de aumento da dívida externa chega até os anos 90 e é um patamar muito alto, que ilustraremos no gráfico a seguir, demonstrando essa evolução do acúmulo da dívida externa.

Gráfico – 2 Progressão de dívida externa



Fonte: Elaborado pelo autor (2024) com base nos dados World Bank, World Debt Tables (1991) *apud* Mendy (1996).

Tal cenário fez com que a imigração para o plano de ajustamento estrutural em 1987 fosse muito rápida, porque o país perdeu o poder de barganha, uma vez que acumulou mais dívida com estas instituições internacionais. A política econômica implementada em 1987, que visa reestruturar a economia do país, não consegue cumprir as metas estabelecidas pelo Banco Mundial e pelo FMI, o que impulsionou a implementação do ajuste estrutural

econômico, que ficou mais rigoroso. Como subscreve Mendy (1996), criaram-se uma série de regras que impactaram de forma direta a vida econômica e social da população:

- 1) *Redução das despesas públicas e do tamanho da burocracia;*
- 2) *A redução e a eventual suspensão dos subsídios a produtos essenciais, tais como alimentos e combustíveis;*
- 3) *Desmantelamento dos monopólios do Estado e a sua privatização;*
- 4) *O encorajamento da expansão da produção e exportação agrícolas;*
- 5) *Liberalização do comércio interno e externo;*
- 6) *Reformas institucionais.*

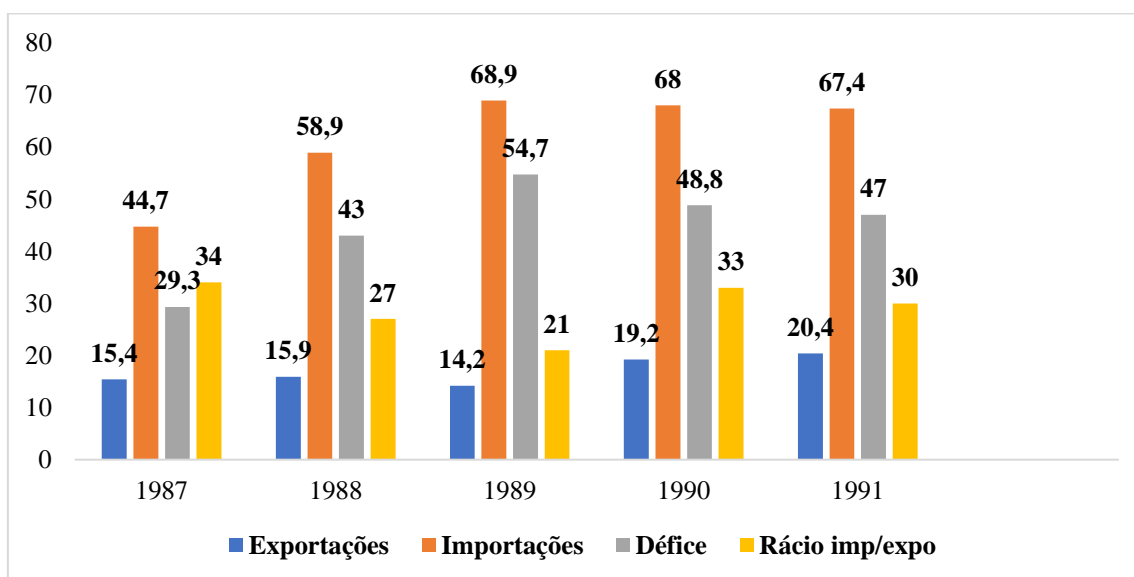
A reforma proposta teve um impacto grande sobre a população que não tem o poder econômico para pagar o serviço que antes era garantido pelo Estado. Educação e Saúde serão os setores mais atingidos pela reforma. Como a proposta era privatizar estes setores dos serviços públicos, a classe empresarial não investiu nestes setores porque não possuem rentabilidade. De acordo com Mendy (1996), como a proposta era controlar a inflação e estabilizar os preços para alcançar a estabilidade econômica em fins de 1998, isso incluía o aumento de impostos sobre pessoas e bens de consumo, e o aumento dos preços de fornecimento de água, energia, gás, transportes e telefone, bem como pagamento de serviços de saúde. Essas regras para uma população que, na sua grande maioria, vive da agricultura, sem subsídios do Governo para produzir, tiveram um impacto devastador.

De acordo com Cardoso (1995), a inflação não parou de crescer no ano de 1987, chegou a atingir 70% sobre os produtos de consumo. Isso implica a perda de poder de compra para a população mais carente economicamente e deterioram-se os salários e condições de trabalho. Essa condição de deterioração do trabalho, causada pela PAE, provocou protestos (que começaram com os professores de rede pública, mais tarde foram os médicos) pela melhoria do salário e das condições de trabalho. Atualmente, a precariedade vivenciada pela classe trabalhadora na Guiné-Bissau deriva deste programa que contribui para a precarização da mão de obra no país. Nesse sentido, a “informalidade” cresceu em todo o país, uma vez que os indivíduos são forçados a esta situação de procurar uma nova maneira de viver. Com isso, começaram a emergir muitas formas de trabalhos precários no seio da capital Bissau, como por exemplo: sapateiros, bideiras, pequenos comerciantes, piquetes etc., ou seja, todas

as formas de trabalhos que passam a servir para a sobrevivência de famílias guineenses. Explodiu, dessa forma, o desemprego para toda a camada social guineense.

O programa de ajustamento estrutural implementado para melhorar a economia dos países “subdesenvolvidos”, teve impacto em diferentes campos do social. No âmbito político, que não daremos ênfase aqui, apesar de ajudar a ilustrar que os problemas políticos partidários interferem no desenvolvimento do país, reflete-se na falta de emprego. O ajustamento estrutural contribuiu para o rompimento do sistema Partido-Estado para multipartidarismo, trazendo a democracia para o país, que ainda se encontra na fase embrionária, passível de conflitos entre os atores envolvidos nos processos eleitorais. No campo econômico, houve algumas mudanças, apesar da inflação ter sido muito alta. Entre 1987 e 1989 a economia deu uma crescida em termos reais, saindo de 5,6% para 9,6%, devido ao aumento de volume de importação e exportação (Mendy, 1996). As moedas nacionais foram desvalorizadas para aproximá-las das taxas do mercado externo; as restrições impostas foram diminuídas; e os monopólios de Estado, sobre importações de alguns produtos básicos, foram abolidos, por conseguinte, estas mudanças possibilitaram a entrada de variedades de bens de consumo, além de lojas e mercados internos (Mendy, 1996). Esta medida no âmbito econômico colocou fim à escassez crônica que o mercado interno enfrentava. Por outro lado, piorou progressivamente a balança comercial, em 1987 eram 29,3 milhões, em 1988 subiu para 43,0 milhões, e para 54,7 milhões em 1989 (Mendy, 1996).

Gráfico – 3 Aumento de importação e baixa na exportação



Fonte: Elaborado pelo autor (2024) com base nos dados de BCGB (1992) *apud* Mendy (1996).

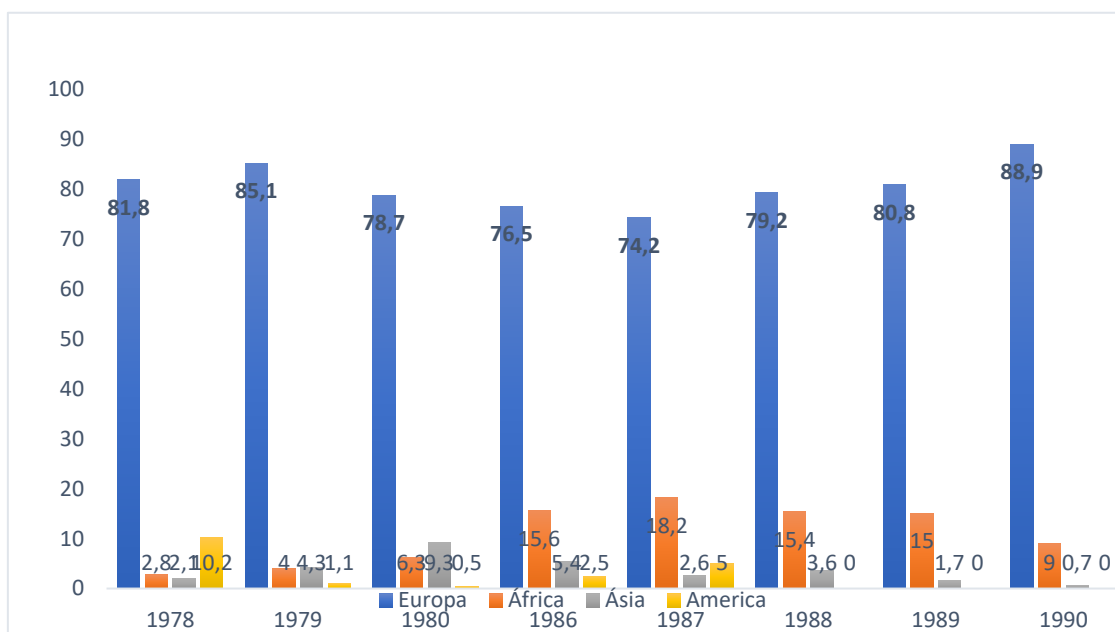
O gráfico demonstra como a balança comercial estava crescendo rápido, traduzindo em inflação alta. A queda na exportação implica de forma direta no PIB nacional. E a média anual da inflação chega a 80% sobre os produtos básicos primários (Mendy, 1996). Apesar de algumas mudanças nesta primeira fase de implementação, a vida econômica da população, de forma geral, não mudou e continuou a se deteriorar. Mendy ressalta que o impacto do programa de ajustamento estrutural no setor agrícola foi negativo, uma vez que os pequenos produtores responsáveis pelos abastecimentos do mercado interno não tiveram acesso ao crédito, contribuindo para a produção de desigualdade social. Então, foram disponibilizados créditos para os pequenos burgueses denominados de ponteiros.

Na realidade, apesar da disponibilidade de fundos para este setor, os pequenos agricultores não tiveram, e continuam a não ter, acesso ao crédito agrícola. Os preços ao produtor não aumentaram o suficiente para ter um impacto significativo sobre os níveis de vida. A proliferação, em detrimento das pequenas unidades agrícolas familiares, das concessões de terras conhecidas por pontas, cujos proprietários largamente ausentes monopolizam quaisquer fundos disponíveis, também tem gerado conflitos à medida que essas propriedades se estendem a terras familiares, comunitárias e sagradas (Mendy, 1996, p.46).

Tal contexto acabou contribuindo para o agravamento dos problemas econômicos e sociais da maior parte da população que se encontram nos campos. De acordo com Embalo (1993), o impacto negativo foi grande para pequenos e médios agricultores, que representam 80% da população, devido a não extensão de créditos para esses grupos, uma vez que a disponibilidade ficou somente para os empresários e os comerciantes urbanos. Embalo subscreve o programa como “desajustes estruturais”, porque contribui mais para os agravamentos das questões econômicas e sociais da sociedade guineense. Provoca, desta forma, o êxodo rural da maior parte da população para capital, que terá uma implicação social e econômica, já que a maior parte teve que se reinventar para sobreviver na capital, porque não tinha trabalho para todos(as). Embalo (1993) ressalta que o programa de ajustes estruturais usou os mesmos critérios de concessão para todos os contextos do Sul Global, sem olhar para as especificidades de cada contexto social. No caso da Guiné-Bissau, o autor realçou que o programa não observou as especificidades no que tange às variedades étnicas, uma vez que cada grupo social possui um determinado modo de produção de bens e consumo. Segundo Embalo (1993), para apropriar-se dos excedentes destes grupos étnicos, precisa-se conhecer o modo como se organizam socialmente. Então, o autor destaca que a não disponibilidade de créditos e a falta de conhecimentos implícitos levaram ao fracasso do programa como um todo. Este cenário pode ser um dos fatores para o fracasso do programa de

ajustamentos no contexto Sul Global. Mas tenderia seguir a linha de Koudawo (1993), que registra que todos estes projetos de ajuda econômica possuem uma dimensão política e ideológica, uma vez que em nenhum contexto aplicado obteve sucesso, então, o fracasso de programa, neste caso, pode configurar como sucesso para o Norte Global, porque os países que não tinham nem 20 anos de independência voltaram a ser dependentes dos antigos colonos. Veremos isso no gráfico de importação de Guiné-Bissau apresentado por Mendy (1993).

Gráfico 4 – Contextos de importação



Fonte: Elaborado pelo autor (2024) com base nos dados FAO (1983); BCGB (1992) *apud* Mendy (1996).

Esse gráfico expressa nitidamente o que Koudawo (1993) registra com relação aos projetos de ajuda econômica para enfrentar as crises econômicas dos países africanos. Tais ações, em nosso entendimento, estão mais para fortalecimento de dependência, que se fragmentaram durante o período de luta de libertação dos países africanos. A Guiné-Bissau e Portugal estabeleceram laços econômicos depois do fim do regime Salazar em Portugal. A maior parte da importação do país vem da Europa, sobretudo de antigos colonizadores que representam 56,6% de todos os produtos que saiam da Europa. Já a exportação configura 77,6% de matérias-primas enviadas para a Europa, e 45,3% vão direto para as indústrias portuguesas até 1990. O ajuste estabelece a relação de dependência de países africanos com antigas colônias e assim a dimensão política destacada por Koudawo ganha relevância quando

olhamos para o quadro de evolução de exportação. Isto é, estes contextos continuam enviando as mesmas matérias-primas para alimentar indústrias das metrópoles e importando os produtos que poderiam ser produzidos localmente.

As crises econômicas que estabelecem o vínculo com a antiga metrópole tiveram impacto social muito grande sobre a população que vive na zona rural, que antes do programa enfrentava a dificuldade de acessibilidade dos direitos básicos. Com a implementação das diretrizes do ajustamento estrutural, agravou ainda mais o problema social desses grupos que vivem da agricultura. Além dos estragos feitos na zona rural, mudou também as dinâmicas de trabalho na zona urbana, uma vez que grandes números de funcionários públicos foram mandados embora para “reduzir inchaço público”. Como destaca Gomes (2012), os indivíduos foram obrigados a reinventar-se para sobreviver ao novo contexto econômico.

A conjugação dos efeitos destas medidas teve como consequência a procura, por parte de um número sempre mais elevado da população, de estratégias alternativas de sobrevivência geralmente apoiadas em esquemas étnicos, comunitários e familiares. O PAE provocou uma deterioração geral do nível de vida dos guineenses, sobretudo nas zonas urbanas e incentivou novas atividades econômicas de sobrevivência. (GOMES, 2012, p.2).

O setor privado na Guiné-Bissau não se desenvolveu o bastante para absorver a mão de obra descartada pelo Estado. Em um contexto de insuficiência, as pessoas são obrigadas a procurar outros meios para sobrevivência das suas famílias. Segundo Cardoso (1995), o programa de ajustamento estrutural contribuiu para o agravamento social porque as desigualdades existentes antes do programa aumentaram rapidamente durante a implementação do PAE, uma vez que determinadas classes foram beneficiadas com linha de crédito em comparação com outras. E o autor destaca ainda que, em muitos casos de benefícios de créditos, ocorreu o clientelismo. Em algumas cidades da capital verificou-se a pauperização progressiva de algumas camadas sociais que são menos privilegiadas, que, notadamente, são funcionários públicos que operam no estatal, de baixo escalão, e que foram mandados embora no processo de redução de números de funcionários (Cardoso, 1995).

1.5 Desemprego jovem na Guiné-Bissau

Segundo o Banco Mundial (2022), nos últimos cinco anos, o desemprego vem crescendo muito rápido entre a população ativa da Guiné-Bissau. Em 2021, chegou a 6,8%. Mais da metade dessa população ativa são jovens que se encontram no momento sem

emprego assalariado. A empregabilidade se configura como uma espécie de rito de iniciação entre os jovens do oeste africano (Honwana, 2014), o que lhes dá acesso à sociabilidade e ao respeito na comunidade a que pertencem. O desemprego tem atingido jovens em todos os contextos sociais, mas como a África Subsaariana concentra a maior população jovem do mundo, o fenômeno tende a ser mais frequente nestes países. Portanto, o desemprego virou o principal obstáculo aos jovens no processo de integração social feito por meio de emprego ou de ocupação assalariada.

O mercado de trabalho na Guiné-Bissau é dominado por trabalhos informais que se fazem presente tanto no setor público como no privado, representando 88,9% dos principais empregos no país (INE, 2019). Os dados mostram a situação alarmante do mercado de trabalho em Guiné-Bissau, dominado por trabalhos precários, feitos por indivíduos para sua sobrevivência. O setor privado na Guiné-Bissau representa 85,8% de ocupação, sendo maior que o setor público, que oferta 12% do emprego a nível nacional, e agregados familiares que ofertam 2,2% de empregos (INE, 2023). Importante destacar que o setor privado, aqui mencionado, oferta 0,7% de emprego com seguridade social, contra 99,3% “informal”, isto é, que não garante a proteção social.

O emprego público continua sendo o principal meio de garantia de seguridade social dado por direitos trabalhistas, apesar de sofrer uma redução com a implementação da política de ajustamentos estruturais, mas ainda assim configura-se como central. Apesar de ser ainda o setor que garante a seguridade social, há a desigualdade em termo de empregabilidade, em que a porcentagem de mulheres em termos de emprego é baixa: 17,2% são quantitativos dos homens no setor público contra 5,9% das mulheres.

A maior parte da população que se encontra no mercado “informal” é considerada vulnerável, tendo em conta as suas condições de ocupações precárias. Este mercado vai ser composto, em grande parte, por jovens que não conseguiram se inserir no mercado de trabalho com a carteira assinada, representando 64,5% da população total da Guiné-Bissau (INE, 2019). São os sujeitos mais afetados pelo fenômeno do desemprego, explicado como falta de experiência, tendo a faixa etária como principal obstáculo para a inserção. Falaremos agora do desemprego dos jovens, não olhando somente para a causalidade, mas para as experiências desses sujeitos nesse enredo.

Os jovens guineenses, como quaisquer jovens de outros contextos sociais, estão sujeitos aos problemas sociais, como o desemprego, que afeta de modo social e econômico a vida destes sujeitos que chegam na idade de trabalhar e não consegue ter um emprego. Para

Honwana (2014), isso configura, para os jovens africanos, o ficar preso a uma fase de vida que não é mais medida pela idade, mas pela empregabilidade como forma de atingir sua autonomia. Os jovens na Guiné-Bissau correspondem mais de metade da população do país, então é impossível de não serem notados os problemas sociais que os sujeitos dessa faixa etária enfrentam no cotidiano. Segundo dados do país, a esperança média¹⁴ de vida na Guiné-Bissau é de 59 anos, isso faz com que os números da população mais jovem estejam mais altos em relação a outras faixas etárias. Só para se ter uma ideia, a população igual ou superior a 65 anos corresponde a menos de 2% da população total.

A população guineense economicamente ativa¹⁵ em 2018 era de 56%, o que engloba todas as faixas etárias, mas que possuem a maior quantidade de jovens em idade de trabalhar, mas sem emprego. Nos ativos ocupados entre jovens de 15 a 24 anos de idade, os homens correspondem a 21,1% contra 20,9% das mulheres (INE, 2023), e a maior parte deles encontra-se no setor privado e no agregado familiar, desenvolvendo atividades que podem ser remuneradas e não remuneradas por serem da família. Para os jovens de idade entre 25 e 34 anos, os homens correspondem a 25,4% da população ativa contra 27,0% das mulheres, e a maior parte delas estão no mercado “informal”. Quando juntamos essas faixas etárias entre 15 e 34 anos, as mulheres, em termos reais, aparecem com 47,9% de ocupados contra 46,5% dos homens. A porcentagem das mulheres aparece mais alta em relação à dos homens devido à centralidade de maiores números desses sujeitos no mercado “informal” ou nos agregados familiares, ajudando as mães nos mercados. Durante as nossas entrevistas, percebemos também que alguns desses têm recorrido a outras formas de trabalho, como a compra dos produtos nos países vizinhos para revender no mercado interno. A pesquisa acaba captando estas formas de atividades como ocupação, mas que, na realidade, os homens são maioria nos mercados formais.

Quando olhamos para a taxa de desemprego entre os jovens percebe-se que as mulheres, entre os jovens, são mais penalizadas pelo fenômeno desemprego – que tem aumentado com grande frequência no país. Entre os jovens de 15 a 24 anos de idade, a taxa do desemprego é mais alta entre as mulheres, que ocupam 38,0% contra 31,5% dos homens, já entre os de 24 a 34 anos de idade tanto as mulheres como os homens têm a mesma porcentagem, as mulheres 37,6% e os homens 37,9% (INE, 2023). Depois de unir estas faixas, nota-se que as mulheres jovens representam o maior quantitativo dos desempregados

¹⁴<https://paises.ibge.gov.br/#/dados/guine-bissau> Dados referentes à esperança média de vida no país.

¹⁵<https://paises.ibge.gov.br/#/dados/guine-bissau> Dados referentes à população ativa economicamente.

em Guiné-Bissau em relação aos homens jovens, que também é alto, mas menor em relação ao das mulheres, que é de 75,6% contra 69,4% dos homens (INE, 2023).

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatísticas,¹⁶ 40,3% dos jovens estão à procura de emprego, mas sem sucesso, uma vez que o contexto apresenta um déficit com relação a novos postos de trabalho. Os sujeitos da nossa pesquisa destacaram, durante as entrevistas, que no país há uma insuficiência no que tange ao emprego, isso acaba refletindo economicamente e socialmente sobre estes indivíduos ativos. E para os que não procuraram, mas estão disponíveis para trabalhar, estes ocupam uma percentagem mais alta em relação aos que procuraram, os homens representam 56,9% contra 39,4% de mulheres. Essa alta taxa dos que não procuraram, mas estão disponíveis para trabalhar é o reflexo de um mercado desestruturado, que não consegue criar mais postos de trabalhos assalariados para absorver a mão de obra destes jovens. Se unirmos as variáveis tanto da procura e da não procura, a percentagem de homens fica mais em 59,4%, contra 46,6% de mulheres, que estão nesta situação vulnerável socialmente.

Outros dados importantes trazidos no relatório do INE, mostra que o “Nem-Nem” é muito forte entre os jovens que não estão na formação e nem no trabalho, o que apresenta uma taxa muito alta entre as mulheres que correspondem 31,8% contra 18,8% dos homens, em uma faixa etária de 15 a 24 anos de idade. Esta é uma situação muito alarmante para os jovens que se encontram nesta situação de vulnerabilidade social. O acesso à educação tornou-se também um problema, pois quando os sistemas educativos foram atingidos por projetos de ajustamento estrutural que obrigaram o Governo a fazer cobranças nas instituições educativas públicas, impactou de forma negativa os jovens cuja família não tinha condição socioeconômica.

Toda esta situação vivenciada por estes sujeitos na Guiné-Bissau tem impulsionado a migração dos jovens para outros contextos e para a procura de alternativas, como os estudos, que têm sido mecanismos que as mulheres jovens vêm investindo nos últimos anos. Segundo o inquérito regional integrado sobre emprego e setor informal ERI-ESI (2018), 43% das pessoas que migram para outros contextos são motivadas pela procura de emprego; 30,6% saem por estudo; 51,2% são homens que saem para procurar emprego; e 56,2% são mulheres que investem em suas carreiras profissionais. O inquérito realça ainda que 90,4% das imigrações entre os 15 a 35 anos de idade acontecem nos espaços da UEMOA (União Econômica e Monetária do Oeste Africano), da qual a Guiné-Bissau faz parte.

¹⁶ Os dados acima representam somente o quantitativo dos jovens homens.

CAPÍTULO 03

OS SENTIDOS E AS EXPERIÊNCIAS DO DESEMPREGO

Aqui mobilizamos os dois conceitos teóricos da sociologia para olhar para a proposta desta dissertação. Trazemos primeiro o sentido de trabalho utilizado pelo sociólogo brasileiro Ricardo Antunes (2009), que destaca que, apesar das crises estruturais do capitalismo nesse processo de reestruturação, o trabalho continua tendo centralidade na vida dos indivíduos.

O autor retoma o argumento central de Marx, isto é, o trabalho como atividade vital dos seres humanos independentemente do período, já que os indivíduos sempre procuraram desenvolver o trabalho para suas sobrevivências. Para Antunes (2009), mesmo com a crise estrutural que vem sendo proporcionada pelo capital, o trabalho em si continua tendo centralidade tanto a nível teórico, assim como no plano empírico da práxis. A tese defendida pelo autor sobre a centralidade do trabalho no atual contexto de crises vai na contramão das correntes teóricas que, nos últimos anos, tentaram desconstruir a categoria trabalho dando ênfase mais às tecnologias (Antunes, 2009).

Para o autor, o trabalho, mesmo perdendo a sua essência ontológica com o processo de assalariamento e a crise de reestruturação do capital, continua sendo uma atividade vital na vida dos seres humanos como um todo. Define o sentido do trabalho a partir dessa importância que o conceito e a prática têm na vida dos indivíduos, mesmo com todo esse problema. Na verdade, o sistema capitalista se apropria dessa ontologia, transformando em mercadoria, isso faz com que o trabalho se transforme, simbolicamente, como meio de inserção social estabelecido pelo atual modo de produção, que olha, portanto, o não trabalhar como algo ocioso. Diante deste fato, construímos, a partir desta proposta, o sentido do desemprego para compreender a leitura que os sujeitos, que estão nessa condição, dão as suas experiências, uma vez que essa mudança ontológica do trabalho transformado em mercadoria obriga todos a procurarem a ocupação como meio de sobrevivência.

De acordo com Fabrício (2016), existem muitos trabalhos sobre o desemprego no campo sociológico, mas poucos sobre os desempregados – que são sujeitos que vivem o problema. Estas abordagens que olham para uma perspectiva mais subjetivas do desemprego concentram-se mais no campo da psicologia, que trabalha direto com pessoas que estão frustradas com a perda de emprego.

Pereira e Brito (2006) destacam a necessidade de focalizar a questão do desemprego nos próprios desempregados, explorando os sentidos produzidos por estes grupos; a forma como vai se manifestar nas suas subjetividades. Ou seja, ir além das abordagens macroeconômicas que dão pouca atenção aos sujeitos que vivem o fenômeno. Neste caso, o sentido do desemprego, a partir dos desempregados, demonstra os impactos do fenômeno sobre a vida geral do sujeito, que pode, desta forma, destruir os laços sociais que os indivíduos estabelecem com a sua comunidade.

Para os autores, no processo de compreensão dessa subjetividade dos sujeitos que vivenciam o desemprego é necessário olhar para o interior destes indivíduos e para o exterior, ver a sociedade como está estruturada. As manifestações subjetivas dos sujeitos são influenciadas pela história e pela cultura da sua realidade social. A Guiné-Bissau é um país que ainda tende a reproduzir a cultura colonial de privilégios de uns sobre outros, mas que a sua estrutura do mercado de trabalho pode ser regida por clientelismo.

Os sentidos do desemprego são vistos aqui como a leitura subjetiva que o sujeito faz da sua condição social e do contexto no qual estão inseridos socialmente. Para isso, olhamos os sentidos que os jovens guineenses dão para as suas condições sociais num contexto de precarização e de insuficiência de postos de trabalhos.

Já na segunda parte, utilizamos o conceito de experiência social cunhada pelo sociólogo francês François Dubet (1996). Para pensar sobre a noção de experiência em si e a experiência de jovem desempregado dentro deste contexto heterogêneo do mercado de trabalho, partimos da sociologia da experiência, proposta por François Dubet, como uma lente para compreender a realidade empírica vivenciada pelo sujeito da nossa pesquisa. Esta perspectiva sociológica entende a sociedade como construtos históricos e sociais que os sujeitos fazem no seu cotidiano, de forma coletiva, sem deixar sua subjetividade de lado. A teoria colocada pelo autor olha para a experiência como algo vivenciado por sujeitos em diferentes momentos e contextos, que pode se dar de modo individual e coletivo.

Dubet (1996) entende a experiência social como o modo no qual construímos o mundo a partir das nossas vivências. Para o autor, a experiência não é uma esponja de fluxos de sentidos e emoções, “ela não é a expressão de um ser ou de puro sujeito, pois que é socialmente construída” (DUBET, 1996, p.103).

A experiência social, que muitas vezes se dá individualmente, vai ser somente reconhecida quando for partilhada e reconhecida por outros sujeitos que presenciaram e viveram o fenômeno (DUBET, 1996). A mesma experiência social pode se dar no âmbito do

grupo, mas se não for partilhada e reconhecida por outros não pode ser compreendida como uma experiência. A partir disso, o autor olha a experiência como o intercruzamento de várias lógicas de ação incorporadas por indivíduos em cada dimensão do sistema. Dubet dialoga com Weber (1979) para pensar a não existência de unidade em uma ação social, mas com várias tipologias. Para construir teoricamente a noção de experiência, o autor mobiliza a teoria de Allan Touraine sobre como se configuram ou se originam os movimentos sociais, tendo em vista que os interesses coletivos se constroem a partir dos interesses de cada ator social. Dubet (1996) mobiliza o argumento de Allan Touraine para mostrar que os movimentos sociais podem representar uma parte da subjetividade dos atores sociais, com isso, formula teoricamente a noção de experiência, que ajuda na leitura destas múltiplas ações.

Dubet (1996) olha para estes atores a partir das suas experiências sociais, realçando que todo grupo possui estratificação, não sendo possível universalizar as suas experiências. Os jovens não escapam da estratificação construída socialmente, até porque eles são os que mais sofrem com o desemprego. A noção de experiência social é mobilizada nessa pesquisa para compreender a experiência de jovens desempregados na Guiné-Bissau, que são sujeitos muito heterogêneos.

As abordagens sobre o desemprego, na perspectiva do desempregado, ainda são muito pouco exploradas de acordo com Fabrício (2016), pois acabam cerceando a própria fala dos sujeitos que vivenciam o fenômeno. Guimarães (2001), a partir da proposta de uma sociologia do desemprego, coloca a possibilidade de conciliação entre a dimensão institucional de caracterização do desemprego com o aspecto subjetivo do desempregado, para compreender o fenômeno como tal. Aqui não negamos a importância dessa dimensão institucional de caracterização, até porque é importante no processo de criação de políticas públicas. Mas focamos nesse trabalho nos aspectos subjetivos do desemprego, a fim de compreender as condições dos sujeitos que vivenciaram o problema.

Uma pesquisa empírica feita por Demazière traz a contribuição do ponto vista teórico sobre o desemprego nas perspectivas sociológicas, tendo trabalhado com o desemprego a partir da lógica da experiência. Apesar de ser desenvolvida no Norte Global (França), pode ajudar para entender a importância da abordagem do desemprego a partir dos desempregados.

Segundo Demazière (2008), os conhecimentos acumulados das vivências do fenômeno do desemprego pelos desempregados são muito importantes e preciosos, há necessidade de conhecer a experiência biográfica do problema, o que possibilita, desta forma, aos sujeitos que estão vivenciando a problemática, melhor compreensão e interpretações das suas

condições sociais (Demazière, 2008). O autor lança uma hipótese de que as pesquisas sociológicas realizadas sobre o desemprego contribuíram para produzir análises racionais de viver o desemprego sem enfrentar o problema central, ou seja, os mecanismos de definição dos desempregados. Para Demazière, os estudos de sociólogos sobre a experiência dos desempregados contribuíram para olhar o fenômeno para além das questões econômicas que resumiam o problema como falta de ocupação.

O desemprego é compreendido pelos sociólogos como um construto social, que está além das privações de empregos ou da condição econômica, mas implica diretamente no reconhecimento social e na atribuição desse traço em alguns indivíduos. Ademais, dá legitimidade para reivindicação de emprego e séries de direitos e obrigações recíprocas socialmente regradadas (Demazière, 2008).

De acordo com Demazière (2008), o processo de categorização do desemprego constitui o elemento central privilegiado para os sociólogos. Isso remete à procura por mais de uma identidade do ser desocupado do que a emergência de um estatuto do desemprego, que passa, assim, a olhar o desempregado como tal – e não do desemprego propriamente dito. A meu ver, isso constitui um avanço para a compreensão do impacto do fenômeno sobre a vida de quem o vive e de suas outras facetas. Olhar para o cotidiano dos sujeitos desocupados contribui para enriquecer os debates na sociologia, indo além da visão econômica e estatística, que olha o fenômeno de forma dualista: emprego *versus* desemprego. Para isso, construímos a tipologia a partir das narrações dos sujeitos da nossa pesquisa.

1.6 Sentidos atribuídos ao desemprego num contexto de insuficiência de postos de trabalho.

Neste trabalho, mobilizamos esta estrutura teórica colocada por Antunes (2009), para pensar os sentidos atribuídos aos desempregados pelos sujeitos da nossa pesquisa. Pereira e Brito (2005) destacaram a importância de olhar para essa dimensão interpretativa que os desempregados fazem das suas condições sociais a partir das suas experiências, uma vez que possibilita ao pesquisador a compreensão da realidade socioeconômica na qual estão inseridos socialmente. Para as autoras, é importante focar nos “sentidos do desemprego” para entender o atual contexto de reestruturação produtiva do capital, que vem degradando os postos e as formas de trabalho, e a emergência de novas formas de ocupação precárias normalizadas por meio de flexibilização de formas de contrato.

Frente à crise colocada pelo capital, o desemprego mudou a sua forma de ser. Antes a ocupação podia ser tomada como sinônimo de ter emprego, mas, na contemporaneidade, perde este sentido, pois a pessoa pode estar ocupada, mas não necessariamente empregada devido à condição do seu trabalho, por isso a importância de abordar a partir do “sentido do desemprego”.

Realidades como a de Guiné-Bissau, localizada na periferia do Sul Global trazem consigo as questões históricas e estruturais do país. Com base nessa necessidade de compreender a partir da experiência dos sujeitos da nossa pesquisa, indagamo-nos sobre os sentidos que estes dão ao desemprego a partir das suas vivências com o fenômeno. Nas respostas obtidas por meio das entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa, sobre ser desempregado no contexto da Guiné-Bissau, conseguimos categorizá-los em três tipos: *A falta de autonomia financeira*, descritos por jovens como dependência da sua vida de terceiros ou dos pais, o que mexe com as suas estruturas emocionais, no sentido de estar numa idade de trabalhar e não conseguir por conta da situação do país; *impedimentos para realizações pessoais*, narrado como obstáculo para a realização dos projetos da vida, dos sonhos e da possibilidade de ajudar os pais e irmãos etc.; e por último, *as implicações em desordens sociais*, que aqui expressam as consequências do fenômeno sobre os jovens, que acabam por seguir outros caminhos, descritos por eles como “delinquência juvenil”.

1.6.1 Falta de autonomia financeira

A preocupação dos jovens africanos, sobretudo os guineenses desempregados, é a dependência do ponto de vista financeiro, como destaca Honwana (2012). Os jovens africanos, de modo geral, sentem-se presos ao processo de transição para a vida adulta, uma vez que esta transição não é acompanhada com a condição econômica, o que os mantém, desta forma, dependente dos pais ou de qualquer pessoa da família que tem condições financeiras para apoiá-los. Esta situação de falta de autonomia financeira faz com que todos eles(as) continuem residentes com os pais ou com uma família próxima, sendo amparados financeiramente por estes chefes da família, que garantem aquelas condições básicas para todos. Esta dependência faz com que a maior parte deles insista constantemente na procura de emprego ou numa ocupação para reduzir a plena falta de autonomia.

De acordo com Schmidt (1990), esta dependência econômica dos jovens em relação aos seus familiares pode ser dividida em três dimensões para melhor compreensão da situação

do grupo, levando em consideração que esta categoria é muito heterogênea. A autora dividiu a análise em três formas para não homogeneizar as experiências desses sujeitos nesse processo da busca por uma autonomia financeira, com destaque para a dependência econômica total em relação à família, considerando jovens sem recursos próprios, que dependem totalmente das fontes familiares restritas (pai, mãe e irmãos) e alargadas (tios, tias e dentre outras), para resolver as suas questões básicas do ponto de vista financeiro. Estas características são percebidas nos sujeitos da nossa pesquisa, que dependem dos familiares para resolverem as suas necessidades básicas. Nas buscas constantes por um trabalho o que vale é romper com este ciclo de dependência, como destaca Emerson (29 anos) sobre a busca por emprego:

É para acabar com a dependência, quero ser independente, para poder parar de depender dos terceiros, se tiver um trabalho vai ajudar muito, é fator principal. Depois vem aqueles outros de tentar ajudar os outros, porque na hora que você se tornar independente, consegue ajudar os outros que necessitarem (Emerson, 29 anos).

Para Honwana (2014), a dependência dos jovens aos terceiros é vista por estes como estar preso na fase de transição para uma vida adulta, uma vez que estão com a idade ativa de poder trabalhar, mas não conseguem por falta de postos de trabalhos. Em razão disso, acabam por permanecer nesta fase de juventude por conta dessa dependência econômica mantida com a família. Dentro desta primeira categoria colocada pela Schmidt (1990), para classificar as formas de dependência financeira dos jovens em relação aos seus familiares, dividimos em duas subcategorias: dependentes que procuram por emprego e os que não procuram, para compreender as características dos nossos entrevistados. Maria (25 anos) e Tom (26 anos) nunca precisaram procurar emprego, mas consideram-se desempregados a partir das suas idades, fazendo referência a outro contexto:

(...) posso me considerar jovem desempregada, porque se formos ver por outra vertente vai parecer que não sou, mas se formos para a realidade dos outros países, um jovem na minha idade, que tem 25 anos, em outros países já estão a trabalhar e estudar, por isso que acho que sou jovem desempregada, para ficar melhor, eu sou jovem desempregada, poderia estar estudando... e trabalhar ao mesmo tempo, mas por conta da situação do nosso país não pude fazê-lo (Maria, 25 anos).

Já falei que vou esperar no próximo ano, porque terminaria o meu curso médio de contabilidade e terei o documento... um certificado que comprovará que sou formado em técnico na área de contabilidade (Tom, 26 anos).

Os dois estão investindo em educação por terem a crença de que a formação profissional é o único meio para se inserir no mercado de trabalho, porém Tom em algum

momento fez bico. Com toda essa situação de não procurarem um trabalho, almejam de alguma forma ser independentes, como descreve Tom:

Ficar na frente dos meus pais, fazendo pedido para comprar alguma coisa, sapato..., mas sim é fase de eu começar a ser autônomo, de ser dono da minha pessoa e de até ajudar os meus pais, mas tendo em conta a situação do país que nos coloca nessa situação (...) (Tom, 26 anos).

As suas condições de dependência total, de nunca procurar um trabalho, não limitam a possibilidade de ter uma independência financeira em relação às suas famílias. Como destacam os dois, a situação do país colocou-os nessa dependência, mas precisam de autonomia para cuidarem de si. Já os outros dependentes financeiros estão dentro da categoria desenvolvida por Schmidt (1990), e em outra criada por nós, que são os dependentes totais que procuraram constantemente romper com a situação de dependência. Nesta última, estão aqueles que um dia possuíam uma “ocupação formal” e os que trabalham no agregado familiar, o que representa 2,2% de ocupação no país (INE, 2023). Nabine (29 anos), durante um tempo teve uma ocupação em um projeto internacional, denominado de Delegação Diocesana de Migração (DDM), de iniciativa do governo espanhol, que visava combater a migração ilegal por meio da zona de risco. Como a Guiné-Bissau faz parte dos países que os jovens têm recorrido a este meio para escaparem da extrema pobreza, estes projetos envolveram o país. Assim, trabalhou no projeto por um ano, que era o prazo da proposta e depois ficou sem trabalho. Nabine é dependente total do ponto de vista econômico e está na procura de um trabalho, diferente dos dois que mencionamos acima. Nabine descreve que o seu “pai é responsável pela realização de maioria de assuntos meus, como de escola e entre outros (Nabine)”. Já no caso de Umaro (19 anos), a situação de dependência difere daquela de Nabine, porque Umaro se encontra desempregado e na procura por emprego, porém está ocupado ajudando os pais no comércio da feira, mas que depende totalmente da mãe.

(...) recebo muita ajuda da minha mãe que fica de pé para resolver os meus problemas, principalmente nos momentos de dificuldade, ela me solicita... - explica Umaro - sobre os meus problemas. Ela é a chave no meu tempo, ela é a pessoa que mais me ajuda, isso é um dos motivos que me impulsiona a me esforçar tanto para ajudar a minha pessoa (Umaro, 19 anos).

Umaro representa uma parte maior da população guineense que vive do comércio retalhista de rua para manter as suas famílias. Nesse sentido, são obrigados a envolver todos os integrantes da família para ajudar no negócio. Este negócio da família, no qual presta

apoio, garante a educação e a alimentação da família, apesar de muito novo ainda em relação aos outros, começou a atuar muito cedo com os pais. Diferentemente de Feliciano (30 anos) que tem uma formação incompleta e está desempregada atualmente. Ela recebe a pensão alimentícia de sua filha que é dada pelo pai mensalmente, que é valor extremamente pequeno e impossibilita resolver outros problemas.

Recebo ajuda do pai da minha filha financeiramente, para alimentação e educação da minha filha. Estou sem trabalho, o dinheiro que recebo do pai da minha filha ajuda para a questão de saúde da criança, apesar de não começar ainda na escola, mas este ano vai começar, já matriculei ela, (Feliciano, 30 anos).

A pensão da filha ajuda para se manter um pouco financeiramente, diferentemente dos outros que trazemos aqui, que se beneficiam de auxílios dos pais. Isso a tem impulsionado à procura de qualquer forma de trabalho, tanto para ter uma autonomia, como pela própria insuficiência do recurso, com a entrada da filha na escola, como ela destaca.

(...) imagina precisando de dinheiro para resolver os meus assuntos e precisando de dinheiro para comprar meus calçados e minhas roupas, sem trabalho, como faço isso? O dinheiro que o pai da minha filha me dá não é suficiente, porque com o tempo a criança vai crescer e as despesas vão aumentar na parte da criança, logo o dinheiro não vai ser suficiente para mim. Também na idade que estou, não posso continuar assim, por isso estou procurando trabalho até hoje (Feliciano, 30).

A procura de uma independência está atrelada tanto a sua pessoa como a própria realidade que sua condição impôs no momento, neste sentido, ela é obrigada a procurar qualquer que seja o trabalho para escapar desta dependência financeira e para resolver questões básicas. A experiência de Feliciano traz consigo as discussões teóricas feitas na sociologia do trabalho por Helena Hirata sobre as responsabilidades de mães solo sobre o cuidado com a criança.

A falta de autonomia financeira dos jovens na condição de desempregado, entendido por Schmidt (1990) como dependências no sentido geral, é a situação de muitos jovens guineenses com idade para trabalhar, mas que não conseguem, tendo em conta a situação do país.

A dependência descrita pela autora como a condição de total falta de autonomia dos sujeitos jovens (Schmidt,1990) é percebida nestes grupos de entrevistados que trazemos dentro desta primeira divisão proposta pela autora. Além disso, há também algumas singularidades em termos de vínculos de dependências.

A segunda característica dos jovens desempregados em situação de dependência encontrada na obra de Schmidt (1990) é a semidependência, que são sujeitos que não são totalmente dependentes dos recursos familiares ou de terceiros. Neste caso, uma parte dos nossos entrevistados se encontram nestas condições de meio a meio, que não é por querer, mas as situações os colocaram nestes ambientes intermediários. Dependem das estruturas familiares para morar e ter aquelas mínimas condições, bem como outras realizações pessoais, assim, são obrigados a procurarem por seus benefícios. Durante este período, sempre procuraram fazer *surris* para se manter parcialmente independentes. Neste processo de romper com a dependência, os jovens almejam qualquer forma de ocupação (Pais, 2003), por isso são vulneráveis a qualquer tipo de trabalho precário que acontece tanto no setor público ou no privado. Nesse contexto, há o exemplo de João (31 anos) que trabalhou durante um ano na brigada policial sem salário ou subsídio financeiro por parte do Estado. Muitos jovens na Guiné-Bissau têm recorrido a esta forma de ocupação que o Estado vem aplicando, para ter mais efetivo no corpo policial, sem mínimas condições. É uma situação que vem ocorrendo nos últimos tempos devido à pressão do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) para a redução de contratação pública. No caso da Guiné-Bissau, localizada na periferia do Sul Global, a questão ainda é mais pertinente, devido aos conflitos políticos e militares. Como destacam Antunes (2008) e Druck (2013), o atual contexto de reestruturação do capital vem atingindo as formas de ocupação tradicionais conhecidas como estáveis. Ademais, os setores públicos não escaparam desse processo de retomada de controle do capital em relação às estruturas sociais de trabalho.

De acordo com Honwana (2014), a transição de muitos jovens para a vida adulta tornou-se algo incerto para essa faixa etária, obrigando muitos a criarem formas de subsistências e de relações interpessoais fora das estruturas familiares para romper a dependência total. É o exemplo de Emerson (29 anos) que teve, no passado, uma ocupação muito longa como professor de escola infantil, mas sem contrato. Tem desenvolvido estratégias que, a nosso ver, é a forma que encontrou para não se manter dependente total da família.

(...) recorro às pequenas atividades, tipo um trabalho de ajudante de pedreiro ou ajudante em qualquer trabalho para segurar um x tempo até acabar o contrato e depois ficar sem ocupação, mas até ser chamado de novo para ir trabalhar como ajudante. É com os ganhos financeiros destas atividades que banco as necessidades básicas, tipo um trabalho de ser ajudante de quem conseguiu o contrato, ganhar aquele um pouco para assegurar até acabar... e esperando até ser solicitado por outro para ir trabalhar (Emerson, 29).

Segundo Honwana (2014), apesar da situação de conseguir outros meios econômicos fora do âmbito familiar serem difíceis, os jovens conseguem engendrar uma solução criativa para não depender totalmente da família. Neste caso, as atividades desenvolvidas por Emerson como ajudantes de vários tipos de serviços é o meio pelo qual encontrou para não ficar totalmente dependente. Mariama (21 anos), com ensino médio completo, encontra-se na mesma situação de desenvolver estratégias para não ficar sem autonomia. Neste caso, viaja para países vizinhos, comprando produtos para revender no país por um preço acessível, como descreve:

(...) viajo para o país vizinho (Senegal) para arranjar perfumes, chinelos, bolsas para revender no país, trago as coisas, as pessoas pegam uma semana ou um mês depois me pagam. Este é o negócio que tenho, que me faz ter um pouco de rendimento, apesar de não ser muito. Coloco assim... um preço razoável, que permite que as pessoas que adquirirem objetos consigam pagar no tempo, sabe que a Guiné-Bissau é um país pobre, não pode colocar um preço elevado, ninguém vai conseguir comprar, coloco desta forma este preço razoável para que as pessoas consigam comprar(...) (Mariama, 21).

Este processo de compra e revenda dos produtos é feita por muitas meninas na Guiné-Bissau que estão desempregadas. Vaz (2018), na sua tese de doutorado intitulada “Sacoleiras a serviço de capital”, demonstra as experiências dessas mulheres que atravessam as fronteiras em busca de produtos para revender nos seus contextos sociais, ele traz no seu texto a realidade de Angola e Guiné-Bissau. Então, Mariama recorreu a este comércio de bideira para ter uma certa autonomia financeira, diferente do caso de Bacar (28 anos) e de Geovane (20 anos), que possuem uma ocupação, mas se consideram desempregados. Bacar trabalha como ajudante de serralheiro, mas depende da demanda para conseguir ganhar dinheiro. Já para o Geovane, a situação é diferente, pois trabalha como garçom em uma empresa de aposta, tem um salário, mas não tem um contrato, ele só foi chamado para trabalhar, “considero como um desempregado, porque não tem um momento de ser demitido lá, e depois se eu sair, de qualquer maneira não teria indenização para tal (Geovane, 20)”. Nesse contexto, muitos acabam se submetendo a estas condições de trabalho precárias sem contrato devido à falta de emprego no país. Como subscreve Antunes (2003), nestas condições de incertezas os sujeitos acabam vulneráveis socialmente e caem nas armadilhas dessas empresas que não garantem a proteção aos trabalhadores.

Na terceira e última característica descrita por Schmidt (1990), independência monetária da família de origem, teremos um caso particular que não se encaixa no total independente ou no semidependente. Nhima (27 anos), que é a única dos entrevistados que já

esteve empregada com contrato assinado por um tempo e é órfã de mãe e pai, precisou trabalhar muito cedo. Ela tem uma situação parecida com a de Feliciano, pois se beneficia de uma parte do dinheiro que o namorado envia da Rússia para o filho. Ela descreve que não recebe qualquer ajuda financeira por parte da tia.

Não recebo nenhum apoio por parte da minha tia, eu que me viro para resolver as minhas necessidades. O pai do meu filho está na Rússia. Recebo dinheiro do pai do meu filho, que me ajuda nesse sentido. O dinheiro que recebo dele, não gasto de uma vez, fico ajeitando-o pouco a pouco, o próprio meu filho não está na minha mão, está com os avós, pais do seu pai, quando pego dinheiro compro somente pouca coisa para a criança, o outro guardo (Nhima, 27 anos).

Apesar de receber uma parte do dinheiro do pai do seu filho, Nhima tem desenvolvido algumas atividades para suprir aquela necessidade básica, “nos últimos tempos vendia suco, fazia e colocava na geladeira da minha tia, depois quando gelada vendia”. Esta independência foi construída durante a ocupação que esteve por muito tempo. Mesmo na situação de desempregada, elabora estratégias para não permanecer dependente, apesar de se beneficiar da estrutura para morar, que é uma característica comum de todos os nossos entrevistados.

A falta de autonomia financeira tornou-se o sentido de estar desempregado para a maior parte dos jovens da nossa pesquisa, que descrevem esta situação de dependência como entraves sociais e econômicos para a realização dos projetos pessoais. Como subscreve Honwana (2014), nos últimos protestos apoiados massivamente pelos jovens africanos em diferentes países, o fator econômico tem sido a pauta principal dessas mobilizações sociais.

Segundo Pais (2003), esta situação faz com que os jovens desafiem a forma tradicional de inserção no mercado de trabalho. Todos eles(as), independentemente da situação, almejam alguma forma de independência financeira, que não é somente ter uma ocupação, mas que permita a realização de projetos pessoais.

1.6.2 Impedimentos para realizações pessoais

A juventude definida por autores(as) como Pais (2003), Guimarães (2006), Barros (2010) e Honwana (2014) como categoria socialmente construída, que está em fase de transição para uma vida adulta, pode ser compreendida como um momento de tensão com o contexto social no qual o indivíduo está inserido socialmente. Tal contexto é visto como uma fase de transição que deve ser acompanhada com autonomia econômica e social, tão almejada por esses grupos sociais. Os projetos das realizações pessoais, desenhados por jovens que

estão nessas fases de mudanças, acabam tendo impedimentos devido aos fatores sociais e econômicos na Guiné-Bissau. Começamos com o fenômeno de desemprego, que impede a transição completa de uma fase para a outra. Como demonstra Castel (1998) e Pais (2003), o trabalho na contemporaneidade tornou-se a principal forma de inserção do sujeito na sociedade, ser desempregado virou o mecanismo de exclusão social. Estar desempregado, nestas circunstâncias, remete à ideia colocada pela Honwana (2014) de estar preso à fase de juventude e dependente economicamente dos familiares (Schmidt, 1990).

A definição do sentido de estar desempregado por sujeitos da nossa pesquisa, como impedimentos de realização dos projetos pessoais da vida, encontra o respaldo teórico na obra de Pais (2003), que entende a juventude como um período de frustrações de sonhos individuais, projetados para o futuro durante o estudo ou a formação profissional, como bem destaca Nabine sobre o sentimento que o desemprego desperta nela: “(...) sentimento de raiva com tristeza estão todos juntos, como posso te explicar? Uma hora você sente-se muito inferior, por que me formei? Para sentar-se sem trabalho, sinto-me triste (Nabine, 29 anos)”. Esta situação de não empregabilidade confronta os projetos da vida projetados para o futuro e deixa os jovens em uma situação de vulnerabilidade social, fazendo-os aceitar qualquer forma de ocupação. Esse processo é descrito por Pais (2003) como luta pela vida.

A precarização ou a ocupação sem contrato virou o caminho da realização desses projetos individuais, que foram construídos nos momentos de estudos ou de formação profissional. Como subscreve Pais (2003), a vivência precária do emprego ou do trabalho doméstico, temporário, eventual, ilegal, virou o principal meio de realização dos projetos pessoais. Bacar (28 anos), formado em Engenharia de Informática, que no momento encontra-se desempregado, mas ocupado precariamente, trabalha como ajudante de serralheiro, porém depende do contrato que o mestre conseguir ou do bico feito neste período, para ter um ganho financeiro. Geovane (20 anos) trabalha atualmente em um quiosque de aposta de jogo de futebol como garçom, mas sem nenhum contrato. Tudo foi firmado pela conversa, sem nenhum compromisso que garanta uma certa possibilidade de indenização após a demissão. Ele descreve o porquê se considera desempregado: “considero como um desempregado, porque não tem momento de ser demitido, e depois se eu sair, de qualquer maneira não teria indenização para tal (Geovane)”. A busca pela realização desses projetos de vida leva os jovens a se submeterem a certos tipos de trabalhos precários, apesar de não quererem ser explorados ou de ser dependentes do trabalho, eles almejam tal realização (Pais, 2003).

O desemprego tem sido um empecilho para realizações de sonhos pessoais e, ao mesmo tempo, é um obstáculo para inserção destes jovens na sociedade. Como subscreve Demazière (2008), o fenômeno não é somente conseguir ocupação, mas envolve outros fatores sociais que dão peso à empregabilidade na sociedade contemporânea. A ocupação precária feita por este grupo, que foi destacado por Pais (2003), Antunes (2008) e Barros (2010), é o jeito encontrado para não frustrar totalmente os projetos da vida, como destaca Feliciano (30 anos) que justifica que a busca para qualquer forma de trabalho é para conseguir terminar a formação profissional que começou e depois parou, devido às questões financeiras.

Para além daquele de levar documentos para instituições... como não consegui ainda, logo pedi para algumas pessoas me ajudarem a conseguir um trabalho doméstico, para poder ir, exemplo daquele de limpeza, somente de manhã, para poder ganhar um pouco de dinheiro, porque não posso ficar assim, quero terminar o meu estudo, mas não consegui ainda dinheiro para finalizar, por isso que quero um trabalho fora de formal, doméstico, mas não consegui ainda, trabalho é difícil de conseguir em Guiné-Bissau (Feliciano, 30).

Ela percebeu a dificuldade para se inserir em um mercado com a carteira assinada que garante a permanência da pessoa por mais tempo e recorreu agora ao dito “informal”, para não atrapalhar os seus projetos de vida por falta de emprego. Como subscreve Barros (2009), neste contexto de precariedade e insuficiência de postos de trabalho, os jovens guineenses têm mobilizado outras estratégias criativas fora do mercado formal para escaparem da extrema pobreza e da realização dos projetos de vida. Então, desenvolvem o comércio de rua através da venda de produtos, carregamentos de baterias, vendas de créditos para celulares, vendas ambulantes de café, serviço de lavanderia ambulante, angariação de clientes, cobradores de transportes, barracas de cinemas, confecção de panelas, manicure e pedicure etc. (Barros, 2009). Na maior parte das estratégias destacadas pelo autor encontramos, durante a nossa conversa com os sujeitos da pesquisa, aqueles que descrevem que tem recorrido a vários *surnis* para se manter financeiramente, a fim de resolver as suas necessidades básicas.

Estes trabalhos, caracterizados por Antunes (2008), Druck (2013) e Barros (2009), como precários, tornaram-se o principal meio de inserção social dos jovens guineenses neste contexto de contingência, servindo como a fonte da geração de recurso para boa parte destes jovens pobres e desempregados. Durante a entrevista com Emerson (29 anos), ele nos descreveu que os *surnis* feitos servem para ter um ganho financeiramente: “Tipo ajudante de obra e de carpintaria, madeireira de casa e cobrador de transporte (Emerson)”. A maior parte deles(as) entram nestes mercados considerados informais sem escolha, porque o contexto social no qual estão inseridos os desafia o tempo inteiro.

A inserção no mercado denominado por Barros (2009) de “setor informal” em Guiné-Bissau é uma das estratégias encontrada pelos jovens para escapar da pobreza. Isso ocorre mesmo nos casos em que eles têm formação profissional completa. Isso se deve ao fato de que a realidade social na qual estão inseridos é um grande desafio para adentrar ou conseguirem um emprego, devido a vários fatores como já descrito nessa dissertação. Durante as nossas entrevistas com estes jovens, na condição de desempregados, eles nos elencaram fatores que consideram chave para o impedimento para suas inserções nos mercados de trabalho. São eles: o Estado, o nepotismo, a reforma administrativa no setor público e a insuficiência dos postos de trabalho no país.

Para os jovens, estes fatores têm contribuído para o impedimento da realização dos projetos pessoais, neste caso, enxergam o Estado como central neste processo de garantia de direito à empregabilidade para eles(as), por isso que a maioria o entende como fator chave. Mas, pelo atual contexto vivenciado no país, o Estado tornou-se refém de alguns grupos partidários como meio privado para resolverem os seus interesses particulares. Neste caso, entra o nepotismo descrito por jovens em diferentes formas, que impossibilita as suas entradas no mercado de trabalho. Os jovens descrevem o nepotismo como: *cargo familiar, politização do mercado, inserção através de apoio familiar, costas largas, inexistência de concurso público, inserção ilegal*. Isto é, tudo isso tem dificultado as suas inserções no emprego, no país. Com base nesta resposta, perguntamos de quem é a responsabilidade pelas suas condições de desempregados, para poder entender ainda mais esta desorganização nas instituições públicas do país. Então eles elencaram vários fatores que colocaremos em seguida.

- Estado como responsável por suas condições de desempregados;

Para mim é o Estado, é o Estado que culpo, porque não criaram condições para o jovem ter emprego e são os mesmos que não deram oportunidade e que colocaram o país nesta atual situação... às pessoas não são dadas oportunidades para mostrarem as suas capacidades (...) (Emerson, 29 anos).

O culpado dos desempregados jovens é nosso governante porque não cria condições para os nossos próprios jovens, nós jovens. Não cria empresa para jovens poderem empregar... Jovens querem trabalhar, jovens têm ambições ou ansiedade para trabalhar, mas não conseguiram o trabalho porque o Estado de Guiné não tem condições de colocar jovens para trabalhar (...) (Maria, 25 anos).

- Instabilidade política e militar;

(...) se país tiver estabilidade e os investidores vindos ou muitas empresas, os jovens terão trabalho, não é que os jovens não gostam de trabalho, mas existem certos jovens que não procuram trabalho, mas alguns procuram, mas não acham, tem uns formados com licenciatura, com diploma na mão... procura trabalho até ficar cansado (Feliciano, 30 anos).

(...) é situação do país, porque estamos vivendo num país onde os governantes do país não deram a oportunidade aos jovens. Existem poucas empresas para empregar os jovens e mais... (Geovane, 20 anos).

- Politização do mercado de trabalho.

(...) na Bissau o mercado de trabalho está tudo politizado, qualquer parte de mundo, quando um Estado usa a politização para inserção no mercado de trabalho, aquele país não avança, sempre fica do mesmo jeito, você tem que recorrer aos partidos para permanecer e fazer campanha no período eleitoral, depois se o partido vencer ou aliança deles vencer a eleição... colocam assim seus apoiadores em diferentes instituições para trabalhar (João, 31 anos).

- Insuficiência de postos de trabalhos;

(...) posso dizer que o culpado é a falta do mercado de trabalho e por outro lado posso dizer... culpar Estado da Guiné-Bissau porque não dão oportunidade para jovens que se formaram. Você estuda e segue todos os requisitos e pega seu diploma... depois procura trabalho e não acha, olha alguns que não estão cursando nem primeiro ano da universidade, mas está trabalhando, por que isso? (Nabine, 29 anos).

Considero o mercado de trabalho da Guiné-Bissau, bem sabemos que a Guiné-Bissau é um país até hoje que não tem reforma, enquanto não ter reforma é menos oportunidade para jovens (Bacar, 26 anos).

Nos aspectos encontrados durante as entrevistas com os nossos sujeitos da pesquisa, no que tange aos fatores que têm obstaculizado as suas inserções no mercado de trabalho em Guiné-Bissau, apareceram quatro elementos nas falas deles(as): o Estado, a instabilidade política e militar, a politização do mercado de trabalho e a insuficiência de postos de trabalhos. São questões que aparecem no estudo empírico feito por Barros (2010) que se debruça sobre as estratégias que os jovens vêm criando em Bissau para não permanecerem na extrema pobreza, em que é possível identificar a irresponsabilidade do Estado e as disputas políticas e militares para a governança do país. De acordo com Cardozo (2014), Honwana (2014) e Jaurá (2005), as disputas políticas travadas por atores políticos nos contextos africanos, especialmente na Guiné-Bissau, para a governança, refletem de forma direta nas instituições públicas do país, levando direto a outros fatores sociais: como desemprego e pobreza. Nabine destaca: “(...) o país está mesmo disperso e bagunçado, nada não vai de acordo com a lei do país”. Outro fator importante nesta questão de impedimento de jovens,

por meio de um emprego para realizarem os projetos de vida, realçado por João (31 anos), está a politização do mercado de trabalho por parte de atores políticos, em que a militância se tornou um meio de inserção no aparelho político, que pode ser caracterizado como nepotismo.

Assim, os fatores destacados anteriormente aparecem nas conversas com os sujeitos de pesquisa como os principais motivos de impedimentos para a realização dos projetos de vida, idealizados durante o estudo ou formação profissional. Autores como Pais (2003), Guimarães (2006) e Honwana (2014) afirmam que o desemprego figura como barreira para pessoas nessas faixas etárias, por isso há a necessidade de a política pública amparar estes sujeitos nesta fase inicial da sua trajetória como autônomo. Em Guiné-Bissau, os jovens têm sido massa de manobra para atores políticos que perceberam a vulnerabilidade desses sujeitos.

1.6.3 Implicações em desordens sociais

No atual contexto que vivenciamos, ter um emprego pode ser sinônimo de vencer na vida, para se ter autonomia financeira e realizar os projetos de vida, idealizados durante o estudo ou a formação profissional. Mas isso tem sido impossível perante o contexto na qual estamos inseridos, em que cada vez mais o capitalismo vem excluindo uma grande parte dos trabalhadores, enviando-os para o desemprego, proporcionando outras formas de ocupação precária. Dentro destes contextos de insuficiências de postos de trabalhos e de precariedade, jovens vêm reinventando as formas de ocupação para não serem marginalizados socialmente. As formas de ocupação precárias trazidas por Barros (2009), em Bissau, consistem no meio encontrado para escapar da delinquência e da marginalização.

As desordens sociais são um dos sentidos atribuídos ao desemprego num contexto de profunda pobreza. Os nossos entrevistados destacaram que o fenômeno de delinquência, que muitos escolhem seguir, é devido à falta de escolha e as pressões sociais sofridas tanto no seio familiar como na sociedade.

(...) imagina quando há uma contribuição para fazer, se não tiver dinheiro vão falar mal de você, os que estão empregados vão dizer que não gosta de trabalho, mas acontece que procurou, não conseguiu, mas falaram que não gosta de trabalho e ninguém vai te respeitar, até criança não vai te dar o respeito (Feliciano, 30 anos).

Ter um emprego tornou-se requisito para a inserção social de jovens na sociedade, tanto no âmbito familiar como fora do ambiente familiar. A descrição de Feliciano, no sentido de estar desempregado como desrespeito, vai na direção do que colocamos antes, pois o

trabalho hoje dá um tipo de *status quo* na sociedade contemporânea, por isso a necessidade de tê-lo. Os sentimentos de desemprego viraram um medo para os nossos entrevistados, devido às suas implicações negativas sobre a vida dos que não possuem emprego, nos casos destes jovens que conversamos, notamos um pouco de medo de permanecer nesta condição de desempregado. O sentido de estar desempregado por muito tempo teve consequência sobre um dos sujeitos de nossa pesquisa, que narra este fato para nós:

(...) conheci alguém que formou no exterior, mas nunca conseguiu trabalhar (...), acabou levando aos problemas mentais e acabou por ficar completamente louco, então é bom tomar cuidado sobretudo para quem voltou de formação... é capaz de pegar problema psicológico por conta de pensar muito (Mariama, 21 anos).

O medo de permanecer nesta condição de desempregado por muito tempo está deixando os nossos entrevistados preocupados, uma vez que já presenciaram os efeitos mentais e psicológicos nos seus conhecidos. A partir dessa preocupação demonstrada pela Mariama, no que tange à vivência do fenômeno do desemprego, percebe-se que, mesmo com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho nos últimos anos, continuam tendo ainda importância para os indivíduos (Antunes, 2009). Segundo Pinheiro e Monteiro (2007), o fenômeno do desemprego tem consequências sobre as questões mentais e psicológicas na vida dos indivíduos, uma vez que o trabalho se configura socialmente na atualidade como meio de inserção na sociedade e, ao mesmo tempo, pode ser visto como o principal mecanismo que estabelece as relações entre os sujeitos. Apesar de o sistema capitalista ter empreendido projetos individuais cada vez mais, destruindo a coletividade, implementado o individualismo, o trabalho continua tendo importância para os sujeitos que vivem dele.

O desemprego provoca medo nos jovens. Um dos nossos entrevistados, órfão de pai e de mãe, que desenvolveu um “vínculo de parentesco” com o trabalho, mas no momento encontra-se desempregado, vive a frustração.

Afeta a minha vida sim, porque quando estava trabalhando não sentia que não tinha mãe e não dava tanto falta, sentia o momento mais aliviado e melhor em relação à atualmente, devido à falta de trabalho. Às vezes, em algum momento, fico perturbado e estressado (...) (Nhima, 27 anos).

Esta situação faz com que muitos jovens tenham as suas condições sociais sem nenhuma perspectiva futura e acabam recorrendo aos mercados “informais”, precários para evitar a extrema pobreza ou escapar do caminho de delinquência. De acordo com Souza e Lussi (2020), a escolha por este mercado não é o desejo pessoal destes sujeitos, mas o fazem

por necessidade de escapar das consequências negativas do desemprego sobre a vida deles. Um dos nossos entrevistados destaca que, quando a pessoa tem um emprego, a tendência é se livrar de vários problemas sociais.

Quando você fica desocupado, coloca você em muitas situações, complicações que com ocupação não estaria nem presente nestes problemas, tudo isso tem um impacto negativo ao contrário (se tiver ocupação), livraria de muitas situações (Emerson, 29 anos).

A ocupação ou ter um emprego ou trabalho é compreendido pelos jovens como a forma de escapar das armadilhas da exclusão social, por isso almejam qualquer forma de ocupação, por perceber também que o contexto no qual estão inseridos há a impossibilidade de conseguirem o trabalho com contrato. Por isso, a necessidade de reinventar estratégias de ocupação o tempo todo, por meios de bicos e trabalhos temporários (Pais, 2003). Neste quadro de reinvenção do modo de sobrevivência, a partir de várias formas de ocupação destacado por Barros (2009), coloca-os numa situação de profunda vulnerabilidade social (Pais, 2003). A situação vivenciada por Nhima (27 anos) numa discoteca na qual trabalhava é um exemplo perfeito para demonstrar como os jovens viram massa de manobra dos empregadores quando percebem a fragilidade.

(...) trabalhei numa discoteca, frequentei por muito tempo este trabalho, depois passou um problema no local, o nosso colega teve um problema, o dono de espaço nos mandou embora (...) (Nhima).

Isso demonstra como esta forma de trabalho deixa estes sujeitos numa condição de frustração, porque não tem hora ou momento de ser mandado embora sem nenhuma indenização, o caso dela demonstra as frustrações que o emprego sem contrato proporciona aos jovens. O medo de ficar desempregado por muito tempo leva-os a aceitarem estas formas de ocupação precárias, para saírem da pobreza e não cair na marginalização social.

Os sentidos de estar desempregado são destacados por eles(as) como a falta de autonomia financeira, impedimentos para realizações de projetos pessoais e implicações em desordens sociais e estão todos interligados. São fatores que acompanham uns aos outros, com relação à falta de autonomia, o principal objetivo é romper com esse ciclo de dependência econômica em relação aos seus familiares para realizar os projetos pessoais e ajudar os pais e os familiares. Temem ficar por muito tempo sem qualquer forma de ocupação, trazendo os exemplos das situações que já presenciaram de uns que não conseguiram resistir à pressão social, assim, acabam por escolherem outros caminhos ilegais. Ao mesmo tempo em que ficam com medo de não passar pela mesma situação que já

presenciaram, não culpam os jovens que não aguentaram as pressões sociais, mas responsabilizam o Estado e a atual situação que o país vive.

Na realidade de Guiné-Bissau, desde a Guerra Civil de 1989, o país nunca mais conseguiu viver uma estabilidade por um tempo, cada vez mais os governos são derrubados, parlamentos dissolvidos, presidentes golpeados, tudo isso contribui para agravamentos dos problemas sociais e econômicos. Isso contribui para impactar nas trajetórias destes jovens que almejam quaisquer formas de ocupação devido ao contexto.

1.7 Experiências dos jovens guineenses desempregados

Como a experiência social é algo que pode ser vivenciado de modo coletivo ou individual, mobilizamos o conceito para olhar a experiência individual dos sujeitos da nossa pesquisa, com relação ao desemprego. Aqui focamos na maneira como os sujeitos vivenciam cotidianamente o fenômeno do desemprego. Para isso, formamos a tipologia das experiências do desempregado a partir das vivências destes sujeitos, para compreender as implicações sociais do problema na vida deles(as). Como experiência, segundo Dubet (1996), entendemos como algo vivido ou presenciado por sujeitos, estas clivagens nos ajudarão a decifrar esta prática vivenciada de modo heterogêneo. A partir dessa teoria proposta por Dubet, captamos três modos nos quais os sujeitos vão vivenciar de modo coletivo, apesar de cada um possuir uma particularidade, que demonstraremos no decorrer de cada uma destas características aprendidas durante as nossas conversas, que são: *Ressignificação do desemprego a partir do investimento na formação; Surnis como meio alternativo; Com contrato ou sem contrato em um contexto de insuficiência.*

1.7.1 Resignificação do desemprego a partir do investimento na formação

O desemprego como sendo um fenômeno que atinge a maior parte dos jovens que estão em idade de trabalhar, mas não conseguem por falta de postos de trabalhos vai ser experienciado de formas diferentes. Como os jovens de modo geral são muito heterogêneos, o modo como vão vivenciar o desemprego vai se dar de forma diferente, devido aos fatores sociais e econômicos que vão determinar o *status quo* de cada um. Como alguns dos nossos entrevistados nunca procuraram trabalho, mas consideram como tal, pensamos na tipologia de resignificação, como forma encontrada para vivenciar o fenômeno, investindo em outros

projetos de vida, como o estudo, pois já perceberam o que os esperam no mercado de trabalho. Neste sentido, mobilizarmos a teoria da experiência proposta por Dubet (1996) para olhar as semelhanças e as particularidades dos sujeitos que estão nessa condição de ressignificação dos seus tempos de desempregado, uma vez que, para o autor, a experiência pode se dar de modo coletivo por estarem todos na mesma situação; e individual, tendo em conta como cada um vai vivenciar o desemprego. Dois dos nossos entrevistados que estão inclusos dentro dessa tipologia de ressignificação do desemprego nunca procuraram emprego, estão investindo este tempo na formação profissional, mas se consideram como desempregados a partir das suas faixas etárias. Consideram-se como idade ativa de trabalho, mas tendo em vista a situação do país, isso impossibilita a participação de muitos jovens nessa idade no mercado de trabalho na Guiné-Bissau. A experiência social ajuda nessa compreensão de formas diferentes, já que cada um vai enxergar e compreender a sua situação como desempregado.

Hoje existem muitos estudos empíricos que têm se dedicado à pesquisa sobre os jovens que estão na idade de trabalhar, mas levam em consideração os contextos sociais nos quais estão inseridos, o que obstaculiza a inserção deste grupo no mercado. Muitas vezes os levantamentos realizados por instituições internacionais acabam considerando-os como desalentados, mas na verdade eles(as) fazem a leitura das suas localidades e sabem muito o que lhes espera no mercado de trabalho. Tom (26 anos) e Maria (25 anos) são dois jovens guineenses que, atualmente, estão fazendo a formação superior e que são amparados pela família, um pelo pai e outro pela tia.

Na tentativa de caracterizar diferentes formas de vivenciar o fenômeno de desemprego nos anos 70, através de entrevistas realizadas na França, Demazière (2008) dividiu estas experiências em três tipos para compreender as relações subjetivas e sociais no que tange à vivência do desemprego. *O desemprego total é considerado* a situação em que o indivíduo perde estatuto social construído a partir de relação com seu emprego, logo, é obrigado a procurar outro emprego para construir esse laço de relação perdida com o emprego. Um mundo marcado pela marginalização social e pelo vazio (Demazière, 2008). *O desemprego invertido* opera-se em um contexto de sistema de valores, na qual os trabalhos assalariados são impostos no segundo plano, em que o desemprego é transformado num projeto de realização de outros projetos da vida. Muitos dos indivíduos nesta condição de desemprego invertido possuem outra fonte de renda. Esta experiência assemelha-se um pouco ao que colocamos aqui, dos sujeitos que nunca procuraram emprego, mas que se consideram desempregados,

retomaremos essa discussão mais adiante, depois de demonstrar a última tipologia de vivência do desemprego colocado por Demazière (2008). *No desempregado diferenciado* os sujeitos transformam a procura constante do emprego em uma ocupação integral, através de participação em estágios que visam reforçar a competência, que mais tarde possibilita a inserção no mercado através desse acúmulo de experiência.

Na experiência dos desempregados invertidos colocado por Demazière (2008), os sujeitos procuram transformar este tempo em realização de outros projetos de vida, ou seja, o assalariamento. Esta experiência apresenta um pouco de semelhança em relação às experiências dos sujeitos da nossa pesquisa que nunca procuraram emprego, mas se consideram desempregados a partir das suas faixas etárias. Por entenderem o contexto no qual estão inseridos socialmente, enfrentariam dificuldade para se inserir no mercado de trabalho, tendo em vista a insuficiência de postos de trabalhos e a incompetência dos governantes que corromperam a administração pública.

Na atualidade, grande parte dos estudos no campo da sociologia do trabalho, sobretudo no Brasil, tem contribuído com o avanço de pesquisas empíricas – que têm captado estes fenômenos de pessoas que não estão trabalhando e nem estudando. Demonstram, desta forma, que existe grande número de jovens nestas condições, isto é, que terminam o ensino médio, mas por falta de condição, não conseguem se inserir tanto no mercado de trabalho como na formação profissional. Percebe-se que a condição social a qual estão inseridos não dá muitas escolhas. No primeiro gráfico que ilustramos sobre o desemprego a nível global, é possível perceber que na Europa o desemprego é mais alto em relação à América Latina e à África, mas na realidade os contextos do Sul têm mais pessoas desempregadas, porque as pesquisas internacionais não captam o número real de desempregados que não estão na procura devido à leitura social que fazem do seu contexto. Segundo Camarano e Kanso (2012), a maior parte dos jovens que não estudam e nem procuram trabalho são por dois motivos: falta de renda para custear o estudo e desalento, ou seja, desânimo com o contexto social. Como destacamos, são sujeitos que chegam nesta fase e começam a tensionar suas realidades, tendo em vista os obstáculos sociais que impedem eles(as) de fazerem a transição completa.

Estas experiências de jovens que não procuram trabalho e nem estudam diferem da experiência dos nossos entrevistados, que apesar de não procurarem emprego, estão investindo este tempo na formação. Tom não procurou emprego por acreditar que a inserção no mercado precisa de um diploma de comprovação da sua formação. Durante a nossa conversa, perguntamos o porquê de não procurar emprego:

(...) falei que vou esperar no próximo ano, porque terminaria o meu curso médio de contabilidade e terei o documento... um certificado que comprovará que sou formado em técnico na área de contabilidade, enquanto não tirar ainda a licenciatura (...), mas serei técnico na área de contabilidade, por isso falei que vou esperar terminar este ano para poder fazer pedido de emprego, por enquanto considero a minha pessoa de desempregado, porque não tenho emprego (Tom, 26 anos).

Tem ainda muitos jovens guineenses igual a Tom que acreditam que a formação profissional continua sendo o principal meio para a inserção no mercado de trabalho, mas que, na verdade, estas crenças têm sido desafiadas pelas pesquisas empíricas que demonstram que, no atual contexto, a formação não tem sido meio suficiente de inserção. Há sujeitos nessa pesquisa que terminaram a formação, mas que permaneceram desempregados até hoje. Maria (25 anos) se encontra nesta mesma situação de investir no estudo para depois sair para procurar emprego: “nunca fui procurar trabalho ou um emprego assim, meu sonho quando terminar o estudo é ir procurar emprego, este é o meu maior sonho (Maria, 25 anos)”.

Segundo Correio e Correio (2016), a formação educacional continua sendo o meio para a explicação do problema do desemprego jovem, porém não passa de um reducionismo. Muitos jovens diplomados por ofício ainda estão fora do mercado de trabalho. A crença de que a formação educacional reduz o tempo da permanência no desemprego ou encurta o caminho da inserção no mercado de trabalho não passa de discursos produzidos pelo mercado de trabalho e incorporado pelos jovens como realidade.

A inserção em curso de formação superior não parece ser uma opção, mas uma necessidade, pautada na crença de que ela pode diminuir o caminho para o mercado de trabalho. Em contrapartida, os cursos não estão, em sua maioria, relacionados com as demandas do mercado, mas sim à possibilidade de transformar a educação em mercadoria que deve ser vendida (CORREIO, CORREIO, 2016, p.359).

As mudanças que vêm ocorrendo nos últimos anos, a desregulamentação da força do trabalho, com a flexibilização, por exemplo, atingiu uma grande parcela dos trabalhadores e teve mais impacto nos jovens que estão saindo das suas formações para viver o dilema do mercado de trabalho. Nos contextos do Sul, esta situação ficou ainda pior, uma vez que estes contextos viviam a precarização laboral.

Voltando à discussão posta de ressignificação do tempo de estar desempregado em qualificação profissional ou outros projetos de vida, Tom e a Maria contam trajetórias ou vivências diferentes. Tom apesar de não procurar emprego e de estar dedicando tempo à formação profissional, amparado financeiramente pela família, durante este tempo, tem feito

bicos para resolver necessidades pessoais. Diferentemente de Maria, que depende totalmente do pai para resolver as questões pessoais, como descreve:

Neste caso, o meu pai, faço o seguinte rrsrs, posso dizer que trabalho com um pouco de economia, o meu pai me dá dinheiro, o de transporte para ir escola, às vezes economizo, não pegando táxi, indo no transporte coletivo (**preço acessível**). (...) Guardo desta forma os restos de trocados, que serve como os meus fundos para resolver a minha necessidade básica, às vezes também chega um determinado tempo ele me dá dinheiro para resolver os meus assuntos, mas nem sempre que ganho, mas como te disse... através daquelas moedas que guardo, consigo resolver as minhas necessidades básicas (Maria, 25 anos).

Schmidt (1990) descreve este tipo de dependência de total em relação com seus familiares. No caso de Maria, ela é assegurada pelo pai financeiramente para resolver todos os problemas pessoais, e que difere de Tom, que está na mesma situação que ela, mas que quer dedicar mais tempo à formação para procurar emprego depois. Ademais, fez vários *surnis*.

Só faço *surni* de vez em quando, quando tiver um ou quando receber uma solicitação por parte de uma pessoa, perguntando se teria o tempo para trabalhar como ajudante, mas nunca tive oportunidade de ter um trabalho com carteira assinada, em que ganharia o dinheiro, por enquanto é só estudar (Tom, 26 anos).

Ao mesmo tempo em que estar dedicado totalmente à formação profissional, compreendida aqui como forma encontrada para ressignificar o tempo de estar desempregado, não procurar trabalho pode ser também a percepção social que se tem do contexto no qual se está inserido. É possível perceber as dificuldades para a inserção laboral de jovens guineenses no mercado, pois recorrem ao *surni* como meio de resolver as suas necessidades básicas, apesar de não procurarem emprego. A vivência desses jovens se assemelha um pouco com a segunda tipologia de experiência que traremos em seguida, que são pessoas que procuraram emprego e ao mesmo tempo desenvolvem alguns *surnis* para amparar-se economicamente. São sujeitos com formação completa e incompleta.

O olhar da experiência social colocada pelo Dubet (1996) para olhar as vivências de formas heterogêneas possibilitou o nosso entendimento sobre a experiência dos jovens desempregados como um todo. Ao mesmo tempo, a vivência pode ser coletiva ou individual, porque olhando especificamente para a experiência dos dois, no que tange às experiências de estar desempregado, torna-se coletivo por não procurarem o emprego como os outros, investindo mais nas suas formações profissionais. Já no que concerne à vivência individual, nota-se as particularidades que podem ser mediadas por questões econômicas. Tom depende da tia para custear os seus estudos, mesmo assim fez vários *surnis* para resolver suas questões

pessoais. Maria depende diretamente do pai, condição que Schmidt (1990) descreve como dependente total da família de origem, isto é, que as fontes de obtenção de recurso giram em torno do pai ou da mãe.

Enquanto estes são amparados economicamente pela família, outros diferentes deles procuram desenvolver algumas atividades, que vamos destacar na segunda categoria. A experiência de Tom assemelha-se um pouco com estes, no que tange a fazer os *surnis*. São indivíduos que estão no cotidiano, batalhando para a sua sobrevivência. Apesar de se beneficiarem de uma estrutura familiar para dormir e compartilhar o básico (alimentação), estão trabalhando em atividades fora da área das suas formações ou lutando para pagar os seus estudos com estes pequenos *surnis*. Agora olharemos para estas experiências de jovens desempregados que recorrem a várias pequenas atividades, a fim de se assegurar economicamente. Colocamos o termo endógeno *surni*, porque a maior parte deles descrevem as atividades desenvolvidas neste período de desemprego como tal, e o próprio *surni* é um termo utilizado pelos indivíduos, no contexto da Guiné-Bissau, para descrever o trabalho feito sem contrato, ou seja, considerado como temporário, como um bico etc.

1.7.2 *Surnis* como meio alternativo

Os sujeitos da nossa pesquisa têm mobilizado várias formas de estratégias para não permanecerem desempregados por muito tempo. Tais formas são ilustradas na pesquisa empírica desenvolvida por Barros (2009) na capital Bissau. Estes *surnis* têm servido de base para os jovens Guineenses na condição de desempregados, não ficando parado por muito tempo. *Surni* ao mesmo tempo que é a forma encontrada pelos jovens para terem um ganho financeiro, também serve para escapar da marginalização social, sofrida através de rotulações pejorativas atribuídas socialmente aos desempregados. Como descrevemos no sentido atribuído ao desemprego aos jovens guineenses, percebe-se que, quando os projetos pessoais destes sujeitos estão frustrados, mobilizam-se várias estratégias para superar os obstáculos impostos por contextos nos quais estão inseridos.

Nota-se que a maior parte destes sujeitos desempregados procuraram fazer algumas atividades consideradas por eles(as) como *surni* para se assegurar economicamente, como demonstra Pais (2003). Os jovens, por sentirem que os projetos futuros planejados durante os estudos estão sendo ameaçados, recorrem a outras formas de realizá-los. O exemplo trazido por Antunes (2008), sobre a precarização e a flexibilização, atinge de forma direta os sujeitos

mais vulneráveis no mercado de trabalho, que são os antigos trabalhadores braçais, mulheres e jovens que estão começando a experimentar o mundo do trabalho. Percebe-se que a aceitação de ocupação de forma precária feita por jovens é devido à falta de opção, pois acabam aceitando as regras dos empregadores. Como caso de João (31 anos), formado em Engenharia de Informática no Senegal, que no momento é um desempregado, mas que trabalha voluntariamente na brigada policial do Ministério de Defesa Nacional como policial e pai de uma criança de nove anos. O João recorre no momento a um *surni* de uma empresa de telecomunicação, a Orange, no país, para obter ganhos financeiros através de venda de material eletrônico da empresa, como ele mesmo descreve:

Consegui um *surni* na Orange (empresa de telecomunicação), um *surni* pequeno, através dele que consigo um pouco, muito embora não chegue para resolver todas as necessidades, dá para viver com ele um pouco. **Que tipo de *surni*?** Humm, trabalho que fazemos, e quando eles tiveram telemóveis, que são trazidos para empresa, pegamos carro da empresa construído para este tipo de trabalho, indo para chapa (zona de capital de maior movimentação) ou frente ao mercado Bandim com Sunuker (lojas de venda), fazendo a promoção de telemóveis e outros materiais eletrônicos, como fones de bluetooth, carregadores, cartões (chips). Fazemos para empresas tipo marketing e venda de produtos eletrônicos e os ganhos são consoantes à venda, feito individual (João, 31).

Isso mostra o que Antunes (2008) aponta, e que destacamos acima sobre as situações de vulnerabilidade que os grupos sociais, como os jovens, se encontram perante o mercado de trabalho de modo geral. Nos parece que a motivação para João permanecer ainda neste tipo de *surni*, com pouco ganho financeiro, obriga, de qualquer forma, os sujeitos a concorrerem entre si, para ter algum benefício no final do trabalho. Isso é devido a sua condição social, como um jovem em idade de trabalhar e um pai que precisa apoiar o filho. A experiência de João e Mariama se assemelha ao que Demazière (2008) destaca na sua obra dos desempregados dos anos 1970, captado nos conjuntos de entrevistas, realizadas nessa década, de pessoas em situação de desempregadas. O autor classifica esta forma de vivência do fenômeno como “desemprego diferenciado”, uma vez que as pessoas nestas condições recorrem à procura constante de emprego como ocupação integral, por meio de estágios, ações voluntárias etc., para aumentarem as suas capacitações. No caso da Mariama, ela recorreu ao estágio do curso técnico que fez durante este período de desempregada, para conseguir o trabalho depois. Como subscreve Demazière (2008), os desempregados nestas condições recorrem a estas atividades, que podem ser cursos técnicos, estágios ou trabalhos voluntários com duas intenções (a primeira de capacitar-se e a segunda de conseguir emprego a partir destas experiências acumuladas). Ao mesmo tempo em que ela almejava conseguir uma ocupação no

Hotel como cozinheira, não deixava de recorrer a outras formas de sustentar-se financeiramente.

Na experiência de João podemos captar dois aspectos, um que tem a ver com a sua ocupação de forma voluntária na instituição pública do país; outro é olhar para os *surris* destacados por nossos entrevistados, que aparece na experiência dele como meio de escapar da marginalização social. O primeiro fator pode estar interligado com o segundo no que tange às mobilizações de estratégias para fugir da marginalização social e da delinquência atribuídas especificamente a este grupo social, devido às suas vulnerabilidades. Mas olharemos para estes dois aspectos de forma individual para melhor compreensão. Segundo Antunes (2010), o trabalho voluntário e outras formas de trabalho que emergiram durante este processo de reestruturação do capital a nível global são mecanismos que mascaram constantemente a autoexploração do trabalho. No caso da Guiné-Bissau, olhando especificamente para a experiência de João, pode ser entendido como um contexto de insuficiência de postos de trabalhos e de precariedade, que movem os sujeitos a aceitar estas formas de trabalhos para escaparem da marginalização social.

Esta experiência de ter uma ocupação de qualquer forma para evitar rotulações sociais ou escapar da extrema pobreza, enfrentada por jovens em geral na África (Honwana, 2014), tornou-se mecanismo para a precarização do trabalho no país. Muitos jovens estão, neste momento, nas forças de defesas e seguranças, atuando sem receber qualquer benefício das autoridades do país.

(...) tive que entrar no trabalho de defesa, da polícia, tipo auxiliar, não sei se você ouviu falar, trabalhei quase dois anos como policial, fiz serviços nas esquadras, mas não consegui aguentar, é um trabalho muito difícil, trabalhar sem incentivo, tipo voluntariamente, acabei por sair (João, 31 anos).

Curiosamente, o setor público no país é mais responsável por garantir o emprego com a carteira assinada do que o setor privado, que tem uma porcentagem muito baixa em relação ao emprego com carteira assinada. Mas nos últimos anos, com os problemas políticos, este setor começou a deteriorar-se, acontecendo situações como a do João. Nos últimos tempos, o país tem recebido a pressão dos seus “parceiros de desenvolvimento”, de reduzir os quantitativos de funcionários públicos, para reduzir despesas públicas. A pergunta que fica é: como aplicar essas regras em um contexto em que nunca houve a generalização do mercado de trabalho e da condição de assalariado? A maior parte do PIB do país vem dos trabalhos agrícolas feitos por famílias sem auxílio do Estado, que são a maioria da classe trabalhadora

do país. Então, neste sentido, com o esvaziamento do setor público, é como enviar as pessoas diretamente para trabalhos precários.

Voltando para nossa discussão, os jovens no contexto da Guiné-Bissau não têm muita escolha e acabam por se submeter a estas formas de ocupação voluntária para cobrir o tempo de desemprego, parecendo um pouco com que Demazière (2008) descreve na experiência dos desempregados diferenciados.

O segundo fator que encontramos nas estratégias mobilizadas por sujeitos da nossa pesquisa para manterem os laços sociais com a comunidade por meio de trabalho é o que denominaram de *surnis*. Isto é, meios encontrados para escaparem da exclusão social ou marginalização impostas simbolicamente por regras sociais por meio de trabalho na contemporaneidade. Desenvolvem estas atividades temporárias ou sem contrato, que apesar de ganharem um pouco, cria-se uma ideia de sujeito batalhador que, com a situação de desemprego, não se renderam ao fenômeno.

Estas atividades configuram dentro do processo que foi mobilizado por sujeitos da nossa pesquisa e que serve como forma de se manter economicamente, porque segundo Castel (1997), a miséria econômica é a maior base para grande parte de situações de marginalidade social. O autor inclui os jovens pobres dentro dos grupos que considera vulneráveis, que são muitos passíveis de fator de marginalização. Isso inclui a maior parte dos sujeitos da nossa pesquisa que estão na condição de desempregados. Para compreender melhor esse processo de marginalização, temido por jovens no contexto da Guiné-Bissau, fazendo com que mobilizem várias estratégias para não permanecerem por muito tempo na situação de não ocupação, usando *surni* como meio de manter os laços sociais, mobilizamos a obra de Castel (1997) a respeito do processo de marginalização que a falta de trabalho e vínculo relacional pode causar nos sujeitos. É importante destacar que o autor descreve sobre a realidade do Norte Global (França), mas usamos estes conceitos que, a meu ver, os sentidos são os mesmos, mas as experiências diferem.

O autor demonstra que a situação de marginalidade é movida por um duplo processo de desligamento, primeiro do trabalho, e segundo da inserção relacional. Mas o primeiro fator possui mais importância no atual contexto que vivenciamos. O próprio Demazière (2008) destaca que, nos anos 1970, os desempregados deste período denominado por ele de “desemprego total” viam-se diante da perda de trabalho, o que fez com que perdessem os laços relacionais com as suas comunidades, por isso que entendemos que a primeira tem mais

relevância em relação à segunda. Então, percebe-se o quanto o trabalho ou a ocupação exerce uma grande importância contra a marginalização e a exclusão dos indivíduos.

Para compreender o que os jovens guineenses temem face a este processo de desemprego, olharemos para as divisões colocadas por Castel (1997), com relação ao processo de marginalização e de exclusão social, que acontece quando o indivíduo fica sem trabalho e há a perda de laços de relacionamento com sua comunidade. Ele dividiu este processo em três zonas, em que os sujeitos permanecem dentro da sociedade contemporânea, primeiro denominada como *zona integrada*, descrita como sujeitos que possuem o trabalho estável e a inserção relacional forte, apesar de serem pobres, mas de conseguirem ter esta estabilidade à época (Castel, 1997)¹⁷. Mas pelo atual contexto que vivenciamos, nos parece que não existe mais trabalhos estáveis, por conta do processo de reestruturação de capital, que tem desmontado os direitos trabalhistas conquistados nos países capitalistas, e da extrema pobreza, vivenciada no Sul Global. Hoje, a instabilidade empregatícia perpassa todo o setor da sociedade, não existem mais os empregos imunes a estes processos de busca de hegemonia de capital, os jovens, como sendo parcelas de populações mais vulneráveis, sofrem com estes processos. Já a segunda zona de vulnerabilidade, destacada por Castel (1997), consiste em indivíduos que vivem o tempo todos as incertezas da vida, ocupando trabalhos precários e com um vínculo relacional frágil. Percebe-se isso na maior parte dos nossos entrevistados, que vivem com o dilema ou a frustração em relação ao trabalho. Isso mostra o que Demazière (2008) coloca para nós, que ter uma ocupação não se limita somente a um ganho econômico, mas estabelece todo um laço de relacionamento do indivíduo com a sua comunidade. Os *survivals* feitos configuram com uma estratégia de reverter a situação de não emprego num contexto de ausência de postos de trabalhos, como lamentam os nossos pesquisados.

(...) posso dizer que o culpado é a falta do mercado de trabalho e por outro lado posso dizer... culpar o Estado da Guiné-Bissau, porque não dão oportunidade para jovens que se formaram. Você estuda e segue todos os requisitos e pega seu diploma, depois procura trabalho e não acha (Nabine, 29 anos).

A ocupação precária por meios de *survivals* virou meio para integração social e ganho econômico para os jovens guineenses, como bem demonstra Barros (2009) sobre as estratégias mobilizadas por jovens face à extrema pobreza. Isso faz com que os sentidos de

¹⁷ Apesar do autor debruçar a realidade francesa com relação à importância de trabalho para os sujeitos manterem o vínculo numa sociedade em que a maior parte da população é assalariada, o uso dele aqui é para olhar o contexto Bissau, no qual esta pesquisa está sendo realizada, em que o assalariamento tem um peso para a integração simbólica.

ocupação com a carteira assinada ou não assinada percam a importância porque pela leitura que estes jovens fazem do contexto no qual estão inseridos de ausências de postos para ocupação, isso mina o poder de escolha destes sujeitos. Percebemos que o trabalho de contrato perdeu a importância para estes sujeitos, que almejam qualquer forma de ocupação. Desta forma, nota-se que o fenômeno do desemprego apresenta outra face no Sul Global. Enquanto no contexto de Norte Global se discutem a precarização e a flexibilização de formas de contrato, o Sul global já vive estes dilemas desde as suas formações soberanas. Agora olharemos para a próxima experiência que foca sobre a relevância de contrato assinado ou não para estes jovens, trazendo a última zona destacada por Castel (1997).

1.7.3 Com Contrato ou sem Contrato em um contexto de insuficiência

Na leitura social que os jovens guineenses que conversamos fazem do país percebe-se que notaram o contexto no qual estão inseridos. Este é movido pela precariedade e pelas ausências. Por estes e outros motivos têm criado estratégias de sobrevivência. O *sumni* tem sido uma estratégia mobilizada pelos grupos para escapar da extrema pobreza no país, uma vez que existe um déficit de novos postos de trabalhos ou, aliás, sempre existiu pouco posto de trabalho no país, porque 80% de ocupação é do setor agrícola, que são trabalhos mais precários. Nota-se que como o contexto possui poucos postos de trabalhos, isso fez com que os jovens almejassem qualquer forma de ocupação, já que a insuficiência não dá muita possibilidade de escolha de forma de ocupação. Para estes jovens, no momento, qualquer forma de ocupação serve para tapar as lacunas de ausências, como destaca Dubet (1986) *apud* Castel (1997): estes sujeitos estão sempre em “quase”, quase desempregados, quase delinquentes, quase precários etc.

Como são sujeitos que sempre vão procurar romper as barreiras das limitações impostas socialmente, vão sempre cair nas armadilhas do capitalismo, porque não tem muitas escolhas nestes momentos de transições de fases. Antunes (2008) considera-os como vulneráveis perante as manobras dos empregadores, uma vez que estão nas fases em que os projetos pessoais são colocados nas práticas. De acordo com Pais (2003), estes sujeitos vão desafiar as formas tradicionais de inserção no mercado de trabalho devido às necessidades imediatas. Neste caso, o tipo de trabalho perde a relevância para estes sujeitos e almejam qualquer forma de ocupação. Com isso, acabam por fazer trabalhos temporários, ocupação

sem contrato e trabalhos precários. Como descreve Geovane (20 anos) acerca do porquê aceitou esta forma de ocupação sem contrato:

(...) porque não há jeito, estamos num país onde os jovens próprios não têm condição de custear o seu estudo, você tem os pais em casa, e os seus irmãos, que faz pouco... algo para você, tendo em conta o número de família. De lá percebi que em vez ficar somente na espera dos meus pais, é melhor começar o trabalho para reduzir as despesas da casa de minha parte, tiro parte de dinheiro do meu trabalho para transporte do meu estudo (Geovane).

Os jovens são obrigados a aceitarem qualquer forma de ocupação devido aos contextos sociais, neste caso, o trabalho de garçom feito por Geovane serve como aparato para assegurar economicamente parte dos seus estudos e, ao mesmo tempo, conhecer a realidade do mercado do seu país. A sua condição difere daquela de outros que não possuem uma ocupação fixa. Apesar dessa ocupação ser precária e instável, ela dá um certo conforto, porque alguns almejam esta forma de ocupação, como no caso de Umaro, que descreve, mesmo não tendo emprego, que conseguir uma ocupação ajudaria bastante: “Se por exemplo ser... acontece com os outros às vezes não tem o emprego, mas trabalha num lugar que ganha um bom salário, que possibilita desta forma deles custearam os seus estudos (Umaro, 19 anos)”. Assim, consegue perceber as frustrações a partir desse trecho, que descreve a experiência de um jovem com idade menor em relação aos outros, que entendeu que o contexto no qual está inserido o emprego ou o trabalho de carteira é muito difícil de achar, por isso almeja qualquer forma de ocupação para poder custear a sua formação profissional. Assim, teme as consequências de estar desempregado por muito tempo que pode acarretar processos de marginalização social, o que Castel (1997) denomina de *zona de desfiliação*, de sujeitos ativos, mas sem trabalho, que afeta de forma direta seus laços de relacionamentos com as suas comunidades. O medo deste processo de desfiliação e de marginalização social colocado por Barros (2009) faz com que muitos se submetam ou almejem qualquer forma de trabalho. Geovane, que conseguiu um trabalho de forma irregular, sem envolvimento da empresa, conta que a sua contratação se deu pelo funcionário que possui o contrato com a empresa dele, mas não houve envolvimento da empresa. Bacar trabalha como ajudante fixo de serralheiro, e Feliciano busca um trabalho doméstico no momento, apesar de não minar a possibilidade de conseguir um trabalho com contrato. Porém, como a marginalização que ameaça os projetos pessoais, então quaisquer formas de ocupação para estes sujeitos são bem-vindas.

A discussão colocada aqui é sobre a importância dada às formas de ocupações (trabalho com contrato ou sem contrato) por jovens na Guiné-Bissau, tendo em conta o contexto social no qual estão inseridos. Os países como a Guiné-Bissau, localizados

economicamente e socialmente nas periferias do Sul Global, mostram que o processo ainda é mais complexo. Percebe-se que nas discussões sobre os trabalhos precários que tem afetado uma grande massa da população a nível global há uma inversão da lógica na narração da história. Acreditamos que este processo de precariedade e precarização emergiu nos contextos do Sul, com a escravatura e não generalização salarial pós-colonização. Estes processos tiveram início nos contextos do Sul Global que, por muito tempo, foram submetidos à escravidão. Colocamos esta questão para demonstrar o que pode estar nas origens de não relevância de trabalho com carteira ou sem carteira nestes contextos do Sul, especialmente na Guiné-Bissau, por meio dos jovens que perceberam, pelas suas leituras sociais, a dificuldade de transitarem de imediato para a ocupação com a carteira assinada.

A experiência social dos contextos em que estão inseridos socialmente possibilitou a eles(as) enxergarem, nitidamente, ausências de postos de trabalhos no país. Alguns que possuem possibilidade de imigrar, e outros que não têm, recorrem a *surris* para manter a sua sobrevivência. Barros (2009) e Honwana (2014) tomam isso como processo criativo, pensado por jovens africanos para saírem da extrema pobreza, ao mesmo tempo em que sentem que estão sendo explorados, mas não abrem mão, uma vez que há muita dificuldade de conseguirem outra forma de ocupação (Pais, 2003).

Os estudos empíricos de Corrijo (2017), Pereira (2019) e Santos (2017) destacam que estas formas de ocupação precária que os jovens exercem no mercado de trabalho têm a ver com as suas primeiras experiências nesses espaços, porém o estudo não olhou para estes grupos como heterogêneos. No contexto da Guiné-Bissau, a posição social e econômica dos pais de um determinado jovem vai poder determinar a sua inserção imediata no mercado de trabalho, independentemente de estarem experimentando pela primeira vez. Como subscreve Schmidt (1990), a família tem uma grande importância nesse processo de transição para o primeiro emprego ou para conseguir emprego com carteira assinada. A questão levantada pela autora sobre a importância do auxílio familiar no processo de transição de jovens para o mercado de trabalho, em Guiné-Bissau, mostra que este processo se configura como nepotismo, em que uma parte das famílias que estão no aparelho estatal tende a puxar outros membros. Neste sentido, os que não possuem familiar na instituição pública e privada passam a acreditar que as suas inserções no mercado de trabalho não se deram por não possuir um membro da família nas instituições públicas e privadas.

(...) na Guiné-Bissau a pessoa consegue emprego somente quando tiver a família na instituição que procura emprego, mas se não tiver família, esquece, não vai

conseguir, mesmo que o seu nível de inteligência for maior ou tiver muitos diplomas, esquece... só costa larga, digamos assim, filhos de bom pai, os que tem o pai nestas instituições (Mariama, 21 anos).

O apoio relacional da família é destacado por Schmidt (1990) como importante neste processo de transição para a vida adulta, e que deve ser acompanhado com inserção no mercado de trabalho, por poder permitir que outras dimensões desta transição se realizem (Guimarães, 2006). Para os jovens guineenses vindos de segmentos mais pobres, esta questão tornou-se o calcanhar de Aquiles. Como nos descreve Mariama, na sua experiência com relação a essa questão familiar, no que tange à inserção no mercado de trabalho na Guiné-Bissau, pois passou pela experiência de concorrer com uma das sobrinhas da dona da instituição que almejava o trabalho.

Quando fomos procurar emprego no hotel Lisboa Bissau, somos quatro, mas uma é nossa colega, porém é a sobrinha da dona do local, então, estudamos todos na mesma escola (técnica), eles nos fizeram estagiar um tempo e depois nos mandaram para casa e disseram que vai nos chamar... é bom que estejamos preparados, só que chamou somente a sua sobrinha, então, como não somos a sobrinha dela, a família não nos chamou, a outra como é sobrinha dela, contratou (Mariama, 21 anos).

A sua experiência faz com que se acredite que o único processo de inserção em qualquer mercado de trabalho no país para os jovens precisa do apoio familiar dentro da instituição para poder ingressar, essa percepção vem de pessoas que estão muito tempo desempregadas e estão na procura constante. E vai minar qualquer possibilidade de aceitar somente o emprego com contrato para estes jovens, que perceberam estas questões que atrapalham o processo de interrupção da sua condição de desempregada.

Voltando à questão central posta por jovens aqui, que entendem os contextos nos quais estão inseridos, estes não têm poder de escolha do tipo de trabalho que querem realizar, devido à situação do país. Nesse caso, a pouca importância sobre a forma de ocupação com contrato ou sem contrato tem a ver com a insuficiência de postos de trabalhos e com a precariedade de trabalho que afeta até o trabalho com a carteira. Os jovens, percebendo estas questões, almejam qualquer forma de ocupação para escaparem da marginalização e da delinquência que rondam esta fase da vida.

Os sentidos atribuídos à experiência de estar desempregado pelos jovens guineenses, que estão nessa condição, possibilitaram ou realçaram o que as literaturas já registram a respeito da experiência de estar desempregado, isto é, que o fenômeno está além de estar somente ocupado, que precisam ser levadas em conta as condições de ocupações dos sujeitos

no mercado de trabalho. Por isso, há a proposta de Guimarães (2002) de uma sociologia de desemprego que procura conciliar a dimensão objetiva e subjetiva, para não ocorrer o risco de normalizar a ocupação precária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da literatura revisada sobre o desemprego como sendo um fenômeno social que afeta, de modo negativo, todas as sociedades, podemos perceber que estar desempregado não se limita somente a não ter uma ocupação social, mas envolve muitas questões da vida social. Os jovens configuram-se como sujeitos vulneráveis a esta questão social por serem os indivíduos que são mais afetados socialmente e economicamente com a questão do desemprego. A pesquisa procurou olhar para as experiências desses jovens guineenses nas condições de desempregados, para compreender como dão sentidos as suas vivências e condições.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro, mais teórico, em que procuramos historicizar sobre o fenômeno do desemprego, olhando direto para os contextos do Sul Global em que os processos vivenciados por trabalhadores do Norte Global não se deram no Sul. Por isso, a necessidade de mobilizar alguns autores pós-coloniais e decoloniais do Sul Global para demonstrar que os processos de seguridade vivenciados neste contexto não se aplicam a outros contextos sociais. O próprio Castel (1998) desmonta essa narrativa, trazendo o que estava acontecendo no momento, que ele descreve como injustiça, uma vez que os direitos e as garantias não se estendiam para as antigas colônias. Então, no momento que os trabalhadores europeus estavam lutando por garantias sociais, nas antigas colônias havia uma guerra para a conquista da liberdade. Outro resultado captado neste primeiro capítulo é com relação à conceituação do desemprego que para autores como Guimarães (2000), a conceituação da questão tem de levar em conta os contextos sociais, uma vez que cada país possui um entendimento sobre a forma de organização de trabalho que são influenciados pela base econômica. A autora propôs, desta forma, a sociologia do desemprego, que junta duas dimensões (objetiva e subjetiva) para caracterizar o desemprego, uma vez que estes contextos precisam levar em conta o sentido dos indivíduos que vivem o desemprego.

O segundo capítulo olhou de forma direta para o desemprego na Guiné-Bissau, trazendo as dimensões políticas em torno da governabilidade econômica, depois da abertura e

da flexibilização de algumas regras fiscais, que direta ou indiretamente têm contribuído para o agravamento da situação de extrema pobreza no país. No âmbito político, percebemos que as disputas políticas em torno da governabilidade do país, envolvendo atores políticos e chefias militares, sabotam os projetos políticos escolhidos nas urnas pela população. Já no que tange às questões econômicas, o país herdou uma economia colonial muito decadente depois da independência. Com as crises econômicas que afetam os países do leste europeu, parceiros destes países em desenvolvimento foram condicionados a aceitarem regras das instituições capitalistas internacionais para liberalização de apoio para enfrentar crises econômicas que assolavam o país. Em consequência destas políticas econômicas, mandou uma grande massa de trabalhadores de setores públicos para casa, gerou, deste modo, grandes números de desempregados no país. Hoje, a situação de desemprego que atinge os jovens guineenses é consequência destas políticas econômicas, que contribuem ainda mais para a criação da pobreza no país.

No terceiro e último capítulo, procuramos trazer os sentidos que estes sujeitos vão dar às suas experiências de estar desempregado num contexto de insuficiência e precarização do trabalho. Notamos que os jovens guineenses, para não permanecerem muito tempo na situação do desemprego (ou para escapar do processo de marginalização social), vêm reinventando várias estratégias por meio de *surinis* para se manter economicamente ativos. Mapeamos estas formas de *surinis* que são feitos por estes sujeitos como a forma de escaparem da extrema pobreza do país, que não dá muitas possibilidades de escolhas. Os *surinis*, ao mesmo tempo em que se configuram como um trabalho para manter aquele *status*, que os colocam distante da marginalização, figuram também como o principal meio de sobrevivência do grupo para manter uma certa autonomia financeira, para não depender totalmente dos familiares. A partir da conceituação da experiência social colocada por Dubet (1996), como algo que pode se dar de modo coletivo ou individual, dependendo da situação ou do contexto, estes jovens possuem experiências similares por estarem na mesma condição de desempregados, mas é heterogêneo, porque cada um vai vivenciar da sua maneira o fenômeno devido ao *status* social da família. Mas, com relações aos outros contextos empíricos, a diferença se dá pela condição econômica do país e pelos próprios problemas internos-partidários, que vão influenciar a forma como os jovens vão experienciar o desemprego, como exemplo procura de qualquer forma de ocupação, tendo em conta ausência de postos de trabalhos.

Portanto, apesar do resultado da pesquisa ser satisfatório para o trabalho, as discussões levantadas sobre as experiências de jovens desempregados na Guiné-Bissau não se esgotaram devido aos fatores sociais vivenciados por estes grupos em cada situação. Mas abre, assim, a possibilidade para futuras pesquisas nesta linha, a fim de se olhar mais profundamente as questões levantadas por esta pesquisa. Deste modo, no decorrer do trabalho, percebemos as carências em termos de pesquisas sobre a problemática do desemprego no país, sobretudo, o desemprego jovem.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. **Serviço Social & Sociedade**, p. 632-636, 2010.

-----, Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. In: **Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 2008. p. 212-212.

-----, **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Boitempo Editorial, 2015.

-----, Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? **Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho**. São Paulo, nov, 2008.

BARROS, M. Economia informal e estratégias juvenis em contexto de contingência. **INEP/Guiné-Bissau**, 2010.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. WMF Martins Fontes, 2009.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. O que estão fazendo os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho. 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3829> acesso: janeiro/2023

CARDOSO, Carlos. Classe política e transição democrática na Guiné-Bissau. **INEP/ Guiné-Bissau**, 1996.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à "desfiliação". **Caderno Crh**, v. 10, n. 26, 1997.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CENTENO, Mário; FERNANDES, Pedro Afonso. Heterogeneidade no mercado de trabalho: o que distingue desemprego e inatividade. **Boletim econômico do Banco de Portugal (Março)**, 2004.

CORREIO, Maria Antonia Nascimento; CORREIO, Sandra Regina Smith. Desemprego de jovens amapaenses com escolarização superior em Macapá e Santana. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 14, n. 38, 2016.

CARRIJO, B. C. P. S. Análise do primeiro emprego e seu efeito sobre a trajetória ocupacional do jovem – 2002 a 2016. 2017. 69 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tedeserver/api/core/bitstreams/7fa7bcc7-f9d1-4078-ad17-a0cc8670bcb8/content> acesso: janeiro/2023

COSENZA, Apoena C. Um estudo sobre a divisão internacional do trabalho. **Revista de Economia Política e História Econômica**, v. 33, p. 63-89, 2015.

DA CRUZ, Wallacy Luiz Vargas. O fenômeno do desemprego segundo a ótica de Marx. **Convibra**, 2013 Disponível em:
https://convibra.org/congresso/res/uploads/pdf/2013_31_7157.pdf

DATHEIN, Ricardo. Teorias econômicas e políticas contra o desemprego: Uma avaliação das diferentes propostas. **Faculdade de Ciências Econômicas-Departamento de Ciências Econômicas. Texto para discussão**, n. 8, 2003.

DEMAZIÈRE, Didier. Ser desempregado para os sociólogos. **Política & Sociedade**, n. 13, p. 109-182, 2008.

Minayo MCS, organizador. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes; 2002.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios. **Caderno Crh**, v. 24, p. 37-57, 2011.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. O desemprego no Brasil, na perspectiva da marginalidade social. **Ensaio FEE**, v. 38, n. 1, p. 215-246, 2017.

DUBET, François. *Sociologia da experiência* Tradução Fernando Tomaz. Lisboa: Instituto Piaget, 1996

EMBALO, Filomena. Os desajustes do programa de ajustamento. **Soronda**, nº16, INEP, julho de 1993.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Boitempo Editorial, 2008.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Editora Elefante, 2023.

FÉLIX, Tatiana. O desemprego nos limites do capital. – Maceió: Coletivo Veredas, 2021. p.133.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa-3**. Artmed editora, 2008.

FURTADO, Celso. Não à recessão e ao desemprego. -Rio de Janeiro: **Paz e terra**, 1983.

GAUTIER, Jérôme. Da invenção do desemprego à sua desconstrução. **Mana**, v. 4, p. 67-83, 1998.

GODINHO GOMES, PATRICIA ALEXANDRA et al. As mulheres do sector informal. Experiencias da Guiné-Bissau. In: **Africa. Puentes, conexiones y intercambios (Actas del VI Congreso Ibérico de Estudios Africanos), Las Palmas de Gran Canaria, 2009**. 2010.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Por uma sociologia do desemprego. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, p. 104-121, 2002.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais. **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição**, p. 171-198, 2006. Disponível em:

https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/capitulo_6_trajetorias.pdf
Acesso: 07/2023

HONWANA, Alcinda. Juventude, waithood e protestos sociais em África. **Desafios para Moçambique**, p. 399-412, 2014. Disponível em:
https://www.iese.ac.mz/~ieseacmz/lib/publication/livros/des2014/IESE-Desafios2014_14_ProtSoc.pdf Acesso: 04/2019

Inquérito Regional Integrado sobre Emprego e Setor Informal (ERI-ESI), Guiné-Bissau, 2017-2018.

Instituto Nacional de estatística (**INE**). Estatística de gênero: mulheres e homens na Guiné-Bissau, 2023.

JAUARÁ, Manuel. Os lusoafrianos e etnorurais disputam o poder na Guiné-Bissau. **Revista África**, n. 24-26, p. 119-145, 2009.

KI-ZERBO, Joseph. Para quando a África? Entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: PALLAS, 2006.

KLAGSBRUNN, Victor Hugo. O princípio da demanda efetiva (a esperada), e o papel da demanda na teoria geral de Keynes. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 16, p. 547-566, 2022.

Kodawo, Fafali. Cabo-Verde e Guiné-Bissau: da democracia revolucionária à democracia liberal. **INEP/Guiné-Bissau**, 2001.

Koudawo, Fafali. Ajuda econômica como instrumento político: uma perspectiva histórica. Soronda, nº16, **INEP/ Guiné-Bissau**, julho de 1993.

LOPES, Carlos. Dois estudos e uma reflexão sociológica. **Para uma leitura Sociológica da Guiné Bissau**, p. 291-323, 1988.

MARX, Karl. O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. Boitempo Editorial, 2015.

MBEMBE, Achille. **Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada**. Editora Vozes, 2019.

MENDY, P.K. Pluralismo político na Guiné-Bissau: uma transição em curso. Bissau, **INEP/ Guiné-Bissau**-1996.

NAMONE, Dabana; TIMBANE, Alexandre António. Consequências do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau 43 anos após a independência. **Mandinga – Revista de Estudos Linguísticos**, Redenção-CE, v. 01, n. 01, p. 39-57, jan./jun. 2017

NKRUMAH, Kwame. Luta de classes em África. 2ª Edição. 2018, ed. União Reconstrução Comunista.

OCIO, Domingo. Zurrón. O emprego na teoria econômica. **São Paulo, EEASP-NPP/FGV, relatório**, n. 11, 1995.

OSHIRO, Felício; MARQUES, Rosa Maria. O conceito de desemprego e sua medição no século XX. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 15, n. 2, p. 293-307, 2016.

OSHIRO, Felício; MARQUES, Rosa Maria. O desemprego na sociedade contemporânea. **Pesquisa & Debate Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**, v. 28, n. 2 (52), p. 75-92, 2017.

PAIS, José Machado. Ganchos, tachos e biscates: Jovens, trabalho e futuro. 1ª edição: © 2001, Ambar.

PEREIRA, Leandro Ramos; DE ALMEIDA, Rodrigo Bonecini. A Utopia Keynesiana: os princípios políticos e econômicos de John Maynard Keynes. **Anais do XXXVIII Encontro Nacional de Economia. ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia**, 2011.

PEREIRA, Maria Cecília; DE BRITO, Mozar José. Desemprego e subjetividade no contexto brasileiro: uma análise interpretativa sob a ótica dos excluídos do mercado de trabalho industrial. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, v. 6, n. 1, p. 143-181, 2006.

PEREIRA, Natália Terroso. Duração do desemprego do jovem brasileiro. 43f. Dissertação (Mestrado em Economia) - instituto de ciências econômicas, administrativas e contábeis, Universidade Federal de Rio grande/ RS, 2019. Disponível em: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000013019.pdf> Acesso em: 05/2023.

PINHEIRO, Letícia Ribeiro Souto; MONTEIRO, Janine Kieling. Refletindo sobre desemprego e agravos à saúde mental. **Cadernos de psicologia social do trabalho**, v. 10, n. 2, p. 35-45, 2007.

POUPART, Jean *et al.* A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. 3.ed.- Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2010. - (coleção sociologia)

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina1. **A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso**, p. 107-126, 2005.

REINERT, José Nilson. Desemprego: causas, conseqüências e possíveis soluções. **Ciencias da Administração**, v. 3, n. 5, p. 45-48, 2001.

FABRÍCIO, Ricardo. O desemprego segundo os desempregados. In: **IX Congresso Português de Sociologia**, 2016, Portugal. Disponível em: https://associacaoportuguesasociologia.pt/ix_congresso/docs/final/COM0738.pdf Acesso em: 07/2023.

RIFKIN, Jeremy. O Fim dos Empregos: O contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo/Jeremy Rifkin 2004 – São Paulo.

SCHMIDT, Luísa. Jovens: família, dinheiro, autonomia. **Análise social**, p. 645-673, 1990.

SILVA, Idrissa da. As leis portuguesas sobre trabalho indígena na colônia africanas: um estudo sobre estatuto político do indígena na Guiné-portuguesa. 124f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, Universidade Federal da Integração Latino- Americana, Foz do Iguaçu-PR, 2022. Disponível em:

<https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/6649/As%20Leis%20Portuguesas%20sobre%20o%20Trabalho%20Ind%C3%ADgena%20nas%20Col%C3%B4nias%20Africanas%20um%20Estudo%20sobre%20o%20Estatuto%20Pol%C3%ADtico%20do%20Ind%C3%ADgena%20na%20Guine%20Portuguesa%20%281946-1963%29.pdf?sequence=4&isAllowed=y> acesso em: 07/2023

DE SOUZA, Marina Batista Chaves Azevedo; DE OLIVEIRA LUSSI, Isabela Aparecida. Juventude, trabalho informal e saúde mental. **Política & Trabalho**, n. 51, p. 126-144, 2020.

TOMAZETTE, Marlon. A contribuição metodológica de Max Weber para a pesquisa em ciências sociais. **Universitas Jus**, v. 1, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VAZ, Paulo Gomes. As “sacoleiras” a serviço do capital: um estudo sobre as africanas nos circuitos globais de mercadorias. 239 f. (Tese de doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/28604> Acesso: 04/2019.

VIEIRA, Priscila Pereira Faria. Experiência da procura de trabalho: um estudo de caso. 211f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo- USP, São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-22022010-124113/publico/PRISCILA_PEREIRA_FARIA_VIEIRA.pdf Acesso em 05/2023.

Weber, Max. Metodologia das ciências sociais. Trad. Augustin Wernet. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ZIEGLER, Jean. Destruição em massa: geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.

ANEXO A - ROTEIRO DA ENTREVISTA

Sentidos e experiência

Nome e idade

Escolaridade

Você pode me contar sobre sua trajetória ocupacional?

Já teve algum emprego? Com que idade começou a trabalhar? No que você já trabalhou?

Há quanto tempo você está sem emprego?

Como você faz para se manter financeiramente hoje?

Como o fato de não ter emprego afeta a sua vida? Como você se sente por não ter emprego?

Que sentimentos o desemprego desperta em você?

Você pode me dizer o que significa estar desempregado em sua opinião?

Você está à procura de emprego? Por quê? Como você faz para procurar emprego?

Em sua opinião, quais são as razões pelas quais você está desempregado? (você considera a situação do país e do mercado de trabalho importantes? E em relação a você mesmo?).